

SÉRGIO ROBERTO SCHEFFER

A “MARCHA REDENTORA”

A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE DE
SANTA CATARINA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

© Sérgio Roberto Scheffer, 2023

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão do texto foi de responsabilidade do autor.

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da Capa

Sede da Secretaria dos Negócios do Oeste, em Chapecó, s/d. Fotografia de Victorino Biazio Zolet, Real Foto Estúdio. Acervo dos municípios brasileiros. IBGE.

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S316m Scheffer, Sérgio Roberto
A “Marcha Redentora” [recurso eletrônico]: a Secretaria dos Negócios do Oeste de Santa Catarina e o desenvolvimento regional / Sérgio Roberto Scheffer. – Passo Fundo: Acervus, 2023.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-73-8.

1. Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO). 2. Política econômica. 3. Desenvolvimento regional - Santa Catarina. 4. Desenvolvimento econômico - Santa Catarina. I. Título.

CDU: 981.64

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

SÉRGIO ROBERTO SCHEFFER

A “MARCHA REDENTORA”

A SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE DE
SANTA CATARINA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para minha mãe, Marli, coragem e superação.

Para Thais, companhia e amor.

Para Leticia, luz e vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para que este momento fosse possível. Gostaria de agradecer a todos (as), em especial: Aos professores do mestrado pelo aprendizado, orientações e conselhos. De forma muito especial ao Prof. José Carlos Radin, meu orientador que sabiamente me conduziu na tarefa de elaborar este trabalho, e a Prof^á. Monica Hass, minha coorientadora que trouxe contribuições significativas e palavras de incentivo nesta caminhada.

Aos professores da banca Claiton Marcio da Silva e João Carlos Tedesco, pela leitura e considerações pertinentes a esta pesquisa. Aos funcionários do Ceom e do Centro de Memória da ALESC, que me auxiliaram com a disponibilização de fontes, digitalização de documentos e fornecimento de material para a produção deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE	29
2. AS BASES PARA A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE (1950 - 1963)	73
3. A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE E A “A MARCHA DE REDENÇÃO”	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o propósito de analisar o processo de desenvolvimento do Oeste catarinense na década de 1960, abordando a atuação política da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste (SNO) e as relações estabelecidas com os Planos ou Programas de desenvolvimento adotados pelos governos estadual e nacional, durante a gestão do Secretário Serafim Enoss Bertaso (1963 a 1969). Nosso trabalho discute a participação do Estado no processo de expansão da economia do Oeste catarinense, apresentando para isto, os investimentos públicos realizados pela Secretaria, em parceria com outros órgãos da administração pública, nos setores de infraestrutura, que tiveram a finalidade de promover a “Integração do Oeste”, acelerar o crescimento econômico e transformar Chapecó no principal centro administrativo e polo industrial do Oeste catarinense.

Ao mesmo tempo em que analisamos a participação do Estado na implantação de ações de infraestrutura, que possibilitaram rom-

per com os pontos de estrangulamento que freavam o crescimento econômico da região Oeste, identificamos que os discursos produzidos pela imprensa local traduziram as ações realizadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste, como a “marcha redentora” da região. Este discurso teve como objetivo, anunciar a chegada do “progresso” e da “modernidade”, creditando aos colonizadores as transformações que ocorriam em razão dos investimentos públicos promovidos pelo Estado. Assim, tanto o projeto de desenvolvimento e as ações de infraestrutura realizadas pelo poder público, quanto os discursos que procuravam legitimar os ideais de progresso dos colonizadores, com destaque para o Secretário do Oeste, Serafim Bertaso, retratado pela imprensa da época como o “Libertador do Oeste” e responsável pela “redenção” da região, compõem a abordagem desta dissertação.

Com frequência aparece na imprensa, nos meios políticos e principalmente nos eventos oficiais promovidos pela administração municipal, a ideia de que Chapecó se transformou em um grande centro econômico e industrial do estado de Santa Catarina em razão do trabalho dos colonizadores. O ideal de progresso e a “necessidade” de valorização dos colonizadores continuam até os dias atuais. Como exemplo dessa narrativa, podemos citar o tema da propaganda oficial, realizada pela prefeitura municipal para homenagear os 102 (cento e dois) anos de fundação político-administrativa do município, ocorrido em 25 de agosto de 2019: “Chapecó vence pelo trabalho!”. A mensagem publicitária do poder público municipal tem o propósito de reforçar e valorizar um ideal de trabalho e progresso, atribuído à colonização euro descendente. Para a atual administração, Chapecó “se consolidou como uma economia forte, baseada no jeito das nossas famílias, dos colonos, dos desbravadores, e se credencia como o novo polo de desenvolvimento de Santa Catarina” (DIÁRIO DO IGUAÇU. 25/08/2019. p. 20). Nesta visão,

o crescimento econômico, populacional e a modernização do município, são retratados como o resultado do trabalho duro e obstinado de um grupo de colonizadores de origem italiana e alemã, que chegaram à região a partir de 1920 para ocupar o “vazio” e imprimir um determinado processo civilizatório, que transformou uma pequena vila na “Capital do Oeste”, uma cidade conhecida nacionalmente, principalmente pela produção agroindustrial.

A retórica valorizando o trabalho e o progresso, utilizada nos dias de hoje pela imprensa, entidades empresariais e poder público municipal, não difere do propósito dos discursos reproduzidos pela imprensa e lideranças políticas dos anos 1960, período em que ocorreu a primeira gestão da Secretaria dos Negócios do Oeste. A ênfase dada pela imprensa naquela época, buscava creditar aos colonizadores as ações de infraestrutura implementadas pelo poder público, passando a ideia de que os colonizadores, por excelência, foram os responsáveis por criar as condições que permitiram a um município com características rurais, se transformar em um município conhecido nacionalmente. Os investimentos realizados na região foram financiados com recursos públicos, ao mesmo tempo em que transformaram a estrutura econômica da região, contribuíram para reforçar a ideia de que os colonizadores estavam conduzindo a vitória sobre o “atraso”, superando os obstáculos que impediam o desenvolvimento da região.

Nossa pesquisa não busca investigar elementos para tentar diminuir o papel dos primeiros colonizadores no processo de desenvolvimento da região, pois, até a década de 1950, em razão das limitadas políticas públicas, o processo de desenvolvimento foi coordenado por Companhias colonizadoras e indústrias madeireiras. No entanto, nos dedicamos em evidenciar a participação do Estado e os investimentos públicos realizados por meio da SNO, nos anos

entre 1963 a 1969, preponderantes para romper pontos de estrangulamento que freavam o crescimento econômico da região, o salto de crescimento econômico iniciado nos anos 1960 só possível porque o Estado planejou e aplicou grande quantidade de recursos públicos em setores estratégicos.

Buscamos ainda, problematizar a visão predominante em que os “desbravadores” são sempre homenageados e retratados como os principais responsáveis pelas transformações desenvolvidas no município de Chapecó e região. Embora a propaganda oficial e as homenagens realizadas por parte da prefeitura municipal de Chapecó e entidades empresariais afirmem que “Chapecó vence pelo trabalho”, reproduzindo constantemente os ideais dos colonizadores. Nossa pesquisa mostra que a participação do Estado foi determinante para acelerar o processo de desenvolvimento do município de Chapecó e região.

O progresso retratado no discurso da imprensa daquela época e na propaganda oficial do poder público municipal dos dias atuais encontra-se associado a um ideal em sentido simbólico. Nesta perspectiva, Dupas (2006, p. 18-19), analisou o termo progresso na tradição dos filósofos Iluministas, e identificou que este estava associado à ideia de “movimento ou marcha para frente; desenvolvimento; aumento; adiantamento em sentido favorável ou desfavorável; estágio mais elevado ou avançado”, caracterizando-se como algo que se almeja, um estágio a ser alcançado, significando avanço permanente. Este ideal predominante na sociedade até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi substituído pela ideia de desenvolvimento econômico, quando as estruturas da sociedade capitalista e os princípios do modelo liberal foram seriamente abalados.

Embora os discursos e a publicidade ainda busquem valorizar o trabalho e certo ideal de progresso associado à colonização, nossa

pesquisa demonstra que o impulso para a expansão industrial, a urbanização e a dinamização das relações comerciais no município de Chapecó e Oeste catarinense, ocorreu a partir de um conjunto de ações e investimentos realizados pelo Estado, sendo a Secretaria dos Negócios do Oeste, um dos instrumentos responsáveis pela substituição da infraestrutura herdada das décadas 1940 e 1950.

Ao discutir o conceito de progresso, Bresser Pereira (2014, p. 37) aponta para a necessidade de se fazer uma diferenciação entre a ideia de progresso geralmente visto como um ideal e a realidade do progresso, que segundo o autor, equivale ao conceito de desenvolvimento humano, associado ao desenvolvimento econômico, que por sua vez envolve mudança estrutural e está relacionado a um determinado modelo de Estado. No pós-segunda guerra inicia-se um período de transição e reconstrução das economias ocidentais, neste período, as teorias que defendiam a necessidade de intervenção e planejamento estatal como meio de regular o mercado, superar as crises e promover o desenvolvimento se sobressaíram e o “desenvolvimento econômico ou crescimento econômico, base do desenvolvimento humano” se materializou e se tornou um objetivo universal.

O debate sobre a intervenção do Estado na economia, por meio do planejamento, da regulação e da estatização, dispõe de uma série de estudos clássicos que analisaram com profundidade a relação entre o Estado e economia, no período entre as décadas 1950 e 1970. Entre as instituições que produziram interpretações sobre o desenvolvimento econômico dos países não industrializados, destacamos as contribuições do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que sustentaram a noção de desenvolvimento “como um projeto de modernização nacional assentado no paradigma de ‘subs-

tituição de importações¹ pela via do progresso técnico, da industrialização e da urbanização capitalista, e da revolução nacionalista” (IVO, 2014, p. 24).

A crítica mais expressiva ao modelo proposto pela CEPAL e pelo ISEB origina-se da Escola Paulista, por rejeitarem a ideia de uma aliança entre empresários e trabalhadores, e descrentes do desenvolvimentismo. Enquanto para o ISEB os empresários industriais constituíam ou deviam constituir a burguesia nacional², envolvida na industrialização e associada aos técnicos do Estado e aos trabalhadores nesta tarefa, para a Escola Paulista os empresários são um grupo politicamente imaturo e confuso, sem projeto político. A modernização brasileira, baseada no projeto urbano-industrial dos anos 1950 e 1960, segundo Ivo (2014, p. 32), esteve marcada pela reprodução das desigualdades socioeconômicas, geradas, inclusive, por formas institucionais excludentes, e se expressa na persistência de uma imensa massa de trabalhadores fora das relações assalariadas, em condições de pobreza e miséria extremadas, especialmente se forem considerados os níveis de reprodução da riqueza no país.

¹ O modelo de substituição de importações refere-se à proposta da Comissão Econômica de Estudos para a América Latina e o Caribe (Cepal) aplicada a países como Brasil, México, Argentina e outros, de um planejamento da política econômica baseada no processo de industrialização capitalista, voltado para o mercado interno e dependente de políticas protecionistas do Estado à indústria nacional. A adoção desta política acarretou a mudança do centro dinâmico da economia brasileira, pelo estímulo às manufaturas. A Cepal considerava que esta política permitiria a acumulação de capitais internos, que poderiam gerar um desenvolvimento autossustentável e duradouro.

² Nos anos 60, nem o ISEB nem a escola de São Paulo mostraram ter razão em relação à questão da burguesia nacional. Não se entendiam, uma vez que trabalhavam em níveis de abstração diferentes e, principalmente, porque não consideraram os fatos que resultaram no golpe de 1964. Não se deram conta de que uma série de novos acontecimentos ocorridos durante os anos 50 havia superado o conflito entre indústria e setor agroexportador, inviabilizando uma aliança entre as esquerdas e os empresários industriais e levando a classe capitalista a se unir contra a ameaça comunista. (BRESSER PEREIRA, 2004, p. 54).

Destacamos que o foco dessa discussão para nossa pesquisa é o fato de que naquele momento, o Estado assumiu o papel de ator estratégico do desenvolvimento, visando gerar as condições institucionais e de infraestrutura para alavancar a economia, como a implantação de infraestrutura, de modo a criar as condições necessárias para acelerar o crescimento econômico e a industrialização, sendo o Plano de Metas (1956-1961) de Juscelino Kubitschek, a maior expressão deste modelo de desenvolvimento.

Este modelo de desenvolvimento com base no planejamento estatal, segundo Schmitz (1982, p. 57) inspirou os empresários da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a promoverem o Seminário Socioeconômico (1959/60), com o objetivo de diagnosticar as principais carências do Estado de Santa Catarina. Em 1961, com a posse do Governador Celso Ramos, o Seminário Socioeconômico foi instituído como política de Estado e foi transformado no Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

O PLAMEG inaugurou uma nova fase na economia catarinense. No embalo do ideário desenvolvimentista, o Estado passou a ser o timoneiro na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infraestrutura e ofertando linhas de crédito de longo prazo. A inércia empresarial nas áreas de infraestrutura foi preenchida pelo Estado. Para Goularti Filho (2003, p. 11), a necessidade de planejar a economia se deu em decorrência da diversificação e ampliação da base produtiva ocorrida no período entre 1945-62, mas em razão da “falta de energia, recursos financeiros e infraestrutura viária”, o movimento de expansão industrial sofria constantes limites, o que reforçava a desintegração econômica do estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões. O plano de desenvolvimento, o planejamento estadual

em Santa Catarina e a política de crédito e incentivo fiscal adotada pelo Governo do Estado no início dos anos 1960, foram decisivos para romper os pontos de estrangulamento e destravar a economia.

A alteração da infraestrutura básica no Oeste de Santa Catarina começou efetivamente, em 1961, com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG, na gestão do Governador Celso Ramos (1961-65), e fora prorrogado na gestão de Ivo Silveira (1966-70), ambos do Partido Social Democrático (PSD). A falta de infraestrutura em transportes e energia era uma característica geral de todas as regiões do estado de Santa Catarina, embora fosse mais acentuada na região Oeste. A criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, em 1963, marca a presença efetiva do Estado na transformação da infraestrutura básica da região.

No início dos anos 1960, não havia sistema de geração e transmissão de energia na região Oeste, em alguns municípios a energia era desligada à noite para ser religada na manhã seguinte, pois muitas prefeituras não tinham sequer, recursos para pagar o óleo diesel dos motores que acionavam os geradores de energia. As poucas rodovias existentes eram bastante precárias e as viagens muito demoradas, entre os municípios da região, a ligação se dava por meio de verdadeiras “picadas”³. Não havia rede de telefonia e a região se caracterizava como uma área praticamente isolada do território catarinense.

A Secretaria foi uma experiência pioneira na política de descentralização administrativa no país, com atribuições das demais Secretarias de Estado, coube a ela, implementar ações necessárias para que as condições mínimas de infraestrutura de transportes e energia fossem finalmente efetivadas no Oeste catarinense.

³ Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice, também conhecido como atalho ou trilha.

Acerca do assunto, Silva e Hass (2017) abordam a Secretaria dos Negócios do Oeste, como uma estrutura do Estado criada para realizar ações de infraestrutura e atender aos ideais de progresso da elite chapecoense. O objetivo do trabalho destes autores é mostrar como o ideal de progresso se sobrepôs não apenas como argumento retórico, mas como projeto fundamental para a viabilização do empreendimento regional. Os autores explicam que os ideais e o discurso de progresso tomam forma na primeira metade da década de 1960 através da criação de instituições que surgem para viabilizar os desejos da elite local, sendo a Secretaria dos Negócios do Oeste um instrumento efetivo de integração do Oeste Catarinense às demais regiões e ao próprio Governo do Estado.

Nossa pesquisa se aproxima do trabalho de Silva e Hass (2017) na medida em que identifica a Secretaria dos Negócios do Oeste como um instrumento criado pelo Estado para executar ações de desenvolvimento, traduzidas como a realização dos ideais de progresso da elite local. Através desta Secretaria, a elite chapecoense pôde implantar a rede de estradas e de energia, que há muito almejavam. Estes investimentos deram condições para consolidar o processo de colonização e acelerar o processo de urbanização e industrialização do município de Chapecó.

Além de identificarmos a forte presença do ideal de progresso na retórica e nos discursos da época, procuramos mostrar que este discurso hegemônico, frequentemente repetido nos dias atuais pelo poder público municipal, empresários e imprensa, faz parte de um consenso construído ao longo de décadas de colonização, que busca privilegiar o trabalho e as qualidades do colono e dos colonizadores. Iremos mostrar que as principais transformações realizadas na infraestrutura básica da região foram implantadas com recursos públicos e que foi o Estado, e não o empresário de “visão” e “desbravador”,

quem projetou, financiou e executou ações de desenvolvimento, que possibilitaram o crescimento econômico e a condição de polo regional ao município de Chapecó.

Cassol (2007) apresentou uma análise abordando todo o período de existência da Secretaria dos Negócios do Oeste (1963-1992), iniciando pelo processo de instalação (1963/66), vigência (1967/91) e extinção (1992). Sua pesquisa traz um diagnóstico quantificando as principais ações desenvolvidas ao longo dos quase trinta anos de existência da Secretaria, e ainda, aborda questões de irregularidades na gestão dos recursos públicos geridos pela SNO. O centro da discussão realizada por Cassol (2007, p. 15) foi “o processo de esvaziamento, resistência e extinção da SNO”, no qual apresenta o debate e a movimentação de diversas lideranças, de diferentes correntes político-ideológicas, ocorrido nos anos 1980, em que duas alas se dividiram, uma pela manutenção, outra pela extinção, que considerava que a Secretaria dos Negócios do Oeste já havia cumprido com o seu propósito de integrar o Oeste ao Litoral e implantar a infraestrutura básica, necessária ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos e industriais da elite.

A pesquisa que realizamos se diferencia em diversos aspectos do trabalho elaborado por Cassol (2007) a exemplo da delimitação temporal, nossa análise concentra-se nas ações implementadas na primeira gestão da SNO (1963/69), enquanto Cassol analisou de forma panorâmica todo o período de existência (1963/92); a segunda diferença se encontra no fato de que nos dedicamos em apresentar e analisar os investimentos públicos realizados na primeira gestão da Secretaria dos Negócios do Oeste, nos setores de infraestrutura, que transformaram a estrutura econômica da região, mostrando informações que comprovam que o processo de desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina foi favorecido, em contra-

partida Cassol se dedicou em analisar o processo de esvaziamento e extinção da Secretaria.

O recorte temporal desta pesquisa concentra-se em analisar o período que corresponde a gestão do primeiro Secretário, Serafim Ennos Bertaso (1963-1969), que além de colonizador, madeireiro, empresário e líder político do PSD, era filho do Coronel Ernesto Bertaso, proprietário da principal Companhia Colonizadora da região Oeste de Santa Catarina. Embora a SNO tenha sido extinta em 1992 no governo de Vilson Pedro Kleinubing (1991/94) do Partido da Frente Liberal - PFL, nossa pesquisa se concentra no processo de criação da Secretaria dos Negócios do Oeste e nas ações de infraestrutura realizadas na gestão do primeiro Secretário do Oeste, para mostrar que a ação do Estado foi decisiva para acelerar o crescimento econômico e a urbanização do município de Chapecó.

Para desenvolver nossa reflexão sobre a finalidade e a atuação da SNO, buscamos inicialmente, entender os motivos que levaram o Governo do Estado a criar e instalar uma Secretaria de Estado descentralizada, no município de Chapecó, em 1963. A primeira que se tem notícia na administração pública de todo o país. Identificamos que a criação da SNO envolveu acordos e compromisso político-eleitoral estabelecido entre o Governador do Estado e líderes políticos e empresários da região, ao mesmo tempo em que era parte de uma estratégia de desenvolvimento, iniciada em 1961, que encontrou dificuldades para se efetivar antes da instalação da Secretaria.

Outro elemento importante, no contexto de criação da SNO, é a existência do movimento pró-criação do Estado do Iguazu, organizado no Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. Os separatistas reivindicavam a emancipação política destas duas regiões, tendo como um dos argumentos, a falta de investimentos públicos. Para aumentar a pressão sobre o Governador, havia o ressentimento

das elites econômicas, alimentado pelo “abandono” das autoridades estaduais devido à falta de todo tipo de infraestrutura e investimentos, a combinação destes fatores, serviu como um alerta às autoridades estaduais para a necessidade de encontrar uma solução que pudesse atender de forma rápida e ágil as principais reivindicações do Oeste catarinense.

Com a presença da Secretaria dos Negócios do Oeste na região, buscamos entender as parcerias e convênios estabelecidos com outros órgãos e instituições da administração pública, e identificar as relações e compromissos assumidos com entidades ou instituições da sociedade civil organizada, a exemplo da Sociedade Amigos de Chapecó (SAC), que na época, atuava como articuladora das instituições do poder público e entidades da iniciativa privada, promovendo debates sobre grandes projetos de desenvolvimento, como a construção da ponte sobre o rio Uruguai, a ampliação e pavimentação da pista do aeroporto, a conclusão e pavimentação da BR-282, a criação de uma universidade, a realização da 1ª Exposição Feira Agroindustrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), e a modernização e urbanização do município de Chapecó. Nossa pesquisa se interessou em investigar a participação da SNO nas discussões e no encaminhamento destes grandes projetos.

Nosso trabalho contribui para o debate sobre desenvolvimento econômico da região Oeste ocorrido na década de 1960 e na discussão sobre políticas públicas. Nesta dissertação, discutimos a contribuição das ações realizadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste, para acelerar o crescimento econômico da região, apresentando informações sobre o surgimento de novas indústrias, a diversificação do comércio, ampliação do setor de serviços, o aumento populacional e a urbanização do município de Chapecó. Entendemos que é preciso estabelecer o debate em torno do papel do Estado na promoção do desenvolvimento do Oeste Catarinense.

Esta pesquisa debateu os projetos de desenvolvimento implementados no Oeste de Santa Catarina, via SNO, com o objetivo de inserir a região na discussão sobre os planos ou programas de desenvolvimento adotados em âmbito federal e estadual naquele período. A região, que até aquele momento havia sido pouco contemplada com investimentos públicos, após a instalação da SNO passou por uma profunda transformação em sua estrutura econômica. A discussão em torno de planos de desenvolvimento e a participação do Estado na viabilização de políticas públicas possibilita estabelecer um profícuo debate sobre a necessidade de se pensar em novas estratégias de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico verificado no final dos anos 1960, mas principalmente na década de 1970, é resultado da ação planejada do Estado e dos investimentos públicos realizados na infraestrutura básica da região. A necessidade de modificações na estrutura econômica da região, sobretudo do município de Chapecó, foi construída com recursos públicos, através da Secretaria dos Negócios do Oeste, em parceria com outros órgãos e instituições da administração pública, para consolidar o processo de colonização e modernizar as relações econômicas na região.

Ressaltamos a importância deste trabalho por abordar sobre o papel do Estado na organização política e econômica da região Oeste, tendo como foco a atuação de uma Secretaria de Estado descentralizada, experiência inédita no país até aquele momento, localizada em uma região de fronteira, no interior de Santa Catarina e distante dos centros administrativos e das decisões políticas, que na época convivia com um movimento político que buscava a emancipação da região. E ainda, salientamos a retomada da política de descentralização administrativa por parte do Governo estadual, com a criação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento (SDRs), na

gestão de Luiz Henrique da Silveira – PMDB (2002-2010) e transformadas em Agências Regionais de Desenvolvimento (ADRs) na gestão de Raimundo Colombo – PSD (2011-2018).

As fontes utilizadas nesta pesquisa são de natureza diversa. A pesquisa foi realizada no sentido de selecionar fontes que nos possibilitassem escrever sobre a atuação da Secretaria dos Negócios do Oeste, relacionando a retórica ufanista em torno de um ideal de progresso, que valorizava os colonizadores pelas transformações implantadas pelo poder público. No conjunto das fontes utilizadas, as matérias publicadas no Jornal Folha d'Oeste entre 1963 a 1969, foram importantes para perceber como as ações realizadas pela SNO contribuíram para consolidar o projeto colonizador, ao mesmo tempo em que foram traduzidas como a realização dos ideais de progresso da elite local. Este material se encontra disponível no acervo do Centro de Memória do Oeste – Ceom/Unochapecó.

Outra fonte importante, utilizada em nosso trabalho, foram as fotografias. As imagens produzidas na época buscavam mostrar algumas das principais ações realizadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste, na transformação da infraestrutura da região, dando visibilidade à chegada do “progresso” e a força deste órgão do Estado. Para analisar os interesses envolvidos no processo de criação da Secretaria, utilizamos o Projeto de Lei nº 208 de 03/06/1963 e o relatório final do Seminário socioeconômico realizado pela FIESC, disponíveis no centro de memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

A análise sobre as ações implementadas pela SNO no período entre 1963/69, foram feitas com base nas mensagens anuais do Governador enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, estes documentos oficiais do Estado contêm informações sobre as metas de integrar a região e promover a expansão industrial

do Oeste catarinense, disponíveis no centro de memória da ALESC. Outro documento importante sobre as realizações da SNO foi o álbum do cinquentenário de Chapecó (1967), o qual apresenta um balanço dos projetos e ações realizadas pela SNO e o PLAMEG, nos primeiros três anos de instalação da Secretaria (1964-67), disponível na biblioteca pública municipal de Chapecó.

As informações sobre o crescimento do número de indústrias e estabelecimentos comerciais em Chapecó, a partir da instalação da SNO, foram feitas com base no Censo Comercial e de Serviços de 1960 e no Censo Comercial de 1970, disponíveis na biblioteca virtual do IBGE. O objetivo destas informações é comparar a situação econômica da região antes da instalação da SNO e após as realizações e melhorias na infraestrutura de transportes, comunicação e rede de energia.

Utilizamos ainda, entrevista realizada com o jornalista e editor do Jornal Folha d'Oeste, Homero Milton Franco, que também era assessor de comunicação da Secretaria dos Negócios do Oeste; e outra entrevista realizada com o ex-secretário do Oeste, Plínio Arlindo De Nês, como forma de complementar informações obtidas nas demais fontes consultadas. Estes documentos estão disponíveis no Ceom/Unochapecó.

Para fundamentar nossa análise sobre o processo de formação política, as transformações ocorridas na infraestrutura, a presença do Estado e as mudanças na estrutura econômica da região Oeste, recorreremos aos trabalhos e contribuições de autores como Peluso Junior (1987), Lago (1975, 2000), Piazza (1988), Renk (1997), Mombelli (2015), Radin, Valentini e Zarth (2015), Petrolli (2008), Hass (2000), Oliveira (1999), Alba (2002), Rossetto (1995), Goularti Filho (2002, 2005, 2009), Bavaresco (2005), Silva (2014), Silva e Hass (2017), Bavaresco (2017), Marques (2009), entre outros.

A pesquisa analisou o quadro político do município de Chapecó e a situação econômica do Oeste catarinense por meio de informações obtidas nos jornais, entrevistas e documentos oficiais do governo do Estado, relacionando-os com as leituras e interpretações dos autores supracitados.

Para nos auxiliar na compreensão sobre o cenário político e econômico do Estado de Santa Catarina do final dos anos 1950 e início dos 1960, recorreremos às pesquisas de Mattos (1973) e Schmitz (1982), que nos forneceram dados estatísticos, tabelas e gráficos sobre o Seminário Socioeconômico e o PLAMEG; Piazza (1988) e Marques (2003) contribuíram sobre a formação regionalizada em zonas fisiográficas do Estado de Santa Catarina; Goulart Filho (2002, 2005) trouxe informações sobre as transformações ocorridas entre as décadas de 1940 e 1960, no processo de acumulação de capital industrial e os ajustes realizados no Estado para atender as novas demandas.

O debate sobre desenvolvimento e crescimento econômico, progresso e planejamento estatal, e Planos ou Programas de desenvolvimento foram discutidos a partir dos trabalhos de autores como Ianni (1988), Furtado (1961), Ribeiro (2008) Prado Jr. (1989), Fonseca (2015), Dupas (2006), Pereira (2011), Dutra e Silva (2017), Bielschowsky (2000), Bresser Pereira (2004, 2014), Uderman (2008), Duarte (1998), Giambiagi, Villela, Castro e Hermann (2005), Brum (2012), entre outros.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo discutimos sobre a formação econômica e política da região Oeste de Santa Catarina, abordando a disputa territorial em torno da delimitação das fronteiras entre o Brasil e a Argentina e a disputa pela posse da região, envolvendo os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Em seguida, analisamos o processo de ocupação e desenvol-

vimento econômico ocorrido através das atividades de tropeirismo, extrativismo da erva-mate e da madeira. O capítulo abordou ainda, o processo de colonização e comercialização da terra com a chegada das Companhias colonizadoras e a acumulação de capital, a administração municipal nas primeiras décadas da colonização e a reivindicação constante por investimentos públicos e maior presença do Estado na região, apresentando um diagnóstico da infraestrutura básica da região no período que antecede a instalação da Secretaria dos Negócios do Oeste. Ao final do capítulo discutimos sobre os planos de desenvolvimento adotados em âmbito nacional e estadual nas décadas de 1950 e 1960, que criaram mecanismos para impulsionar o desenvolvimento econômico, que nos permitiram entender as razões que levaram a criação da Secretaria e o desenvolvimento por ela empreendido.

No segundo capítulo abordamos sobre a criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, sua estrutura física, finalidade e área de abrangência. Buscamos entender como alguns eventos ocorridos em âmbito estadual, como a realização do Seminário Socioeconômico, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria, para diagnosticar os pontos de estrangulamento que freavam a expansão econômica dos diversos setores das indústrias catarinenses, a eleição de Celso Ramos (PSD) ao Governo do Estado, nas eleições de 1960 e a implantação do Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961-65), relacionam-se com acontecimentos regionais. Como o movimento pró Estado do Iguaçu, que buscava a emancipação política da região, influenciaram na criação da SNO. A presença do movimento emancipacionista, aliada a falta de investimentos em praticamente todas as áreas, deixaram os governantes estaduais em alerta sobre a possibilidade de perder o território do

Oeste catarinense para outro Estado. A solução para diminuir o descontentamento em relação a pouca presença do Estado na região e esvaziar o movimento de emancipação, foi a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste.

O terceiro capítulo consiste em demonstrar as ações e os investimentos realizados pela Secretaria dos Negócios do Oeste, em parceria com outros órgãos públicos, que transformaram a infraestrutura da região e influenciaram no processo de desenvolvimento do Oeste catarinense, favorecendo a integração econômica da região, a expansão das agroindústrias e a consolidação do município de Chapecó como o principal polo econômico e industrial da região. Para o jornal Folha d'Oeste, que era o único veículo de comunicação impresso daquela época, as ações implementadas pela Secretaria foram traduzidas como a consolidação dos ideais de progresso dos colonizadores, razão pela qual, buscava sempre valorizar a imagem de Serafim Bertaso como um administrador eficiente e responsável pela “redenção” do Oeste. Nossa pesquisa mostra que foi a partir de um conjunto de ações e investimentos públicos realizados pelo Estado, que a região acelerou o processo de expansão industrial e urbanização do município de Chapecó, tornando-se um dos principais polos industriais do Estado de Santa Catarina.

1.

EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE

O presente capítulo analisa o processo de ocupação e desenvolvimento do Oeste Catarinense ocorrido nas primeiras décadas do século XX. Abordando as disputas territoriais pela posse da terra, uma em âmbito internacional, envolvendo a Argentina e o Brasil; e outra regional, envolvendo os estados do Paraná e de Santa Catarina, solucionada por um acordo de limites territoriais assinado em 1916⁴. Em meio às disputas, desenvolveram-se diferentes modos de ocupação e exploração econômica da região.

Este capítulo tem o intuito de mostrar aspectos relacionados às diversas fases de ocupação e formas de exploração econômica da região, como a exploração da erva-mate, da madeira, e posteriormente o comércio de terras, como fontes de renda altamente lucrativas, que

⁴ ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina.

acabaram atraindo as Companhias Colonizadoras a se instalarem na região. O aprofundamento da colonização ocorre com a vinda de milhares de famílias oriundas do Rio Grande do Sul nos anos 1930 a 1950. Com a fixação dos colonos desenvolveu-se a agricultura e a criação de animais, formaram-se núcleos de povoamento e Vilas, que por sua vez favoreceram o surgimento do comércio e a diversificação de outras atividades econômicas, dentre elas a agroindústria. Estas questões compõem os aspectos políticos e econômicos que irão suscitar a necessidade de maior presença do Estado e a criação de instituições para atender as demandas de políticas públicas, dentre as soluções encontradas, destaca-se a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste.

Abordamos ainda, os vários Planos de Governos instituídos em âmbito nacional no período entre 1930-70 como mecanismo de indução e organização da economia capitalista, que influenciaram os governos estaduais a adotarem arranjos políticos semelhantes para desenvolverem suas economias. Destacamos as influências do pensamento desenvolvimentista na elaboração destes Planos que chegaram ao Oeste catarinense por meio da criação e das ações implementadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste. A ação do Estado por meio dos Planos de Governo e da criação de instituições e órgãos descentralizados como a SNO, transformaram a infraestrutura da região, dando forma aos ideais de progresso da elite local e contribuindo para acelerar uma agenda de progresso articulado entre as principais lideranças do município de Chapecó na década de 1960.

1.1. INTEGRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO OESTE DE SANTA CATARINA

Antes de analisar o processo de desenvolvimento ocorrido na década de 1960, via SNO, a pesquisa preocupou-se em apresentar um panorama da formação socioeconômica do Oeste catarinense. Esta etapa inicial da pesquisa consiste em caracterizar as primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região em suas várias fases, sendo elas: a ocupação dos campos por meio de grandes fazendas e a atividade pecuária; a exploração da erva-mate e o comércio com a Argentina e o Uruguai; a exploração da mata pela indústria madeireira; e por fim, o processo de colonização executado por Empresas Colonizadoras através da compra e venda da terra para migrantes gaúchos para fins de povoamento e desenvolvimento da agricultura familiar, que serviu como base para a formação do complexo agroindustrial do Oeste Catarinense.

Nas primeiras décadas do século XIX, a região Oeste de Santa Catarina foi utilizada como um corredor de passagem entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. De acordo com Bavaresco (2005, p. 46 e 47), a integração definitiva do Rio Grande do Sul à economia brasileira através do fornecimento do charque e do deslocamento das tropas de gado, contribuiu para a ocupação dos campos de Santa Catarina, inserindo a região Oeste como um caminho alternativo ao trajeto tradicional localizado nos campos de Lages e também ponto de coleta de impostos.

O novo caminho para as tropas de gado favoreceu a fixação dos primeiros fazendeiros interessados nos campos para a criação de gado, com isso, surgem pequenas vilas como pontos de parada e abastecimento, “a primeira etapa da conquista das terras do Oeste catarinense ocorreu nos campos. Com ela se inaugurou o primeiro ciclo econômico da região: a pecuária” (BAVARESCO, 2005, p.

48 e 49). A ocupação dos campos teve como objetivo a criação de gado e o fornecimento de alimentos para a região sudeste do país. A preocupação do Império era garantir a ocupação da área, por isso, distribuía concessões de terras aos fazendeiros, possibilitando ocupação do território, uma vez que as grandes fazendas e a atividade pecuária representavam uma forma rápida de colonização em uma região pouco conhecida e com o mínimo de população disponível para ocupar a área.

No entanto, este modelo de ocupação não alcançou o objetivo de colonizar a região, uma vez que os fazendeiros encontraram muitas dificuldades estruturais e, devido à necessidade de investimentos, acabavam por não se preocupar em colonizar as áreas que ocupavam. Em razão disso, a fase pecuária entra em declínio por volta de 1870, para Renk (2006, p. 35) “o ciclo das tropas entra em declínio, concomitantemente com as fazendas de criar, resultando num movimento de dispersão da família fazendeira e fragmentação de grandes áreas, pelas heranças e partilhas”. Embora não tenha se desenvolvido como ocorreu em regiões do Rio Grande do Sul, a fase da pecuária marca o início da ocupação e povoamento da região Oeste.

A ocupação do território em direção ao Oeste se desdobra em uma nova fase, passando da ocupação dos campos para a exploração das matas. Esse movimento possibilitou a descoberta da erva-mate, uma nova fonte de riqueza que se transformou em uma atividade econômica importante para o desenvolvimento da região. Segundo Corazza (2015, p. 304), a erva-mate foi explorada inicialmente pelos caboclos que viviam na região, como atividade de subsistência e para o consumo próprio, “a extração só se tornou atrativa e rentável, a partir da metade do século XIX, com a chegada de exploradores argentinos e paranaenses, que se dedicaram mais fortemente ao seu beneficiamento e industrialização”.

No final do século XIX, o Oeste catarinense caracterizava-se como um grande fornecedor de erva-mate para outros mercados consumidores, de acordo com Renk (2006, p.180) “a economia ervateira sempre esteve atrelada ao mercado externo, o principal consumidor da erva-mate”. Entre o final do século XIX e início do XX o comércio da erva podia ser feito livremente, sem a cobrança de taxas ou impostos, praticamente não havia controle sobre a comercialização da erva-mate, em razão da não presença do Estado na região. A situação se agrava e faz aumentar a preocupação do governo brasileiro, que considerava a ocupação da região por caboclos, extraindo erva-mate, uma forma pouco segura e ineficiente, quando a Argentina passa a reivindicar parte da região Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná de forma mais incisiva.

A disputa pelo território do Oeste Catarinense entre Brasil e Argentina ocorreu, não só em função dos Tratados de Madri e Santo Idelfonso e das indefinições das metrópoles em estabelecer os limites na região, mas também pela riqueza das matas abundantes em erva-mate e araucárias. Essa disputa de terras ficou conhecida como “Questão de Misiones” para os argentinos, e “Questão de Palmas” para os brasileiros. Após várias tentativas de acordo, a solução para o impasse ocorreu através do “laudo arbitral tecido pelo presidente norte-americano, Grover Cleveland, lido e tornado público em 6 de fevereiro de 1895, dando parecer favorável ao Brasil em relação ao território das Missões” (MYSKIW, 2015, p. 70).

O ganho de causa na disputa com a Argentina fez o governo brasileiro acelerar as estratégias para ocupar a região. Segundo Goularti Filho (2009, p. 106), as condições necessárias para promover a colonização da região e definir as fronteiras, passavam pela construção de ferrovias, concessão de terras, companhias colonizadoras para atrair migrantes e, atividades econômicas rentáveis como a er-

va-mate e a madeira. Ao Estado cabia a função de conceder privilégios para a construção de ferrovias e conceder terras devolutas para a colonização. Desta forma iniciava-se o processo de colonização do Oeste catarinense.

A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciada no município de Itararé (SP) em 1895, chegou às margens do Rio Iguaçu em 1904, na divisa de Santa Catarina. Para concluir a obra, faltava construir o trecho catarinense de 347 km, entre os Rios Iguaçu na divisa com o Paraná, ao Rio Uruguai na divisa com o Rio Grande do Sul. Devido a problemas financeiros, a EFSPRS atrasou várias vezes o andamento das obras e acabou vendida em 1908 para o grupo norte-americano de Percival Farquhar, dono da *Brazil Railway Company* (BRC). Além da Companhia EFSPRG, o grupo Farquhar garantiu outras duas grandes fontes de acumulação de capital: a madeira (araucária), pronta para o corte, e as terras disponíveis para colonização (GOULARTI FILHO, 2009, p. 107 e 108).

A estrada de ferro foi inaugurada em 1910, sua construção contou com o recrutamento de milhares de trabalhadores na própria região e em outras cidades brasileiras, o contingente de mão-de-obra chegou a atingir 8.000 operários, o pagamento pela construção da via férrea, foi realizado pelo governo brasileiro através da concessão de “569.067 hectares de terra” (Piazza Apud GOULARTI FILHO, 2009, p. 108). O grupo Farquhar recebeu o direito de explorar a madeira e promover a colonização das terras concedidas. Para promover a colonização foi constituída, em 1912, também nos EUA, a *Brazil Development & Colonization Company*, que além de executar diretamente a colonização, repassava as concessões para outras companhias.

O transporte ferroviário, aliado ao extrativismo vegetal da madeira e da erva-mate e a colonização pela venda e compra de terras,

formam as frentes de acumulação de capital⁵ responsáveis por introduzir as relações de produção capitalista na região. É a partir destas frentes de capital que se formam os primeiros núcleos de famílias que passam a liderar econômica e politicamente o Oeste catarinense. Por meio destes grupos, iniciam-se as reivindicações pela presença do Estado e investimentos em infraestrutura da região.

Antes de se estabelecerem as companhias que dariam início a colonização da região, outra disputa por limites territoriais teve que ser resolvida, desta vez, os estados de Santa Catarina e Paraná disputavam o controle da região. As origens do impasse remontam a criação das Províncias, no artigo 2º da Constituição do Império, promulgada em 1824, Santa Catarina teve garantida a posse sobre as terras que mais tarde seriam contestadas pelo Paraná. A Província de Santa Catarina foi criada antes da Constituição de 1824, através do Alvará de 12 de fevereiro de 1821, e incorporava ao seu território o povoado de Lages e os Campos de Palmas, que até então pertenciam à Província de São Paulo (Cabral Apud BAVARESCO, 2005, p. 33). Em 1853, ocorre novo desmembramento territorial na Província de São Paulo, que resultou na criação da Província do Paraná. Essa nova unidade territorial entendia que as terras herdadas por Santa Catarina em 1821 da antiga província paulista, lhe pertenciam.

O conflito se estendeu até 1917, após o Supremo Tribunal Federal ter dado ganho de causa aos catarinenses em 1904, e novamente em 1909 e 1910. Em 1917, através da lei nº 1.146, encerram-se todos os trâmites legais que puseram fim às disputas. O Governador de Santa Catarina tomou posse do território e criou os municípios

⁵ A acumulação de capital ocorre quando o capitalista consegue vender as mercadorias e transformar o dinheiro obtido em capital. A acumulação resulta da transformação de mais-valia em capital e do seu emprego para voltar a produzir. É um mecanismo pelo qual o capital aumenta e ultrapassa o nível da reprodução simples, assumindo a característica de uma reprodução alargada.

de Chapecó, Mafra, Porto União e Cruzeiro, hoje Joaçaba (ALBA, 2002, p.17). O território de Chapecó ficou com uma área de aproximadamente 14.000 km², correspondendo a maior parte das terras pertencentes ao atual Oeste catarinense, com o fim das disputas, o governo do Estado sentiu-se mais seguro em fazer pequenos investimentos e concessões de terras para a colonização.

O processo de colonização via companhias colonizadoras, marca a expansão capitalista na região por meio da comercialização de lotes de terras destinadas à pequena agricultura familiar. As definições dos limites territoriais permitiram ao governo estadual implementar seu projeto de colonizar todo o Oeste catarinense, considerado pelas autoridades da época, uma região desabitada. De acordo com Radin (2015, p.159), nas primeiras décadas do século XX, a região permanecia distante e desconhecida pelos governantes, desconhecimento que se repetia, grosso modo, por praticamente todo o interior do país naquele período. As áreas de fronteiras eram vistas como espaços do atraso, incivilizados e com vazios populacionais e de produção, representações utilizadas como justificativas para conquistar as terras e dar início ao processo de colonização.

A falta de recursos e estruturas impossibilitava o Governo de Santa Catarina de promover a ocupação da região Oeste por conta própria. A saída encontrada foi vender ou repassar grandes porções de terras por meio de concessões às companhias colonizadoras, que repartiam a terra em pequenos lotes para vender aos colonos, em troca estas empresas ficavam responsáveis pelos “serviços de abertura de estradas, de construção de pontes, entre outros, geralmente realizados por colonos, em troca de lotes, era um mecanismo que as empresas usavam para abater a dívida com o Estado” (RADIN, 2015, p.163).

De acordo com Hass (2001, p.65), a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., fundada em 1918 na cidade de Passo Fundo

– RS, transferiu sua sede em 1922 para Passo dos Índios (atual Chapecó), assentando o primeiro marco da povoação de Chapecó. Nesta época, o poder político era disputado entre os povoados de Passo Bormann e Xanxerê. Passo dos Índios localizava-se entre os dois. No ano de 1923, a empresa foi dissolvida “e o coronel Bertaso forma outra firma denominada Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso” (HASS, 2000, p.66). Nas primeiras décadas, a colonização encontrou dificuldades em função de acontecimentos econômicos e políticos ocorridos em esfera mundial e nacional, com destaque para a depressão econômica de 1929, iniciada nos Estados Unidos, mas que se espalha rapidamente por diversos países, atingindo a economia brasileira e provocando mudanças na estrutura política, contribuindo para a revolução de 1930.

Apesar das dificuldades iniciais, a colonização ganhou forças e a empresa Bertaso promoveu a instalação de outras atividades econômicas na região, como: serrarias, cerâmicas, moinhos de trigo, energia elétrica, acumulando recursos para a criação do ramo frigorífico, imprimindo os primeiros passos ao processo de industrialização da região.

Os colonizadores e madeireiros acumulam capital com o comércio da terra e a extração vegetal e passam a influenciar politicamente a região, formando a elite política e econômica que comandará o processo de desenvolvimento econômico até a década de 1950. Sob o domínio desta elite, surge o comércio, as primeiras tentativas de organização urbana e disciplinamento da população, é por meio desta elite, que surgem as primeiras reivindicações por melhorias e investimentos na infraestrutura da região.

Mesmo com a incorporação da região, em 1917, o primeiro Governador a visitar a região Oeste chegou uma década depois de iniciada a instalação de empresas colonizadoras particulares. A posse

política da região aconteceu através do evento que ficou conhecido como “Viagem de 1929”⁶. Nesta viagem que durou 31 dias, o Governador do Estado, Adolfo Konder e uma comitiva diversificada de 20 pessoas, que incluía historiadores, agrimensores, chefe de polícia, consultor jurídico e deputados, percorreram três mil quilômetros, de Florianópolis a Dionísio Cerqueira, na divisa com a Argentina, com vários objetivos, dentre eles, conhecer o território, abrir estradas, escolas, agência postal, telégrafo, integrar o território, impor a ordem e a disciplina no Oeste, transformando uma “terra da barbárie” em “terra do trabalho”. Para Renk (2005) e Flore Serpa (2005), a Viagem de 1929 teve um sentido mais simbólico do que real. A Viagem de 1929 marca, simbolicamente, a posse política da região.

Sob o comando das Companhias colonizadoras, a ocupação da região se estende até a década de 1950 e evidencia o cruzamento de interesses entre o poder público estadual e empresas privadas. De acordo com Hass (2000, p. 65), em junho de 1920, o Estado de Santa Catarina concedeu a empresa Bertaso, Maia e Cia a posse da Fazenda Chapecó (atual Quilombo), com 53.814 hectares, mais a Fazenda Rodeio Bonito (atual Xaxim), com 28.820 hectares, em troca da construção da estrada Passo Goyo-Em / Passo dos Índios. A colonizadora Bertaso também adquiriu junto a “Brazil Development & Colonization Co.” outros milhares de hectares de terra no Oeste catarinense, para fins de colonização. Esta empresa foi responsável pela migração de milhares de famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

O empreendimento da colonização aos poucos se concretizava e cumpria os objetivos do Estado em preencher o que conside-

⁶ Para saber sobre a viagem do Governador Adolfo Konder ver: CEOM, A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

rava “vazios demográficos” e a “conquista do sertão”; por sua vez, as companhias colonizadoras fortaleceram seus negócios privados com a venda da terra em pequenos lotes e o comércio da madeira. A atividade madeireira foi lucrativa entre os anos 1930 a 1960, entretanto, a exploração intensiva reduziu drasticamente a mata nativa da região, no começo dos anos 1970, a atividade já se mostrava praticamente esgotada (BAVARESCO, 2005, p. 118). Além da atividade madeireira, o lucro das colonizadoras aumentava com a venda de milhares de propriedades aos colonos gaúchos, que por sua vez, buscavam adquirir um lote de terra que lhe permitisse produzir o sustento da família e sua reprodução enquanto colonos.

Nesta fase de ocupação da região, as ideias de progresso e de civilização difundidas no final do século XIX e primeira metade do seguinte, perpassaram o processo de colonização que se estruturou através de pequenas propriedades e conjugou interesses do poder público e da iniciativa privada. Para Radin (2015, p. 160), estas ideias eram difundidas tanto para explicar situações desejadas quanto indesejadas. A extensa floresta, o modo de trabalhar das populações locais, o pouco aproveitamento econômico, as poucas e pequenas lavouras existentes, eram vistas como sinônimos do atraso e da inércia da região. Em contraposição ao que consideravam atrasado, as companhias colonizadoras, os migrantes e o seu modo de trabalhar, eram vistos como os responsáveis pela superação do atraso em que se encontrava a região Oeste.

Na medida em que os colonos se estabelecem na região, surgem novas necessidades, dentre elas, a falta de comércio local e regional, a falta de infraestrutura para escoamento da produção e falta de energia elétrica para impulsionar a instalação de novos empreendimentos industriais. O grupo de colonizadoras e madeireiros, com auxílio de famílias que se associam ao empreendimento, vão formando a

elite política da região e passam a representar os interesses e reivindicações junto às autoridades estaduais.

Entre 1940 e 1960, a região Oeste passa por algumas transformações em decorrência da chegada de um grande número de migrantes. O aumento populacional impulsionou a expansão e a diversificação das atividades econômicas. De acordo com Hass (2000, p. 206 e 107), foi nesta época que surgiram as primeiras casas comerciais, varejistas e atacadistas, com ligações comerciais com o Rio Grande do Sul. A indústria em torno da extração da erva-mate e da madeira também estava em plena atividade no município. Ao lado destas atividades, surgiam pequenas ferrarias, marcenarias, olarias, moinhos, curtumes, funilarias e carpintarias, que se destinavam ao atendimento da população local.

Com o aumento demográfico e o desenvolvimento das atividades econômicas, aumentam as necessidades de infraestrutura da região. Embora modestas, algumas ações começam a se efetivar, uma delas foi a instalação em 1948, no município de Chapecó, de um escritório do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO), com a finalidade de possibilitar as transações monetárias.

A falta de infraestrutura era uma característica marcante da região, em relação às estradas, as condições eram péssimas, para Hass (2000, p. 111), até o final da década de 1940, os veículos que transitavam pelas estradas de rodagem, não conseguiam andar nos dias de chuva, o tráfego de veículos ficava paralisado parte do ano. Os meios de transportes são de suma importância para o desenvolvimento econômico da região. Estradas servem como vias de comunicação entre os distritos e a sede do município, bem como, a ligação com os grandes centros comerciais e produtivos do país. A região necessitava ampliar a abertura de estradas e fazer melhorias nas poucas que havia. Em função das dificuldades de locomoção pelas estradas

existentes, a elite local utilizava meios alternativos, como a comunicação aérea para fazer seus negócios nos grandes centros, ou mesmo em casos de emergência.

A base econômica da região estava centrada na atividade primária, nas décadas de 1940/50 a agricultura foi a modalidade que apresentou maior crescimento. É nesta mesma época que a criação de suínos se transforma na principal atividade econômica para os pequenos produtores. Para compreender esse processo, Hass (2000, p. 116 e 117) diz que é preciso se reportar ao desenvolvimento da economia do Vale do Rio do Peixe, onde os agricultores se dedicavam a criação de suínos desde 1923. O intercâmbio comercial, realizado com São Paulo, possibilitou a acumulação de capital e permitiu o surgimento de agroindústrias como a Sadia (S.A. Concórdia) e a Comércio Indústria Pagnoncelli, respectivamente em 1940 e 1942.

A atividade comercial e industrial do Vale do Rio do Peixe interferiu na economia do Oeste catarinense. O município de Chapecó apresentava aumento expressivo na produção de suínos, sua produção era levada inicialmente para Joaçaba, “em pouco tempo, Chapecó apresentou condições para o início de uma acumulação agroindustrial, fundando-se, em 11 de outubro de 1952, o frigorífico SAIC – S.A Indústria e Comércio Chapecó (HASS, 2000, p. 117). Em 1956, surge o frigorífico Indústria Comércio Marafon Ltda. (atual Cooperativa Central Oeste Ltda.).

Os animais criados no município de Chapecó e levados em tropas para Joaçaba evidencia a falta de estradas e infraestrutura para o escoamento da produção. Mesmo com o aumento populacional, o surgimento do comércio local, a criação de órgãos públicos e instituições privadas, mais a instalação dos primeiros frigoríficos nos anos 1950, a economia do município de Chapecó encontrava-se estrangulada pela falta de estradas e rodovias que pudessem ligar aos

demais centros do estado e do país. A instalação de novos empreendimentos industriais esbarrava ainda, na falta de energia elétrica e no pouco crédito disponível para realizar investimentos e compras de equipamentos.

Mesmo com todas as limitações de infraestrutura, o município de Chapecó se destaca como o principal polo comercial da região Oeste de Santa Catarina. No começo dos anos 1960, a participação comercial de Chapecó em outros municípios e em grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, através da venda do feijão e produtos frigoríficos era marcante. Entretanto, a distância em relação aos demais polos econômicos do Estado de Santa Catarina, continuava presente.

A falta de infraestrutura em estradas e comunicações mantinha a região isolada dos demais centros urbanos de Santa Catarina, desde a delimitação da fronteira com o Paraná em 1916, a ligação por meio de estradas pavimentadas não havia se concretizado. A região que até os anos 1950 teve sua produção econômica organizada de acordo com os interesses das companhias colonizadoras e madeireiras, não havia ainda, estabelecido linhas de ligação com a capital do Estado. É evidente que isto sempre esteve na pauta das lideranças do Oeste e na promessa dos governantes estaduais, mas até a década de 1960 a integração do Oeste ao restante do território catarinense não havia se efetivado.

A partir de 1960, com o fortalecimento das agroindústrias, o desenvolvimento do Oeste catarinense passa pelos interesses de expansão das médias e grandes agroindústrias, que acumulam força dos bons resultados comerciais estabelecidos com o fornecimento de alimentos na região sudeste do país. A expansão da agroindústria necessitava de fortes investimentos em infraestruturas. Ao Estado cabia a tarefa de abrir e pavimentar estradas para escoar a produção

em maior quantidade; ampliar a rede de energia elétrica para atender a demanda crescente com o aumento populacional e possibilitar a instalação de novos empreendimentos comerciais e industriais; era preciso ampliar a rede de comunicação para ligar a região com outros polos econômicos do estado de Santa Catarina; criar linhas de créditos para financiar novos empreendimentos e preparar a mão-de-obra para as novas atividades econômicas que surgiam.

O cenário político de Santa Catarina começa a mudar no começo dos anos 1960 com a eleição de Celso Ramos (PSD) para o governo do Estado. Sua gestão foi marcada pela implantação do Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961/65). Tratava-se de um plano de desenvolvimento com base no planejamento estatal e orçamento programado em metas. Ao Oeste catarinense foram destinadas grandes quantias em recursos financeiros por meio da Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO), que atuou na implementação de obras e realizou investimentos nos pontos críticos da infraestrutura da região, possibilitando a expansão capitalista e o desenvolvimento regional.

1.2. UMA CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA DO OESTE CATARINENSE

O poder econômico na sociedade capitalista garante prestígio e papel de destaque nos rumos do poder político. Geralmente o poder econômico está aliado ao político, esta aliança tem a finalidade de gerir as esferas governamentais instituídas e comandar o rumo das políticas públicas implementadas para toda a sociedade. Os grupos econômicos quando não detém o poder político diretamente, agem em parceria com o poder político, numa relação de interesses entre o público e o privado.

A estratégia de ocupação do Oeste de Santa Catarina, no começo do século XX, envolvia o interesse do governo estadual em garantir a posse do território recém-incorporado e os negócios privados de empresas colonizadoras especializadas na compra e venda de terras e na extração vegetal. Estas empresas particulares estabeleceram um novo padrão de colonização na região, trazendo milhares de colonos gaúchos imprimindo um novo modo para o uso da terra, criação de animais e prática de agricultura.

O período entre 1917 e 1930, marca a fase da implantação administrativa do município de Chapecó. De acordo com Hass (2001, p. 77), entre 1917/21, os coronéis, Manoel Santos Marinho, estabelecido na Vila do Passo Bormann, disputava com o coronel Fidêncio Mello e o major João Simões Cavalheiros, da localidade de Xanxerê, a sede da comarca do município recém-criado. Com a instalação da Companhia colonizadora Bertaso, Maia e Cia. em 1922, a disputa pelo poder político ganha novo elemento. Com o apoio do governo estadual, interessado no empreendimento colonizador, o coronel Manoel dos Passos Maia, sócio da colonizadora, foi eleito Superintendente Municipal de Chapecó (1922/25), este fato motivou a transferência da sede da colonizadora para Passos dos Índios, estabelecendo a primeira “povoação de Chapecó”.

As disputas entre os coronéis de Passo Bormann e Xanxerê pela sede da comarca do município de Chapecó seguem até 1931 quando o Interventor Federal Interino no Estado, coronel Luiz Carlos de Moraes, fixou definitivamente a sede do município e da comarca de Chapecó no povoado de Passo dos Índios. A justificativa para tal medida se ancorava na ideia de amenizar as disputas entre os coronéis da região. Segundo Hass (2001, p. 95), no período entre 1931/45 os prefeitos nomeados, em sua maioria não possuíam ligações políticas ou econômicas com o local, nestes 14 anos, foram 10

prefeitos nomeados, o único eleito pelo voto, não tomou posse em função de ter perdido o prazo.

Mesmo não exercendo diretamente o comando político nos primeiros anos da colonização, a Empresa Bertaso atuou na formação da base econômica da região atraindo milhares de migrantes, se fortalecendo perante os coronéis dedicados exclusivamente ao extrativismo vegetal. A Colonizadora soube utilizar o ideal de progresso para motivar e atrair migrantes a se estabelecerem na região, “a propaganda das empresas, a qual exaltava o potencial das novas terras, os imensos recursos naturais, as grandes oportunidades de futuro, a fertilidade do solo, o preço baixo e as facilidades de pagamento” (RADIN, 2015, p.163), foram fatores determinantes para atrair mais de 8 mil colonos do Rio Grande do Sul, impulsionando a colonização do Oeste catarinense e modificando a correlação de forças dos ramos econômicos e da política local.

O discurso em torno da ideia de “progresso” e a valorização das ações de “desbravamento” da região também fazem parte dos elementos que constituem o projeto colonizador no município de Chapecó. Que foram amplamente difundidos pela política nacional em torno da Marcha para o Oeste⁷, caracterizada pelo fortalecimento das fronteiras e pelo processo de expansão agrícola para o interior do país. Essa política governamental implementada no governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937/45), fortaleceu o papel das companhias colonizadoras, ao mesmo tempo em que despertava nos colonos o sentimento de pioneirismo e desbravamento, uma vez que se alimentavam na ideia de estarem trazendo o progres-

⁷ A Marcha para o Oeste foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas (1930-1945), especificamente no Estado Novo (1937-1945). O projeto governamental de Vargas a época visava consolidar um estado intervencionista e nacionalista em diversos setores, como, por exemplo, na divulgação do regime. Ver: CASSIANO, Ricardo. 1970. A Marcha para o Oeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

so e a civilização para uma região “imensa e desabitada” e realizando a “conquista do sertão”.

A colonização da região Oeste por migrantes gaúchos foi retratada como o símbolo do progresso, este sentimento de conquista e desbravamento perdura no imaginário regional até os dias atuais, de acordo com Dutra e Silva (2017, p. 79) “a dominação humana do *interland* reforçou a imagem do pioneiro, o *frontiersman*, passou a receber as honras de conquistador do Oeste”. O colono que avançava em direção ao Oeste era exaltado como o bandeirante do século XX, o responsável pelo projeto civilizador. Em 2017, ano do centenário de Chapecó, as homenagens aos desbravadores, ditaram o tom dos discursos do poder público municipal e a construção de mais um monumento em homenagem as suas realizações.

A atuação da família Bertaso também se deu na divulgação de ideias e na elaboração de projetos com vistas ao progresso do município de Chapecó. Interessados na implementação de um projeto de cidade moderna, que pudesse crescer, se desenvolver e se integrar aos grandes centros econômicos, foi elaborado o mapa urbano da cidade, que no entendimento de Petrolli (2008, p. 99), “expressou um desejo de modernidade”. A elaboração do mapa urbano foi uma maneira de projetar no papel, os desejos e aspirações que os colonizadores nutriam em relação à cidade que almejavam construir.

O mapa urbano de uma cidade pode ser entendido como um primeiro passo na elaboração de um projeto, o segundo seriam os recursos e meios para sua execução, neste sentido, nosso entendimento é o de que a produção deste instrumento de comunicação teve como objetivo planejar e organizar o crescimento da pequena vila, que ainda não estava integrada às demais regiões de Santa Catarina, mas que poderia, por meio do planejamento, do crescimento populacional e do desenvolvimento de novas atividades econômicas, abrir cami-

nhos para sua expansão e integração com os centros econômicos do estado e do país.

Outro instrumento criado pela família Bertaso para influenciar a política local se deu por meio da criação do jornal “A Voz do Oeste”, ocorrida em 03 de maio de 1939 (PETROLLI, 2008, p. 45). O jornal é um meio de comunicação poderoso, naquela época ainda mais, ao lado do rádio, compunha a dupla dos meios de comunicação de massa com maior influência e alcance. Através dos meios de comunicação, a elite local pôde expressar ideias sobre todos os assuntos do seu interesse, desde o disciplinamento comportamental das pessoas, passando pela organização das casas e dos terrenos, bem como, lançando ideias da sua visão de mundo, de sociedade e principalmente em relação aos aspectos políticos.

Os sócios fundadores do jornal, segundo Petrolli (2008), foram: Coronel Ernesto Francisco Bertaso, seu filho Serafim Enoss Bertaso, Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Dr. Antônio Selistre de Campos, e o advogado da colonizadora Bertaso e diretor do periódico, Vicente Cunha. Além destes, havia ainda a colaboração do advogado Cid Loures Ribas e o gerente comercial do jornal, Octavio Silva. Para este autor, a grande preocupação destes personagens era com a modernidade e a busca pela superação do atraso em que vivia a pequena vila Passo dos Índios.

Utilizamos destas duas ações de cunho privado, para demonstrar o interesse da família Bertaso e seus aliados, na gestão e organização do município de Chapecó. As razões para esses interesses são motivadas em primeiro lugar pelos negócios da Colonizadora Bertaso, que se dedicava na venda de terrenos para migrantes gaúchos, e sabia que uma cidade planejada e moderna serve como boa propaganda para atrair novos compradores e investidores. A segunda razão demonstra o interesse no comando político e administrativo

do município, uma vez que a prefeitura é a instância de maior poder político em nível local, e a instituição responsável por elaborar e implementar projetos de modernização e desenvolvimento.

De acordo com Hass (2000, p. 106 e 107) na década de 1940, a população de Chapecó apresentava características essencialmente rurais. Dos quase 45.000 habitantes, 40.000 viviam na zona rural, sendo que no distrito de Chapecó, viviam aproximadamente 5.800 pessoas, dessas, 5.000 na zona rural. Com o crescimento demográfico e a acumulação de capital proporcionada pela extração da madeira e da erva-mate, a região começa a estruturar sua economia. A migração ocorrida para a região fez florescer um pequeno comércio, “com o surgimento de casas comerciais, varejistas e atacadistas, que mantinham ligações comerciais com o Rio Grande do Sul”.

A aproximação da família Bertaso com a política chapecoense ocorre em 1944, com a nomeação do engenheiro civil, Serafim Ennos Bertaso para prefeito de Chapecó, firmando-se como o representante político da Companhia Colonizadora na política da região. Sua nomeação faz parte da política de aproximação adotada no governo de Getúlio Vargas, a qual consistia na nomeação de pessoas que não faziam parte da estrutura política tradicional e ao mesmo tempo representassem o poder econômico local. No caso do Oeste catarinense, a nomeação unia o poder econômico da Companhia Colonizadora com o poder político. Serafim Bertaso atuava como a voz política da família.

Além das mudanças demográficas e da diversificação econômica, fatores ocorridos na política nacional, como o fim do Estado Novo em 1945, a extinção do Território Federal do Iguaçu (TFI) em 1946, a retomada da democracia e das eleições gerais e a criação dos partidos políticos influenciam na organização de novos grupos políticos no município de Chapecó. Com a extinção do TFI e

a reincorporação da região Oeste ao território catarinense, Serafim Bertaso continuou à frente do poder executivo municipal, ao optar por continuar sendo situação e por aceitar o convite do Interventor Federal de Santa Catarina, Udo Deeke, para permanecer no cargo de prefeito. Nessa fase de redemocratização política, os Bertaso lideram a organização do Partido Social Democrático (PSD) na região.

Nesta época, o desenvolvimento do município de Chapecó esbarrava em diversos obstáculos para sua expansão, um dos maiores era a precariedade das poucas estradas existentes. Até os anos 1950 não havia condições para o trânsito de veículos nos dias de chuva. Para tentar mudar e enfrentar estas adversidades, vários órgãos da administração pública estadual e federal foram instalados e diversas entidades privadas foram criadas no município.

Entre os órgãos públicos, destaca-se a Inspetoria de Estradas e Rodagem (DER), instalada em 1947, órgão da administração estadual que ficou sob o comando do engenheiro civil, Serafim Bertaso (PSD). Em 1948 foi realizada a instalação do Instituto Nacional do Pinho. Por parte da iniciativa privada, merece destaque a criação da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), em 1947, o primeiro presidente da entidade foi Serafim Bertaso. Neste mesmo ano ocorre a instalação do Banco Indústria e Comércio SA (INCO). Em 1952, ocorre a fundação da S.A. Indústria e Comércio Chapecó, tendo como diretor gerente, o industrial e madeireiro, Plínio Arlindo de Nês (PSD). Destaca-se ainda, a inauguração de uma filial do Banco do Brasil, em 1952 (HASS, 2000, p. 134 e 135).

A primeira fase da colonização mostra que o município de Chapecó era predominantemente rural, sua economia sustentava-se na extração vegetal, especialmente a madeira de lei, como o pinho, cedro, louro e erva-mate. Segundo Alba (2002, p. 25), dados do IBGE demonstram que havia uma significativa produção pecuária

ria, representada pelos bovinos, equinos, asininos, muares, suínos, aves e peixes. Estas características mostram o caráter agropecuário de Chapecó no primeiro momento da colonização, composta por pequenas empresas familiares, elementos que constituem a base para as agroindústrias que se fortalecem nos anos 1950/60. A expansão da produção estava condicionada ao escoamento para os grandes centros consumidores, que por sua vez, necessitava de grandes investimentos em infraestrutura, principalmente na construção de vias de ligação.

Do ponto de vista da política, o período entre a nomeação de Serafim Bertaso, em 1944, até as eleições de 1950, o poder político esteve com as lideranças do Partido Social Democrático (PSD). Partido composto por empresários ligados às companhias colonizadoras, madeireiras e ervateiras. Além destes, faziam parte desta agremiação, comerciantes e profissionais liberais ligados ao primeiro grupo. Mesmo com o poder econômico dominante, a máquina administrativa municipal e estadual e a imprensa local em suas mãos, o PSD perdeu as eleições municipais de 1950. A oposição formada por quatro legendas (UDN, PTB, PRP E PSP) elegeram o prefeito José de Miranda Ramos, do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

A vitória da oposição reflete em grande medida as transformações que se processavam no município, uma das mais significativas, foi o crescimento populacional, dados do IBGE mostram que a população passou dos 44.237 habitantes em 1940, para 96.624 habitantes em 1950. A alteração demográfica “trouxe para a região profissionais liberais que passam a disputar o poder local, com a fração política ligada ao comércio da terra e extração florestal, dando início a uma nova fase na política chapecoense (HASS, 2000, p.113).

Os principais partidos de oposição, União Nacional Democrática – UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB foram orga-

nizados por dissidentes do PSD chapecoense. A união destes dois partidos, somado ao apoio de legendas menores, garantiu a eleição da oposição nas eleições de 1950. Além da aliança partidária, fatores relacionados à instalação de novos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, permitiu diversificar a economia local e atraiu profissionais liberais, principalmente médicos, advogados e comerciantes que passaram a disputar o poder local com a elite hegemônica. O aumento significativo da população do município de Chapecó também contribuiu para o novo cenário político e eleitoral, a soma destes fatores, possibilitou a eleição do trabalhista José de Miranda Ramos para o comando da prefeitura municipal de Chapecó no período de 1950/54.

No entanto, a derrota eleitoral dos madeireiros e colonizadores foi parcial, pois o PSD elegeu a maioria dos vereadores na câmara municipal, local onde fizeram grande oposição e aprovavam a maioria dos projetos se auto beneficiando, para Hass (2000, p. 251) a perda do poder executivo pelos pessedistas, resulta no acirramento dos conflitos político-partidários, “com o PSD reagindo violentamente à perda do comando político municipal”.

Após o rompimento da hegemonia política do PSD nas eleições de 1950, seguiram-se outros fatos que abalaram a vida na comunidade chapecoense. Um dia após a eleição, “a igreja católica local foi destruída por um incêndio, dois dias depois a serraria da família Baldissera também foi incendiada” (HASS, 2001, p. 239). Duas pessoas foram presas e sob torturas confessaram os crimes e ainda acusaram outros dois de participarem dos incêndios como mentores. Os quatro foram indiciados por formação de quadrilha, ainda na prisão e sem julgamento, foram linchados⁸ por um grupo de aproximada-

⁸ Para saber mais sobre o linchamento, sugerimos a leitura de: HASS, Monica. O Linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Grifos, 1999.

mente 200 pessoas influenciadas pelo fanatismo religioso e o desejo de justiça pelas próprias mãos.

As mudanças ocorridas na política e na economia do município de Chapecó através do crescimento populacional, da diversificação de atividades econômicas e a conquista do poder político por um grupo de oposição nas eleições de 1950, seguidos das tragédias dos incêndios e do linchamento, marcam o fim da hegemonia política dos colonizadores e madeireiros. Estes acontecimentos indicam a necessidade de reorganização político-empresarial para buscar amenizar as disputas e construir uma agenda de grandes ações para impulsionar o crescimento urbano e industrial de Chapecó.

Os colonizadores e madeireiros ao serem deslocados do poder político e percebendo o arrefecimento de seus empreendimentos, procuram se reinventar, a situação colocada exige uma nova estratégia. O ideal de progresso presente na primeira fase da colonização é reinventado e torna-se uma aspiração que vai unificar as elites nas décadas de 1950 e 60, de acordo com Silva e Hass, (2017, p. 345), o discurso baseado em um ideal de progresso foi utilizado como ferramenta para uma reinterpretação do passado coronelista, dominado pela violência e para organizar uma ideia de futuro, com vistas ao crescimento econômico da região e a retomada da hegemonia política no município. O ideal de progresso serviu como instrumento organizador da intervenção sobre a natureza e a sociedade, como elo entre diferentes grupos políticos e dominou a retórica política por grande parte da história da região.

A efetivação deste ideal de progresso passa pela implementação de projetos de desenvolvimento e pela retomada do poder político municipal, fato que acontece em 1955 com o retorno do PSD à prefeitura de Chapecó. O retorno pessedista foi viabilizado através de uma estratégia montada na esfera estadual entre PSD e PTB com

vistas à eleição do governo estadual e do senado, sem êxito na disputa pelo comando do estado. O acordo firmado entre os dois partidos previa o desdobramento da aliança “no âmbito local, com o PTB de Chapecó, que esteve coligado em 47 e 50 a UDN, aliando-se pela primeira vez com o PSD. Procedimento que se repete nas eleições de 1960 e 65” (HASS, 2000, p. 278).

No plano nacional, o período é marcado pelo retorno de Getúlio Vargas ao comando do país e a execução do projeto nacional desenvolvimentista, ancorado no objetivo de industrializar e urbanizar o país sob o comando do Estado. A sequência do projeto de desenvolvimento é conduzida por Juscelino Kubitschek (1956/60) através do Plano de Metas, realizando grandes investimentos na infraestrutura básica do país, consolidando a indústria de base e avançando no processo de integração nacional por meio da pavimentação de rodovias, geração de energia e instalação de redes de comunicação. O Oeste catarinense, uma das regiões afastadas dos grandes centros e não integrada aos mercados consumidores devido às condições de sua infraestrutura, passa a reivindicar maior atenção das autoridades estaduais e investimentos para superar seu isolamento.

A retomada da prefeitura municipal de Chapecó, aliado ao controle dos órgãos públicos do governo do Estado instalados na região, possibilitaram a elite dirigente, predomínio político e econômico sobre as demais forças políticas e reconhecimento junto ao comando estadual. No entanto, estas estruturas e a falta de programas de investimentos por parte do governo estadual, não promoveram políticas que tivessem o alcance de viabilizar a integração do Oeste aos demais centros econômicos do Estado. As estruturas existentes até então, não tinham recursos, nem meios para realizar investimentos em infraestrutura, que possibilitassem elevar o padrão de desenvolvimento econômico na região.

A falta de estrutura só será revertida com a presença e forte atuação do governo do Estado no Oeste catarinense, através da criação da SNO em 1963, atendendo as reivindicações das lideranças políticas e econômicas do Oeste catarinense, que chegaram a organizar um movimento pela emancipação da região em conjunto com o Sudoeste do Paraná. A Secretaria do Oeste teve como primeiro secretário, Serafim Enoss Bertaso, representante da elite tradicional formada por colonizadores e madeireiros.

Serafim ficou à frente da SNO entre 1963/69, sob seu comando, esta estrutura descentralizada do Governo estadual, com autonomia financeira e administrativa, parque de máquinas, equipamentos e pessoal técnico esteve à disposição da elite local para implementar projetos de desenvolvimento almejadas nas décadas anteriores. As análises sobre as ações implantadas na gestão de Serafim Bertaso serão abordadas no terceiro capítulo desta pesquisa, por hora, faremos uma abordagem sobre as concepções de desenvolvimento e os planos de governo instituídos no período entre 1950/1970.

1.3. UMA DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Para um maior entendimento sobre a importância da Secretaria dos Negócios do Oeste no processo de desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina, ocorrido na década de 1960, se faz necessário uma pequena explanação teórica a respeito do desenvolvimento. O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante amplo no meio acadêmico, principalmente em relação à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Scatolin (1989, Apud OLIVEIRA, 2002, p. 38) afirma que muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível

de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como se distribui estes incrementos. Segundo este autor, “deve-se acrescentar que apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam”. O desenvolvimento em qualquer concepção deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida.

De acordo com Bresser Pereira (2014, p. 33 e 34) com o fim da segunda guerra e a criação das Nações Unidas, “a ideia de desenvolvimento surgiu como nova designação para progresso, agora com forte viés econômico”. Para o autor, os conceitos de progresso e desenvolvimento humano são equivalentes, embora tenham origens e conotações diferentes, seu entendimento é que o desenvolvimento humano está associado ao desenvolvimento econômico e envolve mudanças estruturais ao longo de um processo histórico de realização dos direitos humanos, enquanto progresso é visto como um conceito universal, geralmente associado a um ideal. “A ideia de progresso data do Iluminismo, e a de desenvolvimento humano, do pós-Segunda Guerra Mundial” (37 e 38). Desenvolvimento econômico ou crescimento econômico é a base do desenvolvimento humano e se materializou somente depois que ocorreram as revoluções nacionais e industriais, tornando-se um objetivo universal após a segunda guerra mundial.

Bresser Pereira (2006, p. 01) define o conceito de desenvolvimento econômico como um fenômeno que passa a ocorrer nos países que realizam sua “revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico”. Para Furtado (1961, p.115 e 116) sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, au-

mento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Para estes autores, o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento. Estas definições nos auxiliam para entender a relação das ações implementadas pela SNO no processo desenvolvimento verificado na região Oeste no final da década de 1960, e acentuado nas décadas seguintes.

Segundo Oliveira (2002, p. 40), o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Para o autor, “desenvolvimento nada mais é que o crescimento no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras”.

Em relação à controvérsia entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, Bresser Pereira (2014, p. 55), entende que a discussão não deve centrar-se na distinção entre estes dois conceitos, pois, considera que o debate que deve ser realizado é entre “crescimento econômico (ou desenvolvimento econômico), por um lado, e desenvolvimento humano ou progresso, por outro”. De acordo com o autor, o crescimento econômico pode ser “injusto, às vezes ser ofensivo à natureza; o desenvolvimento humano, por definição, não pode, porque para que este se materialize não é suficiente melhorar os padrões de vida”; é também necessário que ocorra algum avanço em outros objetivos políticos que as sociedades modernas definiram para si próprias:

Desenvolvimento da segurança (maior paz entre as nações e menos crimes), desenvolvimento econômico (maior bem-estar), desenvolvimento político (maior igualdade política e maior participação no

governo), desenvolvimento social (maior igualdade econômica) e desenvolvimento ambiental (maior proteção do ambiente) (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 58).

Entretanto, o autor esclarece que esses objetivos nem sempre são compatíveis e conflitam entre si, particularmente o desenvolvimento econômico:

Que, a longo prazo, é uma condição necessária para atingir os outros objetivos, mas que a curto prazo geralmente conflita com eles. É por isso que o *compromisso* – o princípio fundamental da política – é sempre necessário para levar adiante os objetivos e os interesses conflitantes (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 56).

Fonseca (2004, p. 470) explica que a definição de desenvolvimento envolve intensa polêmica, principalmente quando contrastado com crescimento. De acordo com o autor, “os manuais têm consagrado crescimento como taxas positivas de crescimento do PIB, enquanto desenvolvimento, além de supor crescimento, exige melhoria dos indicadores sociais e de bem-estar”. No entanto, esclarece que a ideia de separar as duas categorias possui “apelo ideológico ao prestar-se como denúncia a processos de crescimento econômico não acompanhados de melhoria de indicadores sociais”. O conceito de desenvolvimento acrescido de conteúdo valorativo serve “aos interesses do analista: desenvolvimento é o crescimento com determinadas qualidades e atributos escolhidos sem qualquer critério de objetividade”. Por fim, o autor entende que não há distinção e considera desenvolvimento e crescimento como sinônimos, pois:

Ambos se opõem à estagnação, ou seja, desenvolvimento/crescimento ocorrem quando a economia cresce, expande-se a produção e a acumulação de capital; a sociedade, assim, se reproduz, criando mais bens e serviços para pôr à disposição de seus habitantes, segundo determinadas regras de distribuição (FONSECA, 2014, 270).

A liberação da controvérsia envolvendo os conceitos de crescimento e desenvolvimento não apaga qualquer preocupação com o social, e sim, contribui para explicitar, que desenvolvimento e distribuição são processos diferenciados, não necessariamente coincidentes e que só podem coexistir se cumpridas algumas pré-condições de natureza extremamente complexa:

Institucionais, políticas e culturais. Assim, pode-se ter desenvolvimento com ou sem melhoria da distribuição de renda, com ou sem melhoria dos indicadores sociais, não havendo nenhuma “lei”, natural ou social, que obrigue um ou outro caminho em termos de economia. A distribuição pode ocorrer, mas não decorre da lógica do crescimento e até pode chocar-se com ela. (FONSECA, 2014, p. 271).

Com base na exposição dos autores supracitados, entendemos que desenvolvimento econômico ocorre, quando a sociedade utiliza de suas instituições para criar as condições que facilitam o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico. O Estado na condição de principal instituição normativa e organizacional da sociedade, torna-se o instrumento de ação coletiva para promover o desenvolvimento por meio de uma ação estratégica para este fim.

De acordo com Fonseca e Salomão (2017, p. 04), o pensamento em torno de uma política econômica começou a ser esboçada

após 1930, em especial, nos governos Getúlio Vargas (1930/45 e 1951/54) e Juscelino Kubitschek (1956/61), reforçando o entendimento de que, do ponto de vista da experiência histórica, trata-se de um fenômeno vivenciado no século XX e frequentemente associado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo arcabouço teórico contribuiu, de fato, para embasar a prescrição de políticas econômicas adotadas a partir dos anos 1950. Para estes autores, é incontestável a influência da CEPAL na formulação e difusão de teorias econômicas que se contrapunham à ortodoxia convencional, embora, reconheçam que a CEPAL se apoiou em ideias semelhantes às suas, as quais já eram defendidas na América Latina há muito tempo.

A busca pelo progresso ou o desenvolvimento, que precede as formulações da CEPAL, já haviam sido difundidas no Brasil desde o final do século XIX por grupos “imbuídos pelo espírito de construção de um novo país surgido no processo que depôs a Monarquia”. Ainda que difusas e não sistematizadas, a defesa da industrialização, do nacionalismo e do intervencionismo pró-crescimento precedeu a concepção da política a qual, adotada por sucessivos governantes, tornou-se notadamente responsável pelo acelerado crescimento econômico ao longo das cinco décadas de sua vigência. (SALOMÃO, 2017, p. 423).

Como prática política, os primeiros sinais de intervenção do Estado na economia, objetivando acelerar a industrialização, iniciaram no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930/45), com a criação de órgãos de planejamento e empresas estatais, representando uma mudança na mentalidade e na forma de gerir o Estado. Vários órgãos foram criados para exercer controle político e influenciar nos rumos da economia, dentre os quais, o Conselho Federal do Comércio Exterior – CFCE (1934), Conselho Técnico de Economia e Fi-

nanças – CTEF (1937), Departamento de Serviço Público – Dasp (1938), Coordenação de Mobilização Econômica – CME (1942), Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC (1944) e a Comissão de Planejamento Econômico – CPE (1944) (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 254).

A criação destes órgãos de controle e planejamento sinaliza a mudança na compreensão do papel do Estado, que passou a assumir cada vez mais responsabilidade pelos rumos da economia, contribuindo para o amadurecimento do pensamento desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960. Segundo Pereira (2011), naquele momento consolidaram-se os princípios pelos quais o país passava buscar o desenvolvimento:

1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011, p. 122).

Estas características remetem a uma racionalidade planejada sob a liderança do Estado em busca da expansão industrial e da produtividade. Demonstra um caráter técnico, em que a industrialização pode ser planejada, quantificada em metas e taxas desejáveis a serem perseguidas conscientemente através dos instrumentos da política econômica. Se opõe ao pensamento liberal e a máxima do mercado regulador da oferta e demanda como impulsionador do crescimento econômico.

A partir dos estudos da CEPAL, o desenvolvimento caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas passou a ocupar lugar hegemônico nas ciências sociais latino-americanas, possível de ser alcançado por meio de um projeto de modernização nacional assentado no paradigma da substituição de importações, da industrialização e da urbanização capitalista, podendo ser sintetizada como uma política econômica:

Formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2013, p. 40).

Sem grandes diferenças dos conceitos elaborados pela CEPAL, o conceito elaborado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB refletindo sobre as revoluções industrial e nacional que estavam em curso desde 1930, elaboraram uma “interpretação nacional-burguesa” do Brasil e da América Latina⁹ e sustentava a ideia de que o desenvolvimento seria alcançado por meio de uma estratégia nacional realizada através de um:

Processo de acumulação de capital; acumulação de progresso técnico e elevação do padrão de vida da população de um país, que se inicia com a revolução

⁹ Essa interpretação nacional-burguesa tornou-se dominante nos anos 1950. Ela substituiu a interpretação anteriormente dominante, a “interpretação da vocação agrária” ou “interpretação da vocação dos bens primários”, que rejeitava a possibilidade e a necessidade de industrialização na região (BRESSER PEREIRA, 1982).

capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. (BRESSER PEREIRA, 2004, p. 57-58).

As formulações destas instituições convergem para o entendimento de que o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos exige uma estratégia de industrialização, conduzida pelo Estado. Os teóricos destas instituições atribuíram a responsabilidade pelo subdesenvolvimento da região não apenas à “colonização mercantilista da América Latina por meio dos latifúndios, mas também ao interesse ativo do centro imperial em manter os países em desenvolvimento como exportadores de bens primários” (BRESSER PEREIRA, 2010, p. 18). Suas teorias e propostas políticas forneceram suporte teórico ao crescimento econômico que caracterizou a maior parte dos países latino-americanos entre 1930 e 1980.

As perspectivas de desenvolvimento da CEPAL e do ISEB estão na base de sustentação teórica do Plano de Metas adotado no governo de Juscelino Kubitschek (1956/61), um ambicioso plano de desenvolvimento conduzido pelo Estado, que proporcionou a expansão do setor industrial, gerando altas taxas de crescimento econômico. Essa perspectiva de desenvolvimento interessa a nossa pesquisa, pois, serviu de exemplo para que o Estado de Santa Catarina, através da FIESC, realizasse o Seminário Socioeconômico com a intenção de elaborar o seu Plano de Metas do Governo (PLAMEG), que se desdobrou na região Oeste por meio da Secretaria dos Negócios do Oeste.

Na concepção dos teóricos da CEPAL e do ISEB, o desenvolvimento seria possível nos países subdesenvolvidos por meio de um plano estratégico voltado para a industrialização acelerada, pois entendiam a industrialização como o principal elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento. Defendiam que os países latino-americanos só se desenvolveriam a partir da montagem de um aparato industrial orientado pela ação do Estado, assentado em uma ampla aliança, envolvendo os empresariais nacionalistas, os trabalhadores e os técnicos do aparelho estatal.

No entanto, mesmo com todo o esforço teórico e metodológico na tentativa de se criar um novo modelo de desenvolvimento, no início da década de 1960 a teoria desenvolvimentista começa a perder sua força devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias. Mesmo os países latino-americanos, que apresentavam taxas de crescimento bastante elevadas, estavam limitados pela sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia ter chegado ao fim e o resultado dos anos de crescimento da economia foi acompanhado pela concentração de riquezas e uma péssima distribuição de renda.

Após a crise dos anos 1960 e o golpe civil e militar, a “interpretação nacional-burguesa” do Brasil sugerida pelo ISEB e a estratégia nacional-desenvolvimentista proposta tanto pelo ISEB quanto pela CEPAL sofreram dura e efetiva crítica de sociólogos brasileiros reunidos na Universidade de São Paulo. Diferentemente do ISEB, a questão nacional não era fundamental para o grupo da “Escola de Sociologia de São Paulo”. Da necessidade de se buscar novos rumos teóricos, surge a teoria da dependência. A interpretação realizada por Cardoso e Faletto (1977, p. 120) buscava analisar a transição do modelo “estatista-desenvolvimentista” ou “populismo nacionalista” para o modelo dependente-associado.

Enquanto o ISEB e a CEPAL defendiam uma interpretação nacional-burguesa do Brasil, com uma visão do crescimento econômico intimamente vinculada à ideia de construir a nação e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento – o nacional-desenvolvimentismo – a Escola de São Paulo criava a interpretação da dependência associada. Enquanto os intelectuais do ISEB viam o pacto político, orientado para a industrialização de Getúlio Vargas, como a realização da revolução nacional e capitalista e consideravam seu populismo uma primeira expressão da participação do povo na política, a escola de sociologia São Paulo era crítica do nacionalismo econômico e do populismo político de Vargas. Enquanto o grupo do ISEB se situava dentro do aparelho do Estado e não na universidade, e não estava preocupado com a pesquisa empírica, atuando antes como um grupo de intelectuais públicos de alto nível, os sociólogos de São Paulo eram um produto da universidade e alegavam que seu trabalho era essencialmente acadêmico ou científico (BRESSER PEREIRA, 2010, p. 23).

O modelo de desenvolvimento que emergiu após meados dos anos 1960, foi caracterizado como desenvolvimento dependente e associado, autoritário no nível político e concentrador de renda no nível econômico. Tais circunstâncias serviram de base para a interpretação da dependência associada, Cardoso e Faletto (1977, p. 25) observam que a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional, se dá sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas ao sistema de importações-exportações, nesta nova etapa de desenvolvimento “as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais”. Nesta versão, o capital financeiro internacional não antagoniza o desenvolvimento industrial, mas estabelece condições para ele, pro-

movendo a concentração de renda da classe média para cima e estimulando o autoritarismo.

Para Bresser Pereira (2010, p. 37), a visão de dependência associada elaborada por Cardoso e Faletto (1977) pode ser resumida na ideia de que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, e por isso não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento. Um pré-requisito para o crescimento econômico em países como o Brasil, era o ingresso de poupança externa, na medida em que se supõe que os países latino-americanos careçam de recursos para financiar seu desenvolvimento. Ignorando o fato de que as corporações industriais multinacionais estavam apenas se apoderando dos mercados internos que haviam sido fechados a suas exportações e o fato de que o crescimento entre 1930 e 1960 tinha sido fundamentalmente financiado pela poupança interna, a dependência associada via a participação das empresas multinacionais na industrialização como uma condição para maior crescimento.

Esse debate sobre o conceito de desenvolvimento e a interpretação de como ele acontece, nos auxilia para entender que em Santa Catarina, a proposta de desenvolvimento que surgiu do Seminário socioeconômico, realizado pela FIESC (1959/60), foi formatada de acordo com a proposta de desenvolvimento da CEPAL e se realizou nos marcos do desenvolvimento associado e dependente. Resaltamos que o trabalho aqui apresentado limitou-se em mostrar as ações implementadas pela SNO e o desenvolvimento desencadeado em razão destas ações. Não reunimos dados nem informações para qualificar o desenvolvimento empreendido.

1.4. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ANOS 1960

Partindo de uma visão mais ampla, o Estado geralmente é percebido como uma instituição independente e comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento social, entretanto, na prática, a história mostra que o Estado tem sido o instrumento de realização dos interesses dos grupos hegemônicos. No século XIX Karl Marx (1993, p. 96) definiu como “um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”, já no século XX, com a conquista da democracia pelas classes médias e pobres, passa ser também “instrumento de emancipação social” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.08).

O Estado, na sua qualidade de principal instituição normativa de uma sociedade moderna, torna-se, na sua outra qualidade de instituição organizacional, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento econômico por meio de uma estratégia nacional. Para que uma economia se coloque em processo de crescimento é necessário que se tenha uma estratégia nacional de desenvolvimento, no qual, o governo, os empresários, técnicos e trabalhadores estejam trabalhando de forma consertada na competição econômica com as demais nações (BRESSER PEREIRA, 2006, p.02).

Neste sentido, a intervenção estatal foi bem recebida pelas classes dominantes como forma de suprir insuficiências de bases técnicas e financeiras para instaurar projetos de desenvolvimento, com investimentos em infraestrutura, na produção de matérias-primas, máquinas, equipamentos e bens de consumo, muitas vezes condicionados à adoção de tecnologias não disponíveis no mercado interno. Em Santa Catarina o controle do Estado esteve por décadas nas mãos de duas oligarquias, os Ramos e sua rival, os Konder Bornhausen.

Duwe (2015, p.07) analisou a trajetória política destas duas famílias, o resultado do seu trabalho mostra que ambas possuem um histórico de encontros e, principalmente, desencontros na atuação política em Santa Catarina. Os momentos mais marcantes desta rivalidade, segundo o autor, encontram-se na revolução de 1930, pois o governo estadual, sob o comando dos Konder, apoiava o Governo Federal e foram depostos pela Aliança Liberal, sendo que a oposição chefiada por Nereu Ramos assume em seu lugar e inicia uma série de medidas contra a população teuto-brasileira e a família Konder Bornhausen. Com o retorno dos partidos políticos em 1945, “os dois grupos colocam-se de forma diametralmente oposta e a rivalidade apenas aumenta”. Os Ramos passam a chefiar o PSD e os Konder Bornhausen a UDN. Entretanto, com o golpe de 1964 e a edição do AI-2 em 1965, ambas as famílias unem forças para liderarem a recém-criada Arena.

No Oeste catarinense, os colonizadores representados pela família Bertaso, aliaram-se a família Ramos. Quando Celso Ramos assumiu o cargo de Governo do Estado (1961/65), Serafim Bertaso foi nomeado para ocupar o cargo de Secretário do Oeste na SNO (1963/69), evidenciando que o processo de desenvolvimento com base no planejamento estatal foi conduzido pelas elites tradicionais, tanto na esfera estadual quanto na regional.

O primeiro plano de desenvolvimento instituído em Santa Catarina ocorreu no Governo de Irineu Bornhausen (1951-55), quando foi apresentado Plano de Obras e Equipamentos (POE) para ser executado em um período de dez anos. Sua finalidade voltava-se para a realização de investimentos nos setores de infraestrutura, com a abertura de estradas de rodagem e geração de energia elétrica; no fortalecimento da agricultura; e investimentos nos setores de saúde e educação. Entretanto, Mattos (1973, p. 306), avalia que os resul-

tados do POE, em relação aos programas rodoviário e energético podem ser considerados eficientes, contudo, na agricultura, saúde e educação os resultados foram desanimadores.

Em âmbito nacional o governo federal adotava o Plano de Metas (1956/61) cuja finalidade voltava-se para elevar o padrão de vida dos brasileiros, constituindo-se de projetos de desenvolvimento que se distribuíam em cinco grandes setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Cada um dos setores estava dividido em metas, que ao todo somavam 30. Era ainda parte do Plano a construção de Brasília, cujos projetos de transporte estavam especialmente articulados. Para Caputo e Melo (2009, p. 519) o desenvolvimento de cada um dos setores seria alcançado através de grandes investimentos estatais e da orientação do investimento privado para os setores produtivos. As fontes internas previstas para financiamento dos investimentos do Plano dividiam-se em:

Orçamento corrente da União (inclusive fundos vinculados), 39,7%; orçamentos dos Estados (inclusive fundos especiais), 10,4%; financiamentos de entidades públicas (BNDE, Banco do Brasil, etc.), 14,5%, e recursos próprios de empresas privadas ou sociedades de economia mista, 35,4%. Estas fontes totalizariam Cr\$ 284,8 bilhões, e o total cobriria dois terços dos investimentos globais (CAPUTO e MELO, 2009, p. 519).

No final da gestão JK, Villela (2005, p. 57) avalia que o país havia alcançado forte expansão da indústria, melhorias em infraestrutura e crescimento econômico de 8% ao ano. No entanto, a política de financiamento e o endividamento externo agravaram o déficit público e fez aumentar a inflação. “A expansão monetária que financiava o gasto público e o aumento do crédito viabilizaram os in-

vestimentos privados, entretanto, essa prática consiste em um mecanismo clássico de extração de poupança forçada da sociedade como um todo, via inflação”. Ou seja, o endividamento externo e a inflação de 25% ao ano financiaram o crescimento econômico do período, mas agravou a concentração de renda, aumentando as desigualdades sociais com reflexos perversos para o seu sucessor.

Enquanto a economia nacional era guiada pelo planejamento estatal, em Santa Catarina, mesmo com avanços significativos em diversas regiões, a economia encontrava sérias dificuldades para expandir, devido à falta de infraestrutura, integração rodoviária, aparelhamento dos portos, produção de energia e linhas de créditos de longo prazo. De acordo com Goularti Filho (2005, p. 633), no governo Jorge Lacerda-Heriberto Hulsen, não houve um plano ou programa político institucional voltado para o planejamento, as ações do governo ficavam condicionadas às necessidades correntes, sem uma programação prévia. Em 1957, fazendo parte do Plano de Metas do Governo Federal, foi constituída a Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca), situada no sul do Estado, porém a construção iniciou somente em 1960.

De acordo com Schimtz (1982, p.58), a busca por uma solução para a falta de políticas públicas na infraestrutura do Estado de Santa Catarina, foi discutida pela FIESC, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), dos encontros realizados surgiu a ideia de um levantamento socioeconômico que possibilitasse gerar uma proposta de um plano de desenvolvimento com base no planejamento e no ideário desenvolvimentista. Segundo o autor, a ideia do Seminário Socioeconômico faz parte do objetivo traçado pelo presidente da FIESC, Celso Ramos, em “se engajar no processo de desenvolvimento brasileiro”. O primeiro passo para efetivar este propósito foi treinar técnicos na área do planejamento, através de cursos oferecidos pela CEPAL.

A falta de uma política institucional com base no planejamento estatal foi a plataforma política de Celso Ramos, candidato ao governo de Santa Catarina pelo PSD, nas eleições de 1960. Eleito governador, instituiu o Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961/66), cujo objetivo concentrava-se na formação do capital básico, investindo em infraestrutura, energia, transportes e educação. A construção do plano se deu através da identificação dos pontos de estrangulamento da economia catarinense, por meio do Seminário socioeconômico e estudos

técnicos, realizado pela FIESC, em colaboração com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nos anos 1959/60. A síntese final do seminário apresentou um conjunto de 18 metas para integrar e promover o desenvolvimento da economia do estado de Santa Catarina.

Entre as metas do PLAMEG, havia a proposta de “Integração do Oeste”. Os estudos realizados no Seminário socioeconômico apontaram a necessidade de se implantar ações voltadas à pavimentação de rodovias, instalação de rede de comunicação e ampliação da geração de energia, como forma de promover a integração do Oeste catarinense aos demais centros econômicos do Estado. A falta de infraestrutura básica condicionava a região Oeste ao isolamento por via terrestre, obstáculo que limitava seu crescimento econômico. Nos dois primeiros anos do PLAMEG, as ações mais importantes não foram implementadas, gerando descontentamento e aumentando a pressão sobre o Governador Celso Ramos, a solução encontrada foi a criação e instalação da SNO no final de 1963.

Do mesmo modo como ocorreu em âmbito nacional, em Santa Catarina, o Estado também passou a intervir na economia e foi o responsável pelos investimentos na infraestrutura básica para facilitar o processo de industrialização. O padrão de crescimento alte-

rou-se a partir das políticas instituídas pelo PLAMEG, principalmente, com o novo sistema de crédito e os investimentos em energia e transportes, que permitiram a consolidação de diversos setores da indústria, dentre eles o complexo agroindustrial, com destaque para as empresas Sadia, Perdigão e Chapecó, instaladas na região Oeste.

Criada pelo PLAMEG para ser o seu braço executor na região, a SNO teve atribuições na realização de estudos socioeconômicos, contou com recursos e autonomia administrativa para implementar projetos de desenvolvimento, com destaque para a abertura de estradas, pavimentação de rodovias e ampliação das redes de energia elétrica e comunicação, cujo objetivo era atender a demanda das prefeituras e indústrias do Oeste catarinense. A SNO teve o papel de ampliar e melhorar a infraestrutura básica da região para facilitar a expansão das indústrias, o crescimento econômico e a integração regional.

Na década de 1960, o município de Chapecó vivia uma euforia pelo progresso, líderes políticos de diversas correntes ideológicas e os empresários convergiam em uma agenda de grandes ações para promover o desenvolvimento. Entidades privadas e instituições públicas se dedicaram em buscar investimentos para realizar grandes investimentos em infraestrutura como forma de possibilitar a implementação de projetos de industrialização.

As lideranças do Oeste catarinense se dedicaram em debater e buscar auxílio financeiro nas esferas federal e estadual para realizar grandes obras para o desenvolvimento da região. A SNO contribuiu para a construção desta agenda de grandes ações, tanto na promoção dos debates, quanto na realização de ações de infraestrutura que modificaram a realidade econômica da região. Nossa pesquisa constatou que ao longo dos anos 1960, ocorreu a expansão do comércio, a instalação de novos empreendimentos industriais e expansão da agroindústria na região Oeste. Os investimentos realizados pelos ór-

gãos e instituições do Estado, como a SNO, DER, CELESC e BDE favoreceram o desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense.

As ações realizadas pela SNO trouxeram mudanças estruturais para a região, ao mesmo tempo em que atenderam a retórica de progresso da imprensa e líderes políticos e teve alcance para promover a aceleração do desenvolvimento econômico da região. Nosso entendimento é o de que a participação do Estado no processo de acumulação capitalista se intensifica a partir dos anos 1960 com a intervenção da SNO na infraestrutura, o que possibilitou ampliar o desenvolvimento econômico da região Oeste.

Neste capítulo, nos dedicamos a analisar o processo de desenvolvimento econômico da região Oeste em suas diversas fases, desde a ocupação do território com a instalação de grandes fazendas de criação de animais, passando pela extração vegetal da erva-mate e da madeira, colonização por Companhias colonizadoras, surgimento do comércio e a diversificação econômica, ocorrida entre de 1940 a 1960. Analisamos as concepções e formulações teóricas que deram sustentação para os Planos de desenvolvimento implementados no país e no estado de Santa Catarina ao longo dos anos 1950/60.

No segundo capítulo, iremos abordar questões relacionadas ao Seminário socioeconômico promovido pela FIESC em 1959/60, que deu origem ao Plano de Metas do Governo (PLAMEG) instituído durante a gestão do Governador do Estado de Santa Catarina, Celso Ramos (PSD) e o movimento ocorrido em nível regional Pró-Criação do Estado de Iguaçu, como acontecimentos que possibilitaram a criação da SNO em 1963. O capítulo apresenta ainda, as finalidades, a estrutura disponível e a área de abrangência da SNO.

2.

AS BASES PARA A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE (1950–1963)

Este capítulo analisa o processo de criação da Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO) por meio de três eventos ocorridos no âmbito estadual. O primeiro deles foi o Seminário Socioeconômico promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) nos anos de 1959/60; o segundo foi a eleição de Celso Ramos (PSD) para Governador de Santa Catarina em 1960; e por fim, a implementação do Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961/65), que na prática foi a institucionalização do Seminário Socioeconômico, viabilizado pela eleição de Celso Ramos. A SNO surge no final do terceiro ano do PLAMEG, como forma de atender as promessas de campanha do governador, mas principalmente para responder a demanda por infraestrutura da região Oeste.

No plano regional, destacamos a criação da Comissão para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguaçu – CODEI, em 1962, como um movimento de pressão, que forçou o governo es-

tadual a adotar medidas estruturantes para atender as demandas do Oeste catarinense, entre elas a criação da SNO. Analisamos ainda, as transformações econômicas e políticas ocorridas nos anos 1960 no município de Chapecó e a criação das primeiras Associações de Municípios (AM) no estado de Santa Catarina. Estes acontecimentos ocorrem no período em que há grande influência do pensamento desenvolvimentista com base no planejamento estatal, sendo o Plano de Metas implementado no governo JK, o exemplo seguido em diversos estados da federação, dentre os quais, Santa Catarina.

O presente capítulo foi estruturado para mostrar como uma sequência de eventos políticos ocorridos em âmbito estadual, interligados com acontecimentos regionais, resultou na criação da SNO. No plano regional, analisamos o movimento pela criação do Estado do Iguazu com base nos trabalhos de Mombelli (1996), Oliveira (1999), Lopes (2004) e Bavaresco (2017), onde encontramos materiais como mapas da região pretendida para a formação da nova unidade territorial, documentos do movimento separatista e matérias publicadas em jornais sobre o movimento, seus líderes e suas pautas de reivindicações que demonstravam existir um clima de enorme descontentamento com os governos estaduais, em razão da falta de políticas públicas para atender as demandas de infraestrutura da região Oeste.

A análise sobre a criação e instalação da SNO, sua finalidade, estrutura e área de abrangência, foi realizada com base no Projeto de Lei nº 208 de 03 de julho de 1963, na Lei estadual nº 3283 de 08 de agosto de 1963, disponíveis no centro de memória da ALESC. Utilizamos ainda, matérias dos jornais “O Estado” publicadas em novembro de 1963 e “Folha D’Oeste” de dezembro de 1966.

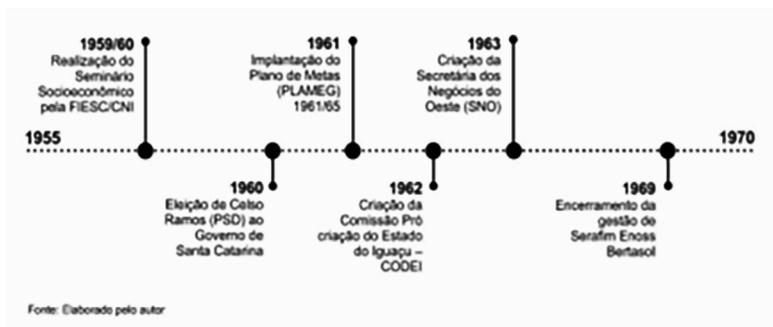


Figura 1. Linha do tempo com eventos que estruturaram o presente capítulo e influenciaram na criação da Secretaria dos Negócios do Oeste.

2.1. O SEMINÁRIO SOCIOECONÔMICO DA FIESC (1959/60)

O Seminário Socioeconômico é o resultado de uma ação articulada pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com colaboração da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Os encontros e estudos deste seminário ocorreram nos anos 1959/60, simultaneamente ao calendário eleitoral, sob a coordenação de Celso Ramos, então Presidente da FIESC e pré-candidato ao governo de Santa Catarina pelo PSD.

Antecedendo ao início do roteiro de dezesseis reuniões regionais informais programadas para a realização da primeira etapa do Seminário socioeconômico, Celso Ramos foi lançado pré-candidato ao cargo de Governador pelo PSD, em evento realizado por lideranças pessedistas do “Vale e Alto Vale do Itajaí, do litoral, planalto e oeste” (LENZI, 1983, p. 276). O encontro foi realizado em março de 1959, na cidade de Blumenau, com o objetivo de definir a candidatura do PSD ao cargo de governador e apresentar um documento

intitulado “Carta de Blumenau” que serviu para orientar a linha de atuação política do partido, no pleito eleitoral marcado para 03 de outubro de 1960.

A formulação de propostas por parte dos grupos econômicos e partidários, que disputavam o comando do governo catarinense, precisavam levar em consideração as transformações do processo de produção econômica das indústrias de Santa Catarina, que segundo Goularti Filho (2002), ocorreram nas décadas de 1940/60 e possibilitaram o surgimento do setor cerâmico, a consolidação do metal-mecânico, diversificação do complexo madeireiro, ampliação do têxtil e a transformação do alimentar para o agroindustrial, a expansão capitalista se encontrava em novo estágio e por isso, necessitava de investimentos em diversos setores de infraestrutura.

O crescimento de vários setores da indústria mostrava que havia uma base industrial pronta para expandir e diversificar. Entretanto, o crescimento da economia catarinense esbarrava no baixo fornecimento de energia elétrica, na falta de instituições bancárias para fornecer empréstimos financeiros, nas poucas e malconservadas estradas. A falta de infraestrutura básica reforçava “a desintegração econômica do Estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 988).

O novo padrão de desenvolvimento e a expansão industrial exigiam ações e investimentos em infraestrutura básica. A busca por soluções para estas questões foi assumida pela FIESC, que por sua vez, recorreu à CNI em busca de ações para atender a problemática catarinense (SCHMITZ, 1982, p. 57). Dos encontros realizados entre a FIESC e a CNI surge a ideia de se realizar um estudo sobre as condições socioeconômicas de Santa Catarina, com a finalidade de elaborar uma proposta de desenvolvimento nos moldes do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (1956/60).

A realização do Seminário socioeconômico se deu em três etapas: a primeira ocorreu por meio de reuniões informais, precedida pela distribuição prévia de questionários, cujo objetivo era realizar um diagnóstico da realidade catarinense, envolvendo entidades públicas e privadas. No relatório final do Seminário, consta que a intenção do questionário era “provocar o interesse da pessoa entrevistada, a quem eram revelados integralmente, método, conteúdo e finalidades do Seminário” (FIESC. 1960, p. 5). Isso demonstra que o objetivo do contato inicial, realizado com pessoas representantes da agricultura, pecuária, indústria, comércio, administração pública, justiça, imprensa, igrejas e outros, era uma forma de convencimento para que aderissem aos propósitos do Seminário.

As pessoas selecionadas e convencidas a participar do Seminário, formavam o público dos dezesseis encontros informais realizados na primeira etapa. No momento seguinte, os representantes dos municípios foram agrupados por zonas geoeconômicas, em que se realizaram novos encontros para aprofundar os debates entre os técnicos da FIESC/CNI, lideranças políticas e empresariais e elaborar o relatório provisório para ser apresentado na plenária final. O Oeste catarinense era uma destas zonas geoeconômicas, na qual se realizou a primeira reunião informal do Seminário e se discutiu as estratégias a serem adotadas para a Integração do Oeste aos demais centros econômicos do Estado e do país.

A metodologia adotada busca passar uma ideia de seminário democrático, participativo e aberto, no qual, o resultado final seria o reflexo dos desejos e anseios da sociedade catarinense, para (SCHMITZ, 1982, p.57) “a pesquisa dos problemas e das soluções se fez da periferia para o centro, indo à origem das dificuldades, para depois atingir uma síntese global”. Na onda do Plano de Metas implementado no governo JK, o seminário tinha por objetivo, abrir as portas para o projeto desenvolvimentista em Santa Catarina.

O ideário desenvolvimentista atribuía à industrialização acelerada a capacidade de desenvolver o país e incorporar parcelas da sociedade que ao longo dos séculos ficaram de fora da partilha das riquezas e benefícios advindos do modelo agroexportador. No entanto, com a implementação dos projetos desenvolvimentistas no país na década de 1950/60, o que se verificou foi uma modernização dos setores e camadas já incluídas no processo de desenvolvimento, “a industrialização não logrou suscitar uma atividade econômica capaz de absorver e ir incorporando, em nível adequado, o crescimento demográfico do país, e em particular os excedentes expelidos e deslocados do declinante setor agrário” (PRADO Jr., 1989, p. 123).

Em Santa Catarina o projeto que viria a ser implementado com o resultado do Seminário Socioeconômico não difere do que ocorreu no país, pois representava em grande medida os interesses dos empresários ligados a FIESC, lideranças políticas e econômicas e convidados sintonizados com o ideário político do Partido Social Democrático (PSD). Os objetivos da proposta de desenvolvimento foram expostos inicialmente no encontro pessedista que definiu a pré-candidatura de Celso Ramos ao governo de Santa Catarina.

Por meio da “Carta de Blumenau”, os líderes pessedistas demonstravam sua insatisfação com a situação econômica de Santa Catarina e responsabilizavam seus adversários políticos. Na carta são apresentadas críticas aos governadores Irineu Bornhausen (1951/56), Jorge Lacerda (1956/58) e Heriberto Hulse (1958/61), ambos da UDN, expressos da seguinte forma:

Considerando que o último governo e o em curso não souberam dar nem criarem as bases e os estímulos para o progresso e o desenvolvimento do Estado em qualquer dos setores reservados ao Poder Público. Proclamam a urgência de uma mudança no tra-

tamento e solução dos problemas catarinenses, a se conseguir mediante a vigência, a ação dinâmica e o planejamento. (CARTA DE BLUMENAU, Apud LENZI, 1983, p. 277).

O encontro pessedista serviu para aglutinar as lideranças do partido de diversas regiões, traçar a estratégia política e apontar candidato ao governo estadual, o passo seguinte foi a instrumentalização e divulgação do Seminário Socioeconômico pela FIESC, na época, comandada por Celso Ramos. O primeiro encontro informal do Seminário foi realizado em julho de 1959, no município de Chapecó. A imprensa local deu destaque ao evento:

Domingo à tarde, na sede do Clube Recreativo Chapecoense, realizou-se em Chapecó, a primeira reunião informal do Seminário Socioeconômico de Santa Catarina, com a presença de quase uma centena de representantes de todas as classes laboriosas do oeste catarinense [...] Da Capital Federal em avião especial da FAB, vieram o Sr. Celso Ramos, presidente da FIESC e idealizador do Seminário, acompanhado do Dr. Jacy Montenegro Magalhães, Diretor da Divisão de Estudos e Planejamento da CNI e supervisor administrativo do Seminário [...] Dr. Heis Goldman, economista do Departamento Econômico da CNI. (Jornal A Voz de Chapecó, 21 de dezembro de 1959).

Nesta época, o prefeito de Chapecó era Plínio Arlindo De Nês (1956/60), ex-vereador e diretor da S.A. Indústria e Comércio (SAIC), primeira agroindústria instalada na região, sua eleição foi viabilizada através da aliança social trabalhista formada entre PSD e PTB. As transformações políticas e econômicas ocorridas nas décadas de 1940/50 na região Oeste se deram em razão da chegada

do grande número de migrantes, que proporcionaram o desenvolvimento de atividades comerciais em âmbito local e a instalação de novos ramos de serviços. A partir dessas mudanças, o espaço político dominado por colonizadores e madeireiros, passa a ser dividido com os representantes dos novos grupos econômicos.

A materialização da disputa pela hegemonia política local era representada por duas alas do PSD, por um lado, Plínio Arlindo De Nês representava os grupos ascendentes, por outro, Serafim Enoss Bertaso liderava o grupo tradicional formado por colonizadores e madeireiros. Estas duas lideranças do PSD “exerceram a hegemonia política após 1950 com duas tendências distintas e em disputa político-eleitoral em muitas ocasiões” (HASS e SILVA, 2017, p.359).

O recorte da matéria jornalística e o cenário político exposto acima, servem para mostrar que a reunião informal do Seminário Socioeconômico realizada em Chapecó, despertou os interesses dos grupos econômicos da região. Celso Ramos era do PSD, mesmo partido que comandava a política no município de Chapecó. As necessidades em infraestrutura na região Oeste eram enormes e o Seminário foi uma oportunidade para que as lideranças apresentassem suas reivindicações. No documento final do Seminário, a região Oeste, diante das suas necessidades e da preocupação de Celso Ramos com os movimentos de emancipação, acabou incluída como uma meta específica, dentre as dezoito traçadas no plano.

A meta número dezoito do Seminário denominava-se: “Integração do Oeste”, seu objetivo era realizar um conjunto de investimentos na infraestrutura da região nos transportes, a fim de promover a incorporação efetiva da região ao Estado de Santa Catarina e possibilitar a integração econômica com os demais centros do país. Estes objetivos faziam parte da pauta e dos interesses da elite local desde o início da colonização.

Além da meta “Integração do Oeste”, o Seminário apontou estratégias e investimentos para desenvolver as áreas de educação, energia elétrica, crédito, agricultura, transporte, indústria em geral e mão-de-obra, saúde pública, carvão, mate, madeira, turismo, planejamento regional e pesca (SANTA CATARINA. Documento Básico/Seminário Socioeconômico – FIESC, 1960).

Após as etapas iniciais com dezesseis reuniões informais, seguidas de sete plenárias regionais, acontece o Seminário propriamente dito, realizado em Florianópolis por meio de três reuniões plenárias em que se discutiu e aprovou dezoito temas considerados estruturantes para acelerar o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina. O relatório aprovado recebeu o nome de “Documento Básico”. No encerramento dos trabalhos, Celso Ramos falou a respeito do sentimento e significado do seminário, para ele:

O documento que se segue e os trabalhos anexados que lhe deram suporte e origem, são o fruto de cuidadoso exame por parte dos técnicos da CNI/FIESC, da população que compareceu às reuniões do Seminário, dos principais problemas estruturais do Estado como o objetivo de submeter, à consideração dos convencionais presentes, uma tentativa de formulação de uma política global que situe Santa Catarina no seu esforço regional dentro do projeto desenvolvimentista do Brasil, na expectativa de que o Governo Federal, se associe e estimule esforço, a boa vontade e o anseio da unidade nacional que ora se extravasa, nesta reunião (SANTA CATARINA. Documento Básico/Seminário Socioeconômico – FIESC, 1960, p. 13).

Percebendo as condições favoráveis ao crescimento econômico no país, acelerado em função da estratégia política com base no

planejamento estatal, o setor industrial de Santa Catarina, através inicialmente da FIESC, tratou de elaborar estudos e planos técnicos com vistas à elaboração de um Programa de Metas em sintonia com o desenvolvimentismo nacional. Sua efetivação começa a ser vislumbrada a partir da eleição de Celso Ramos (PSD) ao Governo do Estado, ocorrida nas eleições de 1960. Uma de suas primeiras ações como Governador foi transformar o “Documento Básico” em Plano de Metas do Governo – PLAMEG.

O Documento Básico, composto por dezoito diagnósticos sobre a realidade econômica e social de Santa Catarina, apresentava propostas para superar a falta de investimentos e infraestrutura em diversas áreas. No setor de transportes, apontava para a necessidade de integração dos sistemas de transportes terrestres com o marítimo e o aéreo para facilitar a circulação interna das riquezas e a sua transferência aos mercados de consumo no país e diminuir os custos operacionais. O objetivo era criar condições para integrar a economia das diversas regiões de Santa Catarina.

Outra área que teve destaque no documento básico foi o setor de crédito, para atender a demanda desta área, traçou-se a meta de criar um Banco de Desenvolvimento do Estado, com a finalidade de financiar investimentos na agricultura e indústria visando o incremento da produtividade. Com estas propostas, a exemplo do que ocorria no país, o Estado passava a ser o organizador da infraestrutura e fornecedor de recursos financeiros para a expansão capitalista no território catarinense. Do ponto de vista privado, Uderman (2008, p. 237) diz que a intervenção estatal se justificava em função da reconhecida insuficiência de bases técnicas e financeiras, contraposta à necessidade de implementação de grandes projetos interligados e dependentes de vultosos investimentos simultâneos em infraestrutura e na produção de matérias-primas, máquinas, equipamentos e bens de consumo.

O Seminário socioeconômico foi uma ação direta da FIESC para a concretização daquele que seria o plano de desenvolvimento estadual dos anos 1960. Celso Ramos (PSD), presidente da entidade, dirigiu o seminário, base da sua própria candidatura vitoriosa, retirando a UDN do governo, após 10 anos. Para Lohn (2002, p. 159), o Seminário foi uma demonstração do poderio da “representação corporativa da burguesia, elegendo seu representante direto para o Governo do Estado e praticamente estabelecendo todas as metas adotadas pelo planejamento governamental”. Em Santa Catarina a busca pelo desenvolvimento iria se dar nos mesmo moldes do que já vinha ocorrendo em âmbito de país, através de uma aliança entre empresários e técnicos da burocracia estatal, sob liderança do Estado.

O ponto que mais interessa a nossa pesquisa é a meta dezoito, que trata sobre a “Integração do Oeste”. No relatório, é sugerido um plano de valorização do Oeste para integrar a região no processo econômico estadual. Ao todo são apresentados dez setores prioritários para receber investimentos a fim de concretizar a integração do Oeste ao Estado de Santa Catarina.

As áreas prioritárias citadas no relatório são: transportes, com a previsão de construção de 1.432 quilômetros de estradas estaduais e federais, melhorias dos aeroportos, aquisição e revenda financiada de máquinas às prefeituras municipais; para o setor de energia, era previsto a construção de três usinas; na indústria pretendia-se dar amparo ao esforço de industrialização realizado pelas empresas pioneiras da região e implantar a indústria de transformação dos produtos de origem vegetal e animal; na área de educação, a meta era expandir o ensino primário e médio visando à profissionalização; havia ainda, metas para a justiça e a segurança pública, saúde pública e assistência social, agricultura, estações hidrotermais, comércio internacional e comunicações (SCHMITZ, 1982, p. 66-70).

O diagnóstico das necessidades a serem supridas para integrar a região Oeste aos demais centros econômicos do Estado e do país foram apresentados no Seminário, sua implementação era urgente, pois as razões eram várias. Em termos econômicos, a região mantinha relações comerciais com várias capitais do país e também no exterior. Os negócios com os estados vizinhos, em especial o Rio Grande do Sul, já vinham há muito tempo, desde a chegada e instalação das primeiras companhias colonizadoras e a chegada de grande quantidade de ítalos e teuto brasileiros que colonizaram a região entre 1920/50. Nesta época, a maior parte das relações comerciais eram realizadas por meio da ferrovia ou via rio Uruguai, praticamente não havia ligação com o restante do estado.

Integrar a região Oeste é parte do interesse do Estado e da necessidade de se organizar a produção por meio de incentivos técnicos e creditícios à produção agrícola e à agroindústria, incentivos ao comércio regional e internacional. O potencial da região é verificado em função da força de sua agricultura e da demanda crescente por alimentos e produtos industrializados em frigoríficos no sudeste do país.

Do ponto de vista das lideranças locais, as propostas contidas no relatório final do seminário vinham ao encontro das necessidades da região em expandir seu sistema produtivo que começava a se estruturar em torno das agroindústrias. Em pouco mais de três décadas ocorreu a instalação de aproximadamente dez empreendimentos industriais voltados “à produção da carne e, principalmente, da banha, na época, principal produto derivado do suíno” (ALBA, 2002, p. 33).

No final da década de 1950, a indústria madeireira começa a dar sinais de seu esgotamento, ao mesmo tempo em que ocorre a ascensão das agroindústrias. Segundo Alba (2002, p. 26), o Censo de 1960 registrou 61 estabelecimentos industriais, empregando

467 operários, sendo o principal gênero, o da indústria de produtos alimentares, que contribuiu com 82,8% do valor da produção. A indústria madeireira por sua vez, registrou 13 estabelecimentos, representando 10,8% da produção. O novo padrão industrial, que aos poucos se consolidava, exigia investimentos em infraestrutura, principalmente nos setores de transportes, energia, crédito e capacitação técnica.

As atividades agrícolas e a expansão industrial que ocorria no país desde os anos 1930, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, favoreceram o surgimento de diversas agroindústrias no Oeste Catarinense. Em pouco mais de três décadas vários frigoríficos foram criados no Oeste e Meio Oeste Catarinense, dentre eles: Perdígão S.A. Indústria e Comércio, (Videira, 1940), Com. e Ind. Saulle Pagnoncelli, (Joaçaba, 1942), Sadia S. A (Concórdia, 1944), S. A. Ind. e Com. Chapecó, SAICC, (Chapecó, 1952), Frigorífico Seara (Seara, 1956), S.A. Frig. Itapiranga (Itapiranga, 1962), Unifrico S.A. Ind. e Com. (Salto Veloso, 1963), Indústrias Reunidas Ouro S.A. (Ouro, década de 1960) e Cooperativa Central Oeste Cat. (Chapecó, 1969) e Frigorífico São Carlos, FRISCAR (São Carlos, 1975) (DALLA COSTA, 1993, p. 31. Apud HASS e SILVA, 2017).

A expansão agroindustrial transforma o sistema produtivo da região Oeste Catarinense que passa a ser organizado a partir dos interesses e objetivos dos empresários do ramo frigorífico. O novo modelo de produção econômica exige investimentos em infraestrutura necessária para o crescimento e escoamento da produção. Neste sentido, a participação do Estado será de fundamental importância na elaboração de políticas voltadas a implementação de meios de circulação e comunicação, geração de energia elétrica, água, capacitação e formação de mão-de-obra, entre outras.

A implementação do Seminário Socioeconômico dependia da eleição de Celso Ramos (PSD) ao governo de Santa Catarina, fato

consumado no pleito eleitoral de 03 de outubro de 1960. As eleições de 1960 foi mais um capítulo da longa trajetória de disputas e rivalidades envolvendo a oligarquia Ramos e sua principal rival, os Konder Bornhausen. Os Ramos dominaram a política Catarinense entre 1930 e 1950. Domínio decorrente de uma aliança nacional formada para apoiar a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas nas eleições gerais de 1930. A Aliança Liberal (AL), formada principalmente por gaúchos e mineiros, com apoio das camadas médias, representava segundo Fausto (1970, p. 97), “uma coligação de oligarquias dissidentes cujos nomes ilustres não visavam outra coisa senão a pressionar a burguesia paulista e obter concessões”. Em Santa Catarina, a aliança contou com o apoio da oligarquia Ramos.

O domínio dos Ramos se estendeu por quase duas décadas, em 1950 foram superados eleitoralmente com a vitória de Irineu Bornhausen (1951/56), eleito pela União Democrática Nacional – UDN, é nesta gestão que aparece a primeira experiência de planejamento em Santa Catarina. O Plano de Obras e Equipamentos (POE), elaborado no último ano de mandato e previsto para ser executado em um prazo de dez anos, dando mostras das intenções de Irineu Bornhausen nas eleições de 1960.

Destinado a fazer investimentos em estradas, energia, agricultura, saúde e educação, o POE não passou de “um orçamento paralelo de investimentos submetido a tratamento especial” (MATIOS, 1973, p. 295). Com o fim do mandato de Bornhausen em 1956, o plano deveria ser executado pelo seu sucessor, Governador Jorge Lacerda (1956/58), eleito pelo Partido de Representação Popular (PRP), mas não se sentia no compromisso de executar o plano. O vice-governador Heriberto Hulse (1958/61) acabou assumindo o governo em decorrência do acidente aéreo que vitimou o governador Jorge Lacerda (PRP), o senador Nereu Ramos (PSD) e o deputado

federal Leoberto Leal (PSD), neste governo, o POE teve algumas de suas metas cumpridas parcialmente.

O acidente aéreo provoca mudanças na política catarinense e em maior profundidade no PSD, a ausência de Nereu Ramos, contribui para que Celso Ramos inicie na vida política a partir das eleições de 1958 ao se candidatar a vaga no Senado Federal pelo PSD. A disputa pelo cargo de Senador se deu com o ex-governador Irineu Bornhausen (UDN). Por uma pequena margem de votos, Bornhausen acabou eleito Senador e pavimentava sua estratégia para retornar ao comando do Estado nas próximas eleições. A eleição de 1958 serviu como uma prévia da eleição para o Governo do Estado de 1960.

Celso Ramos, natural de Lages, era filho do ex-governador Vidal Ramos Júnior (1902-05 e 1910-14) e irmão de Nereu Ramos, dois dos mais influentes políticos catarinenses (PIAZZA, 1985). Antes de ingressar na vida política, dedicava-se aos negócios empresariais. Entre suas ações destacam-se a fundação da Companhia Florestal Catarinense, uma das maiores empresas madeireiras do Estado. Celso Ramos criou o sindicato da indústria de extração de madeiras de Santa Catarina, e em 1950 foi um dos fundadores da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, entidade que presidiu por dez anos consecutivos e representou os industriais catarinenses na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Com histórico empresarial e pertencente a uma das maiores oligarquias do Estado, Celso Ramos foi lançado candidato ao cargo de governador pelo PSD. O Seminário Socioeconômico fez parte da sua estratégia eleitoral para reverter o domínio de dez anos da aliança UDN/PRP no comando do Estado. A estratégia eleitoral envolveu ainda, negociações com outras legendas partidárias, principalmente com o PTB e o objetivo de reeditar a Aliança Social Trabalhista (AST) formada para disputar as eleições de 1955. O PDC

foi outro partido que compôs a aliança junto com a AST para as eleições de 1960.

A campanha foi bem-sucedida e Celso Ramos foi eleito governador com 51,98%, uma diferença de pouco mais de 20 mil votos sobre seu opositor, Irineu Bornhausen, que obteve 48,02%. Para o cargo de vice-governador, Doutel de Andrade (PTB) foi eleito com 49,66% dos votos, contra 46,83% de Carlos Gomes de Oliveira (PTN) e 3,51% obtidos por Martinho Callado Jr (PRP) (TRE/SC. 1960).

No município de Chapecó, Celso Ramos recebeu 59,56% dos votos, contra 40,44% dos votos recebidos por Irineu Bornhausen (TRE/SC Apud HASS, 2000, p.301). O resultado demonstra insatisfação com o desempenho dos governadores udenistas, ao mesmo tempo em que revela a força do PSD na região Oeste. Os líderes políticos da região depositaram confiança e esperança na realização das promessas de “Integração do Oeste”. O resultado eleitoral pôs fim ao domínio político de dez anos da oligarquia Konder-Bornhausen e reconduziu os Ramos ao Estado de Santa Catarina. Em razão disso, o “Documento Básico” produzido no Seminário Socioeconômico da FIESC/CNI em 1959/60, foi institucionalizado como Plano de Metas do Governo – PLAMEG.

2.2. O PLANO DE METAS DO GOVERNO – PLAMEG (1961-65)

O Plano de Metas do Governo - PLAMEG I, instituído sob o ideário desenvolvimentista teve a tarefa de criar condições para promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina. As metas estabelecidas, buscavam o crescimento acelerado através de investimentos estatais maciços em infraestrutura e

industrialização de base, acompanhando a tendência nacional que incluía a abertura da economia para o capital estrangeiro. O Estado assumiu a tarefa de executar projetos de investimentos, melhorias e ampliação no setor de transportes, instalação de usinas e redes de energia elétrica, ampliação das linhas de comunicações, construção de escolas, postos de saúde e prédios para a segurança pública. Criou linhas de crédito e forneceu recursos facilitados para a expansão das indústrias catarinenses.

A partir dos anos 1950, planos de desenvolvimento foram adotados como prática administrativa em quase todos os governos, com exceção da rápida passagem de Jânio Quadros pelo palácio do planalto. Neto (1994, p. 87) considera que estes planos representaram um importante momento de transformações na infraestrutura do Estado, entretanto, observa a necessidade de relativizar seus efeitos, pois o sentido das ações realizadas, contribuiu para reforçar o poder político de determinados setores empresariais.

O PLAMEG foi referenciado no Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais. A criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig (1950) e o bom desempenho à frente do governo mineiro, contribuíram para que Juscelino Kubitschek se candidatasse ao cargo de presidente da república em 1955. Eleito, JK adota a política desenvolvimentista com base no planejamento estatal e promove grandes investimentos e acelera o crescimento industrial, tornando-se um modelo a ser seguido pelos governos estaduais. O Plano de Metas, sob o lema “50 anos em 5” era a marca do otimismo brasileiro. Composto por 30 metas e organizado para atender cinco setores básicos da economia (energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação), o plano apresentou resultados expressivos na economia. Para Lohn (2002, p.66), “foi nesse ambiente que vicejou em Santa Catarina a nova panaceia do desenvolvimento econômico”.

O clima de euforia em torno do crescimento econômico e do desenvolvimento foi um fenômeno que tomou conta dos países no período entre o fim da segunda guerra mundial e o final da década de 1970. Hobsbawm escreve que após o grande *Boom* econômico verificado, observadores, sobretudo economistas, começaram a perceber que o mundo passara por uma fase excepcional de sua história e buscaram nomes para descrevê-la: “os trinta anos gloriosos” dos franceses, a Era de Ouro de um quarto de século dos anglo-americanos. A economia crescia em ritmo acelerado, junto com ela, cresceram as desigualdades sociais e regionais, além de gerar problemas ambientais, no entanto estas questões chamaram pouca atenção, pois “a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade.” (HOBBSAWM, 2002, p. 257).

O PLAMEG foi autorizado pela Assembleia Legislativa do Estado, sua execução previa o valor correspondente a mais de 35% da arrecadação estadual prevista para o quinquênio 1961/65 (SANTA CATARINA – Lei nº 2772, de 21 de julho de 1961). O modelo de gestão implantado, inaugura a fase do orçamento programa estabelecido através de metas e objetivos governamentais a serem cumpridos em um curto espaço de tempo, mais precisamente, no percurso de uma gestão de governo, a exemplo do Plano de Metas no governo JK (1956/60) ou então, o governo de Celso Ramos (1961/65).

O orçamento previsto para o período 1961-65 destinava 28,3% para rodovias; 26,6% à energia; 11,6% à educação; 6,6% à saúde; 5,7% para empreendimentos pioneiros; 5,6% para segurança; 4,7% à agropecuária; 3,4% para Obras e artes; 2,9% para água e saneamento; e 1,7%, ao crédito do Banco do Estado de Santa Catarina. As obras eram executadas por entidades da administração tradicional ou mediante contrato com firmas especializadas (SCHMITZ, 1985, p. 77).

Para executar o PLAMEG foi criado o Gabinete de Planejamento, autarquia dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira, com sede na capital do Estado, subordinada ao Governador e supervisionado pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado, órgão criado para elaborar estudos da vida socioeconômica de Santa Catarina e dar representatividade política às decisões tomadas no PLAMEG. Este plano estabeleceu os pontos críticos de infraestrutura e programou uma série de intervenções governamentais a fim de induzir o crescimento econômico de Santa Catarina. A execução de suas ações contou com o auxílio das secretarias estaduais; do Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina (BDE), criado em 1962 para financiar a agricultura, a indústria e os projetos do setor público; da Celesc; e do Departamento de Estradas e Rodagem (DER). (SANTA CATARINA, 1963, p. 110).

A implementação do PLAMEG representa a materialização do Estado desenvolvimentista em Santa Catarina, modelo que combinava interesses públicos e privados, nacionais e internacionais e predominou nos anos 1950/70. A estrutura administrativa montada e o programa de investimentos em infraestrutura determinam um novo papel ao Estado na condução planejada do processo de industrialização capitalista. A atuação do plano teve destaque em quatro grandes áreas:

- a) financeira, com capacidade de financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos; b) transportes, com o objetivo de integrar as mesorregiões produtoras aos mercados nacional e estadual; c) energia, com o intuito de ampliar a área de atuação da Celesc, distribuindo e gerando energia; e d) telecomunicações, visando aumentar a rede de telefonia e a oferta de linhas (GOULARTI FILHO, 2002, p. 990).

As áreas priorizadas mostram o Estado atuando como forma superior de organização capitalista, promovendo o alargamento das bases produtivas e ajustando-se aos interesses da ordem econômica. Esse modelo de desenvolvimento favorece o crescimento econômico e a consolidação da expansão industrial em Santa Catarina. Com o PLAMEG, o Estado se transformou no verdadeiro ente na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, através de grandes investimentos em infraestrutura e linhas de crédito de longo prazo. Segundo Goularti Filho (2002, p.989), os principais setores da economia catarinense, beneficiados pela mudança na estrutura econômica do Estado, foram o de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara e Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Consul, Embraco, WEG, Kohlbach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Marisol, e Döhler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Battistella e Fuck), carbonífera (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnick e Leopoldo), plástico (Hansen, Tigre, Cipla, Canguru e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schmitz, Ceramarte, Blumenau e Hering).

Na região Oeste, os investimentos em transportes eram necessários em razão da precariedade das poucas estradas existentes e da necessidade de fazer a ligação rodoviária com as demais regiões de Santa Catarina; no setor de energia, era preciso ampliar a geração e instalar redes de distribuição para possibilitar a expansão dos empreendimentos industriais e permitir a chegada de novas empresas; já o setor de créditos, possibilitava condições favoráveis ao financiamento da produção, aquisição de máquinas e aparelhamento das

agroindústrias e da agricultura; na capacitação técnica, era necessário investir em pesquisas e divulgação de novas formas de produção, principalmente na produção agrícola. Para Goularti Filho (2002, p.990), “a explicação para o sucesso dos grandes frigoríficos em Santa Catarina reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola, deliberados pelo Estado”.

Ao lado da industrialização, o PLAMEG objetivava promover a integração econômica das regiões ao mercado estadual e nacional, para Lago (1978), as distâncias entre as unidades culturais-econômicas estabeleceram dificuldades para as relações internas, fazendo com que o território catarinense se configurasse em um “arquipélago social e econômico”, característica do processo de colonização no qual cada região se desenvolveu sem que houvesse ligação com as demais regiões de Santa Catarina.

O território catarinense era dividido em oito zonas fisiográficas, foram nelas que se realizaram os encontros regionais do Seminário Socioeconômico da FIESC/CNI, para (MARQUES, 2003, p. 121) essa metodologia “influenciou a configuração das primeiras Associações de Municípios (AM)”. As AM constituídas tinham assento no Conselho de Desenvolvimento, órgão responsável pela definição das ações prioritárias a serem executadas em cada região.

Segundo Abreu (Apud MARQUES, 2003, p.121), o conselho foi “constituído em paridade com representações do governo e da sociedade civil, que eram as microrregiões, também as zonas fisiográficas do IBGE”. A instituição do Conselho de desenvolvimento caracteriza o início da política de descentralização das ações do governo, uma vez que a participação de representantes regionais, com atribuições de discutir e aprovar projetos, possibilitava também a reivindicação pelo cumprimento dos investimentos previstos para a

região na qual estava representando, ou mesmo sugerir a inclusão de novos projetos.

O plano de desenvolvimento do governo do Estado, sob responsabilidade do Gabinete de Planejamento, auxiliado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento e a Comissão Assessora do Secretário Executivo, previa para a região Oeste, nos primeiros anos do PLAMEG, investimentos e a implementação de projetos que não tiveram alcance para concretizar o objetivo de desenvolver e integrar o Oeste economicamente.

Na primeira mensagem anual enviada à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), consta a meta do Seminário Socioeconômico “Integração do Oeste”. Para sua efetivação, o plano prevê investimentos na ordem de Cr\$ 640 milhões para a pavimentação de rodovias federais; Cr\$ 35 milhões para a construção da usina hidrelétrica do Chapecózinho; US\$ 1 milhão para aquisição de equipamentos rodoviários para os municípios da região e melhoria na rede bancária (SANTA CATARINA. 1962, p. 326). Entretanto, a liberação destes recursos era da competência do Governo Federal, uma vez que as ações propostas faziam parte do plano de ação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), autarquia criada pela lei federal nº 2976 de 28 de novembro de 1956 e regulamentada pelo Ministério da Fazenda em 1960.

O objetivo da SPVERFSP era destinar recursos para promover a integração econômica da fronteira sudoeste envolvendo os Estados do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Segundo Goularti Filho, Almeida e Messias, (2011), a SPVERFSP, teve pouca atuação e acabou extinta pelo Decreto-Lei nº 300 de 1967 e substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da

Fronteira Sudoeste (SUDESUL), que absorveu os recursos, bens e imóveis da autarquia extinta, representando um novo modo de planejar o desenvolvimento do Sul do Brasil.

As ações previstas no PLAMEG para serem executadas na região Oeste em 1961 não foram efetivadas, uma vez que “as verbas da autarquia não eram aplicadas em razão de critérios estabelecidos com vistas a uma estratégia definida em razão de uma concepção de desenvolvimento” (GOULARTI FILHO, ALMEIDA e MESSIAS, 2011, p. 03). Os recursos da SPVERFSP para o período 1957/61 só foram liberados em 1962, tendo como finalidade a aquisição de salas e equipamentos para a instalação da Superintendência.

Com as análises feitas nas mensagens enviadas pelo Governador Celso Ramos à ALESC nos anos de 1962/63 não constatamos metas ou ações específicas para o ponto “Integração do Oeste” como ocorreu na mensagem de 1961. Todas as propostas previstas para serem implementadas na região Oeste, estavam divididas no plano de ação de cada uma das Secretarias de Estado. Além do plano de ação, constavam nas mensagens, diagnósticos sobre a realidade socioeconômica e a prestação de contas das ações realizadas no ano anterior. Dentre estes diagnósticos destacamos os números referentes a geração e o consumo de energia elétrica por habitantes. Formulamos um quadro comparativo entre as oito regiões geoeconômicas para evidenciar a baixa capacidade na produção de energia, uma vez que a energia gerada não era o suficiente para suprir sequer o número de habitantes e muito distante da necessidade para atender a demanda de novos empreendimentos industriais.

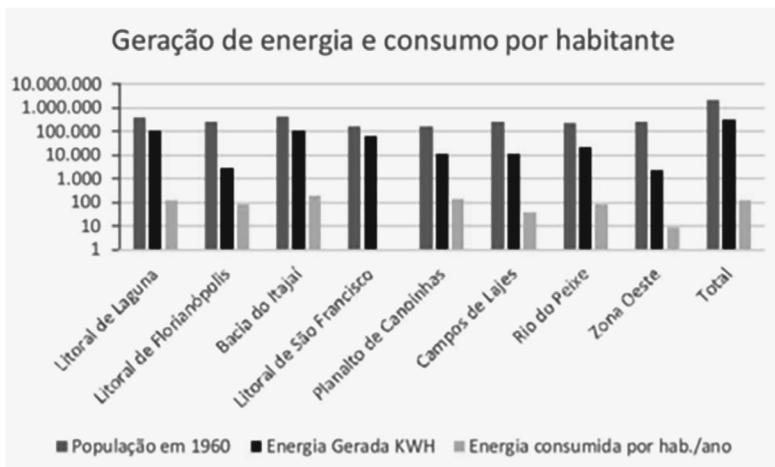


Figura 2. Geração de energia e consumo por habitantes nas zonas geoeconômicas de Santa Catarina. Organizado pelo autor. (SANTA CATARINA. 1962, p. 252).

O quadro quer mostrar o quanto o estado catarinense era deficitário na produção de energia e mais deficitário ainda na distribuição, faltavam Usinas de geração de energia, redes de distribuição e linhas de transmissão que chegassem aos municípios. Dentro deste contexto deficitário, a região que apresentava maior debilidade era o Oeste, caracterizada como uma região nova, dentro de um estado com poucos recursos para atender toda a demanda e que não havia adotado nenhum plano de ação efetivo que pudesse sanar as deficiências de infraestrutura. A região Oeste estava na dependência de uma estrutura mínima, conforme afirma Franco (Apud OLIVEIRA, 1999, p. 46) “em Palmitos, a energia elétrica desligava às 10 da noite pra religar novamente às 06 da manhã, porque o município não conseguia bancar o óleo diesel dos motores que acionavam os geradores”.

No setor estradas, o relatório do PLAMEG apresenta por ordem de extensão, a seguinte situação em doze Residências do D.E.R.: Florianópolis (582,00 km), Tubarão (522,00 km), Blume-

nau (485,20 km), Joinville (427,60 km), Canoinhas (387,00 km), Caçador (333,00 km), Rio do Sul (326,00 km), São Joaquim (325 km), Lajes (310,00 km), Joaçaba (282,00 km), Araranguá (264,00 km) e Chapecó (236,00 km) (SANTA CATARINA, 1962, p. 68). Considerando a extensão territorial de cada umas das regiões, a função das estradas como meio de transporte de mercadorias e via de ligação com outros centros comerciais e industriais, os números evidenciam mais uma vez, a grande debilidade do Oeste Catarinense.

Diante do quadro de baixa capacidade na geração de energia elétrica, o governo estadual elaborou o plano quinquenal de eletrificação e criou a Comissão de Energia Elétrica (CEE), com o objetivo de elaborar projetos e planificar investimentos a serem executados pela CELESC. O programa, elaborado para ser efetivado em 1962, previa duas ações para a região Oeste: instalação de linha de transmissão da usina do rio Tigre (distrito de Guatambu) à zona de Chapecó e elaboração de projeto para o aproveitamento hidroelétrico do desnível do rio Chapecózinho no município de Xanxerê. Dois empreendimentos com custo financeiro de Cr\$ 34.800,000,00 a serem aplicados pelo governo estadual. Contudo, o orçamento total do programa de eletrificação para o ano de 1962, era de Cr\$ 1.032,000,000,00 (SANTA CATARINA, 1962, p. 255 e 256). Ou seja, a região mais deficitária em geração e com menor consumo de energia por habitantes, receberia menos investimentos do que as demais regiões.

O pequeno número de projetos implementados e a baixa quantidade de recursos investidos nos três primeiros anos do PLAMEG nas áreas de infraestrutura da região Oeste, contribuíram para aumentar o descontentamento das lideranças da região, pois viam que as promessas do governador Celso Ramos não se cumpriam. É nesta época que ressurge o movimento pela criação do Estado do Iguaçu,

numa clara demonstração de insatisfação com o baixo resultado verificado na meta de desenvolver e integrar o Oeste.

2.2.1. O MOVIMENTO PELO ESTADO DO IGUAÇU

O Movimento pela Criação do Estado do Iguaçu surge logo após a extinção do Território Federal do Iguaçu (TFI) em 1946, efetivado pela Assembleia Constituinte, sua dissolução se deu por meio de acordos políticos entre lideranças federais e municipais (MOMBELLI, 1996). O TFI fez parte do projeto de nacionalização de fronteiras do primeiro governo Vargas, sintetizado no programa “Marcha para o Oeste” cujo objetivo era promover a ocupação das regiões de fronteiras, desenvolvendo a nacionalização e a organização social e econômica de regiões fronteiriças e integra-las as demais regiões do país. A extinção do Território do Iguaçu repercutiu negativamente na imprensa chapecoense, como se pode ver no seguinte posicionamento:

A criação dos Territórios [...] não foi resultado de imprevisto, ao contrário, resultou de cuidados estudos de nossas zonas fronteiriças com países estrangeiros [...]. Contra a indiferença de todos os governos catarinenses e paranaense pelo Oeste de seus respectivos territórios, o governo federal trouxe assistência, estradas, escolas, fazendo mais em dois anos do que aqueles em todos os tempos (Jornal a Voz de Chapecó, 21 de janeiro de 1946. Apud OLIVEIRA, 1999, p.41).

As primeiras manifestações do movimento ocorrem logo após a extinção do TFI e pedem a recriação do Território do Iguaçu, por

meio de abaixo-assinados. Nos anos 1960 o movimento muda a estratégia e passa a reivindicar a autonomia da região por meio da criação de uma nova unidade federativa, “em 1962 é criada a Comissão Para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguazu – CODEI” (LOPES, 2004, p. 2). A data de fundação foi 21 de abril de 1962 no município de Pato Branco (PR).

Era um movimento de caráter reivindicatório e partiu dos migrantes instalados na região, contou com o apoio de segmentos da sociedade local, capitaneados por comerciantes, médicos, madeireiros e advogados que pretendiam o domínio e o controle da sociedade política. As bandeiras e “os argumentos publicáveis dos separatistas pretendiam-se à falta de atendimento por parte dos governos estaduais às reivindicações regionais” (WACHOWICZ, 1987. Apud MOMBELLI, 1996, p. 115). Em síntese, o movimento pautava-se no isolamento político e administrativo e na falta de investimentos públicos na região.

Estas questões alimentavam o sentimento de abandono que fortalecia o desejo de separação. A situação das poucas estradas não possibilitava a circulação de veículos em períodos de chuva, havia falta de escolas e hospitais, pouca capacidade de gerar energia elétrica e a quase inexistência de linhas telefônicas, deixavam os habitantes do Oeste catarinense ressentidos com os políticos da capital estadual. Para agravar a situação, as promessas feitas na campanha eleitoral e a meta de integração da região, traçada no Seminário Socioeconômico, não se efetivavam. Para muitos, a saída era criar uma nova unidade federativa.

O TERRITÓRIO E O ESTADO DO IGUAÇU

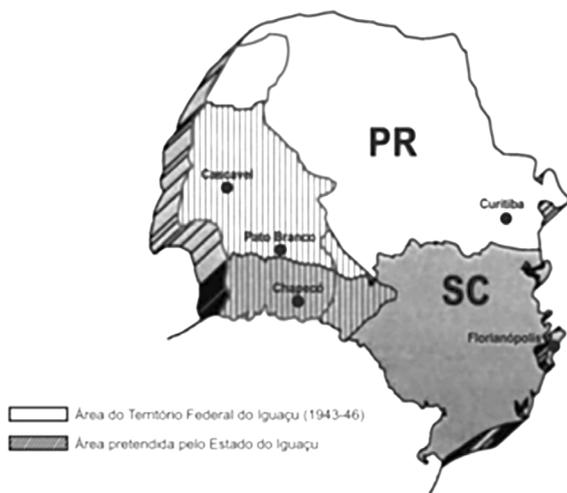


Figura 3. Mapa n° 1. A área do antigo Território do Iguazu e do pretendido Estado do Iguazu. Adaptado pelo autor. Apud MOMBELLI, 1996. p.113.

O fortalecimento do movimento pressionava os governos do Paraná e Santa Catarina a adotarem medidas para solucionar as demandas das regiões. As lideranças políticas passaram a cobrar com mais ênfase as promessas de campanha feitas pelo Governador Celso Ramos, principalmente na época de realização do Seminário Socioeconômico, em que a primeira reunião foi realizada em Chapecó. Lembrando que o Documento Básico, aprovado na plenária final do Seminário, trazia um ponto específico para a “Integração do Oeste”, em que enumerava um conjunto de ações a serem implementadas nos setores de transportes, energia, agricultura, educação e financiamento empresarial.

No Paraná, o Governador do Estado criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) para realizar obras de in-

fraestrutura e o desenvolvimento da indústria, no Sudoeste Paranaense, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP para resolver problemas de legalização das terras e viabilizar serviços básicos de infraestrutura (OLIVEIRA, 1999, p. 55).

Em Santa Catarina, o Plano de Metas do Governo, instituído em 1961, tinha dificuldades para mostrar resultados no Oeste catarinense e a situação se agravava, de acordo com Oliveira (1999, p. 51) o próprio governador Celso Ramos esteve na região para avaliar as possibilidades reais do movimento pela criação do Estado do Iguaçu, meses depois, foi enviado o Projeto Lei para a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, em menos de dois meses de tramitação na ALESC, foi aprovada a Lei Estadual nº 3.283 de 17 de agosto de 1963 instituindo a SNO, com abrangência na área do “velho Chapecó”, atingindo a maior parte do território pretendido pelo Estado do Iguaçu, no lado catarinense, desestabilizando o movimento separatista.

Celso até usou uma tática inteligente e prometeu a criação do BESC e descentralizar a forma administrativa no Oeste. Se não criasse a Secretaria, certamente o movimento ia sempre se reforçar e já sairia o Estado do Iguaçu. Acho que ela inviabilizou todo esse movimento (Luiz Basso, Apud OLIVEIRA, 1999, p. 51).

A decisão do Governador Celso Ramos em criar um organismo de Estado para atender as demandas e reivindicações da região Oeste foi saldada por lideranças políticas e empresariais, uma vez que foram elas que estiveram à frente desta instituição estruturada financeiramente e com autonomia administrativa. A SNO deu condições para que a elite local pudesse adquirir um poderoso parque de

máquinas rodoviárias e contratar equipes de trabalho para realizar ações de desenvolvimento em diversos setores de infraestrutura que há muito reivindicavam para concretizar o processo de colonização.

A presença desta instituição consolidou a atuação do governo estadual na região, representando o desdobramento do PLAMEG. Com isso, o Estado passou a coordenar o processo de desenvolvimento regional através de ações desenvolvidas pela Secretaria do Oeste e outros órgãos da administração pública estadual. As ações realizadas na gestão Serafim Bertaso (1963/69) serão analisadas no próximo capítulo deste trabalho.

Já o movimento pela criação do Estado do Iguaçu voltou a se articular no ano de 1968, coincidindo com o ano em que se iniciou o processo de esvaziamento da SNO, o movimento chegou a ser usado na imprensa, como forma de pressionar o Governo estadual a recompor o orçamento da Secretaria do Oeste, “a continuação ou a extinção do movimento pró emancipação do Estado do Iguaçu” dependerá da aplicação de verbas estaduais pela Secretaria do Oeste no ano seguinte. A expectativa era a de que os investimentos seguissem no mesmo ritmo em que se iniciaram nos anos entre 1964 a 1967.

As reivindicações por maior atenção e valorização das potencialidades econômicas do Oeste Catarinense, retornaram novamente nos anos 1990, a região sentia-se discriminada com a distribuição dos recursos públicos e novamente o descontentamento dos líderes políticos e empresariais, encontravam na bandeira da emancipação do Estado do Iguaçu, a forma de pressionar os governos estadual e federal por uma partilha mais equilibrada dos recursos arrecadados. Em depoimento publicado pela revista Istoé, de 11 de dezembro de 1991, o empresário Plínio Arlindo De Nês afirmava: “nós produzimos, arrecadamos e, na hora da distribuição volta muito pouco.” (DE NÊS Apud. MOMBELLI, 1996, p. 117). Como podemos per-

ceber, a pauta da emancipação do Estado do Iguaçu esteve presente em vários momentos da história da região Oeste, quando esta se mobilizava em torno de reivindicações de infraestrutura ou maior repasse de dinheiro público.

O argumento de região abandonada e distante das decisões políticas dos governos estadual e nacional reaparece como pauta em diferentes momentos históricos. Recentemente foi utilizado por um conjunto de movimentos sociais urbanos e rurais na reivindicação ao acesso à educação pública no ensino superior que resultou na criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, em 15 de setembro de 2009.

2.3. A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE

A criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste foi o desdobramento do PLAMEG na região Oeste de Santa Catarina, com o objetivo de descentralizar serviços da administração pública estadual, realizar investimentos nas áreas de infraestrutura, energia, comunicação, educação e outros. O diagnóstico das principais demandas e necessidades da região foram colhidos no Seminário Socioeconômico e sistematizadas na meta de número dezoito “Integração do Oeste”. Meta estabelecida com a finalidade de promover ações de valorização do Oeste, visando a integração econômica da região nos mercados estadual e nacional.

Sua criação atendia ao menos três objetivos que se auto complementam, primeiro, uma estrutura de Estado com orçamento próprio e autonomia administrativa para atender as reivindicações da elite local, que há muito ressentia-se pela pouca presença do Estado

na região; segundo, dava condições ao governo estadual para efetivar o PLAMEG, cumprir a meta de integração do Oeste na economia Catarinense, estimular o desenvolvimento econômico e aproximar o Governo estadual da região; e por fim, os estímulos proporcionados via investimentos em infraestrutura, afastava as pretensões de grupos separatistas que se organizavam em torno da criação do “Estado do Iguaçu” por meio da unificação e emancipação da região Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

A decisão de criar a Secretaria do Oeste, segundo o próprio Governador, fazia parte de um acordo político estabelecido com as lideranças políticas do Oeste como forma de saldar o compromisso tornado público “por ocasião da comemoração do meu segundo ano de Governo” (RAMOS, Celso. In: SANTA CATARINA, 1963, p. 02). O compromisso a que se refere o ex-governador Celso Ramos, foi “para sustentar o equilíbrio eleitoral do Estado e evitar que esta área fosse pertencer a outro estado ou território, ou de se criar aqui, um pequeno Vietnã eleitoral” (FOLHA D’ OESTE, 23/08/1969, p. 02).

A vitória eleitoral de Celso Ramos em 1960 havia sido por uma diferença apertada, alcançada por meio de uma estratégia política sustentada no Seminário Socioeconômico realizado pela FIESC. No entanto, as promessas de campanha não estavam sendo cumpridas, gerando descontentamentos, que por sua vez, alimentava o discurso de emancipação da região e fortalecia o movimento separatista que pretendia a criação do Estado do Iguaçu. O “pequeno Vietnã eleitoral” foi uma forma de lembrar o Governador Ivo Silveira (PSD), que a sua eleição conquistada em 1965, por uma diferença de pouco mais de 3% (três por cento)¹⁰ dos votos válidos, se devia em partes ao Oeste catarinense. A criação da SNO foi importante para sua elei-

¹⁰ SANTA CATARINA. Tribunal Regional Eleitoral (TRESC). Eleições estaduais, 1965.

ção, pois o descontentamento pela falta de investimentos públicos, poderia levar a população a votar em peso no candidato da UDN, Antônio Carlos Konder Reis.

Com a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, estabeleceu-se uma nova relação entre a elite da região e o governo estadual, inaugurando uma fase de intervenção intensiva na modificação da infraestrutura básica da região. Os recursos públicos destinados à SNO deram condições para equipar o território com redes de energia elétrica e abertura de estradas rodoviárias para integrar a região e possibilitar que o capital industrial pudesse se expandir em um novo padrão de desenvolvimento.

A SNO ficou subordinada ao chefe do poder executivo estadual. Sua tarefa consistia em implementar ações no extremo Oeste de Santa Catarina, uma área com extensão territorial de 14.581 quilômetros quadrados, correspondente ao “Velho Chapecó” (SANTA CATARINA, Lei Ordinária nº 2383, 1963). A área de abrangência inicial era composta por 31 municípios e população de 305.731 mil habitantes, conforme dados do senso escolar realizado em 1964 (FOLHA D’OESTE, de 29 de outubro de 1966, p. 04). O mapa a seguir mostra a área de abrangência da SNO e os municípios sob sua jurisdição.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE.



Figura 4. Mapa da área de abrangência da Secretaria dos Negócios do Oeste.

Os municípios que compunham a área de abrangência da SNO no ano de sua criação eram: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaiá, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

No ano de instalação da SNO, em dezembro, foi criado o município de Romelândia (SANTA CATARINA, Lei Promulgada nº 991, dezembro de 1963); em dezembro de 1964 criou-se o município de Nova Erechim (SANTA CATARINA, Lei Promulgada nº 1.016, dezembro de 1964); no ano seguinte foi criado o município de Caibi (SANTA CATARINA, Lei Promulgada nº 1.016 de março de 1965), totalizando 34 municípios na área de atuação da SNO,

número que permanece inalterado até o começo da década de 1970, quando uma nova onda de emancipações acaba por criar diversos novos municípios na região Oeste.

Do ponto de vista jurídico, a SNO foi estabelecida como um “órgão descentralizado do serviço público, dotada de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira” (SANTA CATARINA, Lei nº 3283, 1963). A secretaria instalada no município de Chapecó, teve autonomia para criar delegacias em outros municípios da região e orçamento disponível para gerir seu funcionamento, executar serviços e obras por sua responsabilidade, comprar materiais e realizar concorrências. A estrutura administrativa e contábil seguiu o modelo do Gabinete de planejamento do PLAMEG, ao qual ficou subordinada.

A estrutura administrativa para gerir o funcionamento da Secretaria do Oeste se deu através da criação de cargos de comissão, sendo um Secretário dos Negócios do Oeste, com direitos, deveres e privilégios da legislação vigente, responsável pela administração, controle e fiscalização dos serviços e obras implementadas pela SNO; um Diretor de Administração, subordinado ao Secretário, com atribuições administrativas para o funcionamento da secretaria; um Diretor de Planejamento, Projetos e Obras, responsável pela elaboração de projetos técnicos, planos de trabalho anuais, estudos socioeconômicos da região, controle e avaliação dos resultados alcançados; e um Chefe de Gabinete, responsável por dirigir o gabinete do Secretário do Oeste (SANTA CATARINA, Lei nº 3283, 1963).

A finalidade da SNO está descrita em treze pontos na lei que a criou. Suas responsabilidades e atribuições se encaixam no modelo de Estado desenvolvimentista predominante no país na década de 1950. Para exemplificar as finalidades da SNO, selecionamos os seguintes pontos:

1) efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar os problemas, equacionar e propor soluções, de forma a elevar o padrão de vida de sua população e promover o seu bem-estar; 2) formular as diretrizes da política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com os planos estaduais e em coordenação com os organismos do planejamento regionais e estaduais; 3) proceder estudos gerais destinados à organização de programas detalhados de serviços e obras necessárias ao desenvolvimento econômico e social, relacionadas com o homem, o meio e a expansão econômica; 4) coordenar as iniciativas do capital público e privado que visem à instalação, ampliação ou reaparelhamento das atividades econômicas, inclusive promovendo meios de fixação e atração de investimentos; [...] 7) dirigir, orientar e executar obras e serviços que lhe venham a ser deferidos ou delegados por órgãos da administração pública estadual, federal ou municipal, podendo para esse fim com prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, firmar convênios, acordos ou contratos de qualquer natureza; [...] 9) manter relações permanentes com órgãos da administração pública federal (SANTA CATARINA, Lei nº 3282, 1963).

Na perspectiva desenvolvimentista, o Estado assume funções básicas por meio de políticas de planejamento, com a tarefa de influenciar no processo de indução do desenvolvimento econômico. As finalidades da SNO descritas nos itens um, dois e três, demonstram o interesse por elaborar programas detalhados e estratégias, com base em estudos socioeconômicos e levantamentos da realidade regional.

As atribuições da SNO descritas nos três primeiros itens, configuram uma estrutura com as características do Estado Planejador ou Estado dos projetos, na medida em que os empreendimentos necessitam do incentivo fiscal, financiamento subsidiado para aquisi-

ção de máquinas e equipamentos, melhorias em suas instalações ou mesmo, obras de infraestrutura, necessitam de um projeto, configurando para Bresser-Pereira (1981, p.156) “uma necessidade técnica, um instrumento essencial do planejamento e uma formalidade burocrática. Em qualquer hipótese, uma realidade onipresente para as grandes empresas em seu relacionamento com o Estado Planejador”.

O ponto quatro das finalidades expressas na Lei de criação da SNO, atribuiu o papel de atuar na coordenação da produção promovendo políticas públicas que tenham o alcance de atrair e facilitar a instalação de novos empreendimentos industriais; dar condições para a expansão dos empreendimentos existentes e criar mecanismos facilitadores para reaparelhamento das atividades econômicas. Essa finalidade revela um caráter desenvolvimentista, para Ianni (1989, p. 212) “a política econômica estatal, em particular, destina-se a realizar modificações reais no sistema econômico [...] incentivando ou corrigindo as tendências gerais ou particulares do sistema.” Neste sentido, entendemos que a SNO exerceu a tarefa de modificar a infraestrutura básica da região como estradas e rede de energia, que contribuíram significativamente para impulsionar o desenvolvimento da região.

As finalidades atribuídas à SNO nos pontos sete e nove da lei que a criou, revelam o caráter de instrumento auxiliar ou meio para a realização de projetos dos governos estadual e nacional. Nestes pontos, a SNO configura-se como o braço executor do PLAMEG no Oeste Catarinense. Assume ainda, a tarefa de auxiliar as prefeituras da região, na elaboração de projetos em sintonia com os programas de desenvolvimento instituídos no país e em Santa Catarina. As atribuições conferidas à SNO correspondem a dois papéis que se complementam, por um lado, atua como auxiliar dos planos estadual e nacional, por outro, assume a tarefa de coordenar o processo de desenvolvimento do Oeste Catarinense com iniciativas próprias.

Em termos políticos e econômicos, Silva e Hass (2017, p. 361) consideram que a criação da SNO representou uma “possibilidade de consolidação dos sonhos de progresso ainda difusos quando da colonização e do linchamento”. A afirmativa faz sentido, uma vez que a criação da SNO contemplou a pauta que reivindicava maior presença do Estado na região. Além disso, o órgão com as características do Estado Planejador, ficou sob o comando do engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso (PSD), representante da elite tradicional do município de Chapecó. Com este instrumento munido de recursos e estrutura, pôde viabilizar projetos e ações de progresso há muito desejados pela elite local.

Para Rosseto (1995), a SNO foi a responsável por sanar fatores adversos ao desenvolvimento regional, localizados principalmente na carência de energia elétrica, falta de escolas e meios de transportes. Com interpretação semelhante, Alba (2002, p. 27) pontua que a SNO permitiu “grandes investimentos na região, especialmente na infraestrutura, na construção de estradas, pontes, instalação elétrica, etc.” De acordo com os autores, as metas do Seminário Socioeconômico finalmente começam a sair do papel, a política de descentralização e criação de um órgão de Estado com recursos permitiu acelerar o processo de desenvolvimento e integrar o Oeste aos demais centros econômicos.

Para Cassol (2007, p. 58) a SNO “operava suas ações com rapidez e agilidade, se comparada às ações públicas antes oriundas de Florianópolis. Voltada para os anseios e reivindicações de lideranças políticas, empresariais e comunidade em geral.” Estas finalidades marcam a ação da SNO de forma imediata, dada a carência de serviços e obras públicas na região por parte do governo estadual. Entendemos que a SNO cumpriu este papel e foi além, uma vez que os investimentos em infraestrutura transformaram a realidade da

região, permitindo a integração econômica, a instalação de novos empreendimentos industriais, o aumento do comércio e a consolidação da agroindústria. A SNO, atuando em conjunto com outras instituições do Estado, como o BDE, DER e CELESC, teve o papel de coordenar o processo de desenvolvimento do Oeste catarinense, sob o ideário do pensamento desenvolvimentista, em atendimento aos ideais de progresso da elite local.

A Secretaria do Oeste ficou responsável por elaborar projetos, criar estratégias e aplicar recursos nos setores de infraestrutura, como forma de construir as bases para o desenvolvimento econômico da região. Com autonomia administrativa e atribuições de diversas secretarias de Estado, pôde investir na melhoria e recuperação das estradas, abertura de rodovias estaduais, repasse de máquinas rodoviárias às prefeituras da região, instalação de redes de distribuição de energia elétrica, comunicações, educação e capacitação profissional.

A instalação da SNO refletia um sentimento de vitória dos colonizadores do município de Chapecó, sentimento que pode ser constatado nos discursos da imprensa local, como neste recorte feito em matéria publicada no *Jornal Folha d'Oeste*, quando da comemoração dos dois anos de instalação da Secretaria: “ocorreu em 02 de dezembro de 1963. O povo oestino ouviu. O Governador Celso Ramos falou. Entre outras frases de vital importância para o Oeste Catarinense: “O Oeste pode estar confiante chegou a hora de sua redenção” (*JORNAL FOLHA D'OESTE*, 29 de janeiro de 1966, p. 01). A Secretaria do Oeste representava um instrumento a serviço da elite local para realizar seus desejos e projetos de desenvolvimento reivindicados desde a primeira fase da colonização, a SNO simbolizava a superação da “mata fechada”, do “sertão inóspito” e do “atraso”, considerados como os grandes obstáculos à concretização dos ideais de progresso dos colonizadores.

A matéria, escrita três anos após a instalação da SNO, celebra a escolha do município de Chapecó pelo governador para ser a sede da secretaria e busca mostrar o quanto a região estava na dependência de ações e investimentos públicos. O contentamento refletido na matéria não poderia ser diferente, dada a estrutura montada e a capacidade financeira para realizar investimentos que a SNO proporcionava à elite local, pois o responsável para administrar o órgão estatal recém-criado pelo Governador Celso Ramos foi o Engenheiro Dr. Serafim Ennos Bertaso, retratado pelo Jornal Folha d' Oeste como um “homem experimentado em lutas administrativas e filho de ilustre família de colonizadores” (29 de janeiro de 1966, p. 01). Dirigir uma Secretaria estruturada financeiramente e ter autonomia administrativa era o sonho que os desbravadores da região almejavam.

O motivo da euforia retratada na matéria, simboliza o ideal de progresso da elite local ganhando forma e consistência com a instalação da Secretaria, por décadas a população do Oeste, liderada pela elite local reivindicava investimentos e maior atenção das autoridades estaduais. E agora, contava com uma estrutura de Estado, com orçamento próprio e autonomia administrativa. A realização dos projetos de desenvolvimento e os investimentos nos setores críticos não estavam mais na dependência do até então distante governo estadual, a partir da criação da SNO, a região passou a contar com uma espécie de “mini governo” dadas as atribuições da secretaria, e a implementar os projetos há muito reivindicados.

A instalação da SNO está relacionada a três fatores, como dito anteriormente, necessidade de integrar a região a economia das demais regiões de Santa Catarina; afastar interesses de movimentos separatistas surgidos no final dos anos 1940 e fortalecidos no começo da década de 1960; e em razão do novo padrão de desenvolvimento com base na agroindústria que se desenvolvia na região Oeste. Em

mensagem enviada à ALESC para a criação da SNO, o governador Celso Ramos expôs o compromisso assumido com a região Oeste, em evento comemorativo ao segundo ano do seu governo, ocasião em que dizia:

As zonas do Oeste pela pujança econômica e pelos ímpetos de desenvolvimento estavam a merecer o decidido apoio do Governo, salientando que a presença do poder público devia concretizar-se por meio de um órgão que pudesse, no próprio chão do Oeste, sentir, equacionar e resolver a problemática da área (SANTA CATARINA, Projeto de Lei nº 208, 1963).

O Governador Celso Ramos percebe que as ações do PLAMEG na região Oeste, em seus três primeiros anos de execução, não davam conta de atender as necessidades e demandas da região, a solução encontrada foi criar uma estrutura do governo na própria região para acelerar os investimentos e acalmar as reivindicações, que poderiam desdobrar-se na criação de uma nova unidade federativa. A tramitação do projeto de lei que criava a SNO durou menos de dois meses, com entrada na ALESC no dia 26 de junho e aprovação aceita em 08 de agosto de 1963, recebeu 25 (vinte e cinco) emendas modificativas. No encaminhamento de voto, a bancada da União Nacional Democrática (UDN), oposição ao Governador Celso Ramos, declarou voto contrário ao projeto, por entender que “a pretexto de se beneficiar uma região, o que se deseja é uma máquina poderosa, um Secretário todo poderoso, e a absorção das atribuições tradicionalmente conferidas ao tribunal de contas e a própria assembleia legislativa”. (SANTA CATARINA, Projeto de Lei nº 208, 1963).

O posicionamento contrário da oposição em relação ao projeto de lei que criava a SNO, reflete uma preocupação com a eleição prevista para o ano de 1965, quando novamente, as forças políticas

disputariam o comando do Governo estadual. Na visão da oposição, a criação de uma estrutura do Estado na região Oeste, serviria aos interesses políticos e eleitorais do PSD. No referido projeto de lei, o artigo 18º determinava o prazo para que a Secretaria fosse extinta, 31 de janeiro de 1966, caracterizando-se como uma manobra política com a finalidade de utilizar da máquina pública em proveito do candidato governista, na medida em que atendia demandas de uma região carente das políticas públicas.

Das 25 emendas modificativas que o projeto de lei recebeu, três delas, tratavam do prazo de extinção da SNO. Genir Destri (PTB), deputado estadual eleito pela região Oeste, propôs que o tempo de duração da SNO ficasse limitado em 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado a critério do poder executivo e aprovação da ALESC. Na versão final, a lei foi aprovada trouxe a seguinte redação: “A Secretaria dos Negócios do Oeste, extinguir-se-á automaticamente, caso o Poder Executivo após 31 de janeiro de 1966, não enviar, dentro de 90 (noventa) dias, mensagem à Assembleia Legislativa, propondo a prorrogação do prazo de sua vigência” (SANTA CATARINA, 1960, p. 45). Com isso a existência ou a extinção da SNO ficava a critério do Governador eleito, o que envolvia os interesses e a articulação política dos líderes da região Oeste. A secretaria acabou extinta em 1992, durante a gestão do Governador Vilson Kleinubing (PFL), com a justificativa de já ter cumprido com o seu papel.

A instalação da SNO ocorre em 01 de dezembro de 1963 no município de Chapecó. Salientamos que nesta época, outros municípios da região também se destacavam no ramo agroindustrial e por isso, disputavam a hegemonia regional com Chapecó, um deles era o município de Concórdia, que contava com a Sadia S.A, outro, era o município de Videira com a Perdigão S.A. Indústria e Comércio, dois dos maiores empreendimentos industriais da região. A expan-

são dos negócios destas empresas dependia em grande medida das condições proporcionadas pelo Estado, sobretudo em infraestrutura, neste sentido:

A escolha de Chapecó e de Serafim Bertaso em detrimento de outros municípios e líderes políticos da região deu-se num momento de disputa pela “hegemonia” econômica da região entre pelo menos três localidades: Chapecó, Concórdia e Videira. Vale observar que, nas três localidades, a atividade da agroindústria estava ainda em fase incipiente. (SIQUEIRA, 2016, p. 45-46)

A escolha do município de Chapecó como sede da SNO decorre em razão da necessidade do Estado se aproximar da região, a falta de infraestrutura e a existência do movimento emancipacionista foram determinantes para a escolha. Em poucos anos de atuação muitas mudanças foram realizadas. O município de Chapecó se transformou no principal centro político da região, com as mudanças acontecendo, em poucos anos se transformou no maior polo econômico regional e aumentou seu protagonismo político em Santa Catarina. Serafim Bertaso foi nomeado Secretário do Oeste, como isso, estendeu por mais alguns anos o poder e a influência dos colonizadores na política local, que desde a década de 1950 já era dividido com outros grupos políticos, representados principalmente pelo empresário e líder pessedista, Plínio Arlindo De Nês.

No terceiro capítulo abordamos as ações efetivadas pela SNO na região Oeste de Santa Catarina no período entre 1963 a 1969. Embora a narrativa construída pela imprensa local buscasse traduzir as ações implantadas pela SNO como realização dos colonizadores, nossa pesquisa demonstra o protagonismo do Estado na implementação de importantes políticas públicas que permitiram o desenvolvimento econômico do município de Chapecó e região.

3.

A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE E A “MARCHA REDENTORA”

Este capítulo aborda as principais ações de desenvolvimento realizadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste no período entre 1963 a 1969. Nosso trabalho mostra que neste período iniciou um vigoroso processo de transformação da infraestrutura da região. As ações realizadas com recursos públicos tiveram o propósito de integrar e promover o crescimento econômico do Oeste catarinense. Até a instalação da SNO, a infraestrutura da região era composta por poucas e mal conservadas vias de circulação, baixa capacidade na geração de energia elétrica e pouca comunicação com as demais regiões do Estado, esse conjunto de carências impossibilitava a expansão econômica do Oeste catarinense.

O desenvolvimento induzido pelo Estado no Oeste catarinense, se insere no longo período de vinte anos que se inicia em meados da década de 1950, em que as políticas de desenvolvimento regional fundamentaram-se, de maneira geral, “no conceito de polos de cres-

cimento e na dinâmica de atração de investimentos supostamente dotados de grande potencial de irradiação” (UDERMAN, 2008, p. 233). Durante este período, em diversas regiões, formuladores de políticas públicas dedicaram-se na busca de ferramentas eficazes para solucionar problemas de crescimento e desenvolvimento, propondo ações apoiadas na intervenção do Estado, segundo a autora, tais propostas:

À medida que se disseminavam e ganhavam consistência, reforçavam estruturas públicas de planejamento e execução, conformando um modelo de atuação do Estado com características próprias. Esse modelo, conhecido como desenvolvimentista, buscava a superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado, tornando-se hegemônico na maior parte dos países periféricos. (UDERMAN, 2008, p. 233).

A Secretaria dos Negócios do Oeste, autarquia com autonomia administrativa e financeira, foi uma destas estruturas de que Uderman (2008) se refere, pois, a Secretaria representava a chegada da política de desenvolvimento conduzida pelo Estado na região Oeste. As ações realizadas pela SNO faziam parte um Plano de desenvolvimento elaborado pela FIESC para ser aplicado pelo Estado. A finalidade da SNO foi investir na infraestrutura de transportes e na instalação da rede de energia elétrica, setores extremamente deficitários naquela época. Esta iniciou suas atividades em 1964, sustentada com recursos financeiros que correspondiam a 3% do orçamento total do Governo estadual. O presente capítulo vai abordar as ações implementadas pela Secretaria e os impactos que estas ações proporcionaram para acelerar o crescimento econômico da região.

Outra questão que será mostrada neste capítulo, aborda o papel da imprensa e a narrativa construída para divulgar as ações realizadas pela SNO. No período entre 1966 a 1969, o Jornal Folha d’Oeste, único órgão de imprensa instalado no município de Chapecó naquela época, organizou uma narrativa política para traduzir as ações empreendidas pela SNO, como a “redenção do Oeste”, privilegiando o Secretário Serafim Bertaso como o responsável pelas transformações que estavam acontecendo. A imprensa atuava como porta-voz da Secretaria do Oeste, divulgando e relacionando as ações implementadas ao discurso de progresso associado à colonização e aos “desbravadores”.

Cruz e Peixoto (2007, p. 258), ao analisarem o uso da imprensa como fonte de história, nos lembram que não adianta simplesmente apontar que a imprensa “têm uma opinião”, mais do que isso, é preciso estar atento para sua atuação, pois a narrativa construída busca delimitar espaços, demarcar temas, mobilizar opiniões, constituir adesões e consensos. Neste sentido, entendemos que a atuação do Jornal Folha d’Oeste estava engajada em construir uma narrativa para demarcar aquele período, como a chegada do progresso, mobilizando a opinião para um consenso em torno do papel dos colonizadores nas transformações do município de Chapecó.

Ainda, de acordo com as autoras, em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos, como frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação de projetos, “como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, a imprensa articula as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 259). Essa interpretação do papel da imprensa nos ajuda a compreender a razão pela qual o Jornal Folha d’Oeste buscava o tempo todo valorizar o papel do agente público à frente da SNO. Nossa pesquisa busca mostrar que a cons-

trução dessa narrativa se deu em cima de um projeto de desenvolvimento articulado pelo Estado, que naquela época, destinou uma grande quantia de recursos públicos para ser aplicado em ações de infraestrutura que transformaram a realidade do Oeste catarinense.

3.1. A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO ESTADUAL NO OESTE CATARINENSE (1964/69)

Em 15 de abril de 1964, o Governador Celso Ramos enviou o plano de ação à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o qual apresentava inicialmente um balanço das realizações de seu governo nos três primeiros anos do PLAMEG (1961/63), seguido de um detalhamento das metas a serem implementadas por cada uma das Secretarias de Estado no biênio 1964/65, e pela primeira vez aparecia a Secretaria dos Negócios do Oeste como pasta independente, com orçamento detalhado e ações a serem desenvolvidas.

Os motivos, apresentados no plano de ação do Governador, para justificar o porquê da região Oeste estar dotada com um organismo próprio da administração estadual, se deu com a exposição de dois grandes objetivos: a) regionalização administrativa, cujo objetivo era coordenar a ação pública diretamente da área em questão, uma vez que “a realidade geográfica impondo maior distância entre o Oeste e a Capital; e a conseqüente dificuldade de locomoção e transporte, aconselhavam ao poder público as providências necessárias à criação de estímulos ao investimento”; e b) seu objetivo mais amplo, a integração econômica, pois “havia em Santa Catarina duas economias: uma do interior e outra do litoral, diversificadas nas suas atividades predominantes, mas nem por isso com intercâmbio comercial que seria desejável” (SANTA CATARINA, 1964, p. 395).

Com estes objetivos pretendia-se proporcionar condições para aumentar a renda regional, a circulação de mercadorias, aumentando o poder aquisitivo e gerando novas oportunidades de trabalho.

O aumento da renda e do poder aquisitivo, segundo o documento do governo, será alcançado por meio de relações comerciais estabelecidas com novos mercados consumidores, pois a integração econômica permite o surgimento de novas necessidades e oportunidades de trabalho, dinamizando a economia estadual, uma vez que a “ligação Leste-Oeste possibilitará o fluxo de riquezas num e noutro sentido, intensificando as trocas comerciais” (SANTA CATARINA, 1964, p. 396). O eixo central da proposta visava o aproveitamento da riqueza natural existente e o potencial econômico ligado a agricultura e as agroindústrias. Integrar a região Oeste ao processo de desenvolvimento econômico estadual era uma forma de expandir a industrialização no território catarinense.

Segundo Bresser Pereira (2006, p. 09) “para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade”. Neste sentido, as justificativas apresentadas pelo Governo estadual para a criação da SNO estão de acordo com os pressupostos apresentados por Bresser-Pereira, pois o projeto de desenvolvimento instituído pelo governo do estado e as ações realizadas na infraestrutura permitiram aumentar o capital de giro dos produtores da região com a instalação de diversos empreendimentos industriais, sobretudo na segunda metade da década de 1960, o que possibilitou acelerar o processo de desenvolvimento regional.

A instalação da SNO representou a chegada da política de planejamento estatal no Oeste catarinense. A quantidade de recursos disponibilizados pelo Estado, a estrutura física, o parque de máquinas adquirido e as parcerias estabelecidas com outros órgãos e insti-

tuições da administração pública estadual e federal foram os grandes responsáveis por acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social da região. As ações efetivadas contribuíram decisivamente para que a meta número dezoito “Integração do Oeste”, aprovada no Seminário Socioeconômico realizado pela FIESC nos anos de 1959/60, fosse concretizada nas gestões dos Governadores Celso Ramos (1961/65) e Ivo Silveira (1966/70) por meio do Plano de Metas do Governo (PLAMEG I e II). Atuando como um sub-governo no Oeste catarinense, a SNO foi um instrumento poderoso a serviço do Estado e exerceu um papel importante para o desdobramento do Plano de desenvolvimento estadual na região.

A SNO implementou ações de desenvolvimento, que deram condições para acelerar o processo de industrialização da região. A transformação do território teve como finalidade, adequar a estrutura da região, para atender as necessidades de expansão do capital industrial, sobretudo das agroindústrias. A intervenção do Estado através do repasse de grande volume de recursos para a SNO foi decisiva para ampliar a infraestrutura e dar condições para o desenvolvimento econômico.

Em curto espaço de tempo, a Secretaria realizou investimentos para equipar a região com estradas de rodagem, rede de energia elétrica, salas de aula e máquinas rodoviárias, equipamentos e estruturas praticamente inexistentes naquela época. O objetivo destes investimentos era criar condições para que o processo de integração da região fosse efetivado. Por outro lado, os investimentos públicos realizados neste período, contribuíram para fortalecer a imagem do Governador Celso Ramos na região e davam condições para Serafim Bertaso influenciar nos destinos políticos dos municípios da área de abrangência da Secretaria do Oeste.

3.1.1 “SUBSTITUÍMOS O CAVALO ANIMAL PELO KILOWATT E LAMPARINA A QUEROSENE PELA FLUORESCENTE”

Grandes investimentos para transformar a infraestrutura básica do Oeste foram implementados pelo Estado por meio da Secretaria dos Negócios do Oeste, em parcerias e convênios com o PLAMEG, DER, CELESC, BDE e SUDESUL. Entre as ações desenvolvidas, priorizaram-se os investimentos para a implantação da rede de energia elétrica, construção de estradas e a aquisição de máquinas rodoviárias para equipar os municípios da região e a própria Secretaria do Oeste, que consumiram cerca de 80% do orçamento previsto para o triênio 1964/65/66. Outras áreas, como educação, saúde, assistência social, segurança, comunicação, sistema de água e esgoto, agricultura e pecuária, também foram contempladas, no entanto, a quantidade de recursos destinados para estes setores, se deu em proporções menores (FOLHA D’OESTE, 24 de setembro de 1967, p. 19).

A SNO foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado para promover mudanças na infraestrutura do Oeste catarinense, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região. Entre os anos de 1963 a 1969, Serafim Enoss Bertaso (PSD) ocupou o cargo de secretário do Oeste e coordenou um plano de trabalho, elaborado pelo Estado, para ser executado em parceria com as demais secretarias e instituições da administração pública estadual, cujo objetivo era criar condições para romper o isolamento territorial em relação ao restante do estado e instalar na região a infraestrutura básica e desta forma permitir a aceleração do crescimento econômico regional. O discurso de abandono e falta de infraestrutura era unanimidade entre os empresários e líderes políticos de diferentes correntes ideológicas.

A primeira grande medida adotada pela SNO foi a aquisição de quatro motoniveladoras, oito tratores, quatro caminhões basculantes e uma carregadeira, importados dos Estados Unidos, cuja finalidade era realizar serviços de conservação e ampliação das rodovias estaduais e prestar serviços de assistência às estradas de 34 (trinta e quatro) municípios da região (SANTA CATARINA, 1964, p. 12). A aquisição deste parque de máquinas rodoviárias atendia ao propósito de garantir a execução de um plano de trabalho, elaborado em parceria com o DER de Chapecó e de São Miguel do Oeste, para viabilizar a abertura de estradas e dar início a construção de uma rede viária, interligando os municípios da região.

Entre os serviços executados, cabe destacar o início da construção da estrada entre Chapecó e o Porto de Goio-En, ligando ao Rio Grande do Sul; estrada Iporá-Itapiranga, integrando o município de Itapiranga ao estado de Santa Catarina, que estava isolado nas margens do Rio Uruguai; estrada Xaxim-São Domingos, para facilitar o escoamento da produção do noroeste da região, São Miguel do Oeste-Anchieta-Campo Erê-São Lourenço (FOLHA D'OESTE, 29/01/1966, p. 01). A construção destas estradas foram ações importantes para acelerar o transporte de mercadorias entre os municípios, no entanto, vale lembrar que esses caminhos eram estradas de chão com cascalhos de pedras, que mesmo assim, representavam um grande avanço se comparadas com as “picadas” utilizadas anteriormente.

De acordo com as diretrizes fixadas no Seminário Socioeconômico que foram traduzidas fielmente no Plano de Metas do Governo – PLAMEG, estabeleceu-se um critério no qual a prioridade dos investimentos destinava-se a promoção do desenvolvimento industrial. O setor de energia recebeu recursos dos governos federal e estadual para implementar o Projeto de Eletrificação do Estado, que delineava a expansão do sistema elétrico estadual, em que a construção da

Sociedade Termelétrica de Capivari S.A (SOTELCA), no Sul do estado, era considerada a obra básica e prioritária do programa. Subsequente à implantação do programa seguia-se a construção de outras seis usinas hidrelétricas: Garcia (em Angelina), Celso Ramos (Faxinal dos Guedes), Palmeiras (Rio dos Cedros), Pery (Curitibanos), Santa Cruz (Campos Novos) e Caveiras (Lages), objetivando a consolidação do sistema energético do estado (SANTA CATARINA, 1964, p. 174-175). No Oeste catarinense, a obra prioritária era a conclusão da construção da Usina Celso Ramos, iniciada em 1961 no município de Faxinal dos Guedes e a instalação da rede de distribuição.

No PLAMEG estava previsto que o projeto de eletrificação no Oeste seria executado em três etapas, na primeira fase, a SNO estabeleceu uma parceria com a CELESC e promoveram a construção da Linha Tronco ligando a Usina Celso Ramos, na localidade de Esperinha, município de Faxinal dos Guedes, à São Miguel do Oeste, numa extensão de 130 quilômetros, no sentido Leste-Oeste para distribuir energia em todo o território de jurisdição da SNO. Com a conclusão da primeira etapa iniciou-se a instalação das linhas de transmissão ligando os municípios à rede principal de distribuição.

Outra rede instalada pela SNO partia de Xanxerê, atingindo São Lourenço do Oeste, beneficiando ainda, os municípios de São Domingos e Galvão. Destas linhas de alta tensão, partiram outras de baixa tensão redistribuindo energia elétrica aos municípios próximos (FOLHA D'OESTE, 24/09/1967). A falta de geração e distribuição de energia estava praticamente suprida, dando condições estruturais para que projetos de industrialização se instalassem na região.

No entanto, o abastecimento energético da região Oeste pela Usina de Faxinal dos Guedes não era o suficiente e teve que ser complementado por uma rede ligada a SOTELCA. Na última fase do projeto, antes de iniciar a eletrificação rural, a SNO estabeleceu

convênios com as prefeituras de Mondai, Cunha Porã, Romelândia, Pinhalzinho, Chapecó, Palmitos, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Xanxerê, Itapiranga, Quilombo, Galvão e Águas de Chapecó, para a construção das redes elétricas municipais (SANTA CATARINA, 1964, p. 45).

CONSTRUÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA



Figura 5. Construção da rede de energia elétrica no Oeste catarinense. Fonte: Junta de Controle da Secretária dos Negócios do Oeste, 1965, p. 46.

Com este mapa da região Oeste, queremos mostrar a rede de energia elétrica construída pela CELESC em parceria com a SNO, com destaque para a Linha Tronco ou rede geral no centro do mapa, a qual percorre uma extensão de 130 quilômetros no sentido Leste-Oeste. Destacam-se ainda, oito subestações instaladas em vários pontos da região, as quais são responsáveis por diminuir a potência energética recebida da rede de alta tensão, baixando a tensão energética e redistribuindo entre as diversas linhas de transmissão já instaladas, fazendo a ligação com os municípios. No mapa aparece parte

das linhas de transmissão, que foram concluídas somente em 1969, quando teve início a eletrificação rural.

O impacto desta ação realizada pela SNO pode ser constatado por meio do aumento da média per capita do consumo de energia por habitante. Enquanto o consumo em 1965 era de 29,2 quilowatts por pessoa, a partir de 1967 com a instalação das redes de transmissão, a média passou para 200 quilowatts por pessoa (ÁLBUM DO CINQUENTENÁRIO, 1967). O baixo consumo era consequência da baixa produção e da falta de redes de distribuição. A deficiência energética era o principal ponto de estrangulamento do crescimento econômico da região. A falta de energia elétrica era uma característica predominante nas regiões do interior do Brasil. O Oeste catarinense passou a contar com este recurso, de forma quantitativa e qualitativa, somente a partir da segunda metade da década de 1960, apesar de tarde, a região foi beneficiada com a ação do Estado, em detrimento de outras regiões que tiveram que esperar por mais tempo.

Na imprensa local a repercussão da construção da rede de energia foi anunciada como a chegada de uma nova era: “substituímos o cavalo animal pelo kilowatt e lamparina a querosene pela fluorescente” (FOLHA D’OESTE, 19 de janeiro de 1966). A “concretização” da cidade “desejada pelo Coronel Bertaso” e o “desejo de modernidade” da primeira fase da colonização a qual Petrolli (2008, p. 42) fez referência, se consolidava por meio das ações realizadas pela SNO. Substituir a lamparina pela fluorescente marcava definitivamente o rompimento com o “sertão” e com o “atraso do imenso vazio”. As ações desenvolvimentistas financiadas com dinheiro público atendiam aos interesses e os objetivos que há muito as lideranças tradicionais do Oeste reivindicavam junto às autoridades estaduais.

O projeto de desenvolvimento implementado pela SNO em parceria com o PLAMEG realizou investimentos nas áreas sociais,

no setor de educação, foram construídas 258 (duzentos e cinquenta e oito) salas de aulas no triênio 1964-65-66, distribuídas em sua área de abrangência. A Secretaria também assinou convênio com o Ministério da Educação para a construção de um centro de preparação de professores e colaborou financeiramente para a ampliação, melhoramentos de instalações e construção de diversos ginásios de esportes nos municípios de Chapecó, Xaxim, São Carlos, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Itapiranga, Mondaí e Palmitos (ÁLBUM DO CINQUENTENÁRIO, 1967). Esta ação fazia parte do plano de escolarização da Secretaria estadual de educação.

Informações publicadas no jornal Folha d'Oeste em 19 de janeiro de 1966 atestam que a construção de salas de aula contribuiu para que os níveis de escolarização na região exibissem melhoras, os números apresentados são do ministério da educação e apontavam que a escolarização integral em nível primário na faixa de idade entre os 07 e 12 anos de idade, atingia o índice de 165 alunos por mil habitantes, o mais alto do país.

A informação mostra que os índices eram os mais altos de escolarização do país, mostrando que em pouco tempo a região alcançava um lugar junto aos centros mais desenvolvidos. No entanto, e considerando que o índice de crescimento demográfico do município de Chapecó era próximo a "12,5% ao ano" (FOLHA D'OESTE, 02/12/1967, p. 01), o critério divulgado para medir o nível de escolarização não contribui para saber se houve diminuição no índice de analfabetismo infantil, pois o correto seria mostrar o número de crianças atendidas, em comparação com o número de crianças em idade escolar.

Na área de saúde, a SNO concedeu auxílios financeiros a hospitais particulares em caráter preventivo, dada a enorme deficiência da cobertura destes serviços por parte do poder público. Na assis-

tência social, firmou convênios com prefeituras municipais para a instalação de parques infantis. Para atender necessidades do setor de segurança pública na região, que praticamente não contava com estruturas de funcionamento, construiu prédios padronizados de madeira, de forma emergencial para a instalação de Delegacia de Polícia e Cadeia pública nos municípios de Galvão, Guarujá do Sul, Palma Sola, Quilombo, Guaraciaba e Coronel Freitas, uma solução provisória em atendimento as reivindicações naquele momento. Em Chapecó foi construído o prédio em alvenaria para a instalação do Corpo de Bombeiros e adquiridos equipamentos necessários, inclusive um carro de Bombeiros devidamente equipado para o combate ao fogo (SANTA CATARINA, 1964, p. 32).

No setor de agricultura e pecuária, a SNO forneceu auxílio financeiro às associações rurais, para que estas pudessem oferecer produtos químicos, veterinários e sementes selecionadas a menor custo aos seus associados. Outra medida foi a aquisição de touros reprodutores para serem revendidos por menor preço aos pecuaristas, visando a melhoria do rebanho leiteiro da região (ÁLBUM DO CINQUENTENÁRIO, 1967). Desta forma, atuava como financiadora e subsidiária dos pecuaristas ligados às associações rurais.

De acordo com o tribunal de contas da SNO, o setor de abastecimento de água e saneamento, foi caracterizado em seu diagnóstico como “carente por excelência, em razão da inexistência total de serviços de água e esgoto em todos os municípios da região” (SANTA CATARINA, 1964, p. 40). No primeiro triênio de atuação (1964/66), as poucas ações realizadas pela SNO se deram por meio de parcerias com as prefeituras municipais, objetivando a construção de obras de saneamento nos municípios de Cunha Porã e São Lourenço do Oeste, e a rede de abastecimento de água em Chapecó.

As ações de maior impacto neste setor se iniciam a partir de 1967, durante a gestão do Governador Ivo Silveira (PSD), eleito em 1965 para dar prosseguimento a política de desenvolvimento iniciada no governo Celso Ramos. No segundo Plano de Metas, a Secretaria colaborou com a perfuração de poços artesianos em estabelecimentos educacionais e em hospitais de diversos municípios da região (SANTA CATARINA, 1969, p. 127).

O conjunto de ações realizadas no triênio 1964/65/66 contribuiu para dar início ao processo de transformação da infraestrutura da região Oeste. Na imprensa, a divulgação destas ações era feita de forma ufanista, buscando exaltar a pessoa do Governador Celso Ramos, e principalmente, Serafim Enoss Bertaso, como sendo os grandes responsáveis pelas transformações que estavam ocorrendo. O discurso produzido pela imprensa fazia parte de uma estratégia que pretendia a continuidade de Serafim Bertaso à frente da SNO, pois no ano anterior ocorreram eleições estaduais e a nomeação da nova equipe de Secretários estaduais estava a cargo do Governador Ivo Silveira (PSD).

Para exemplificar o ufanismo praticado pela imprensa, utilizamos a matéria em que o *Jornal Folha d'Oeste* publicou, relatando a reunião organizada no final de 1965 pelo Secretário do Oeste para celebrar os dois anos de instalação da SNO e apresentar um balanço das ações implementadas. No encontro que reuniu os trinta e quatro prefeitos da região, autoridades dos três poderes e órgãos de imprensa, Serafim Bertaso foi homenageado como “O libertador do Oeste Catarinense”, para mostrar que a região estava se libertando do “atraso”, “levantando as âncoras do porto que se encontrava estagnado” rumo ao “progresso” e a modernidade. Os ideais de progresso da primeira fase da colonização estavam sendo materializados “sob a administração fecunda e realizadora de um homem: o Dr. Serafim

Bertaso” (FOLHA D’OESTE, 29/01/1966, p. 01). Com este discurso, a imprensa buscava valorizar a figura do colonizador como um libertador, um personagem a frente do seu tempo e que por força de suas qualidades e desempenho, promovia a “redenção do Oeste”.

O posicionamento engajado da imprensa na defesa dos ideais de progresso dos colonizadores se explica porque o jornalista e editor chefe do Jornal Folha d’ Oeste, Homero Milton Franco, foi convidado pelo Secretário do Oeste para transferir seu jornal para Chapecó e trabalhar como assessor de imprensa da SNO. Homero Franco, que era radialista e vereador pelo PSD no município de Palmitos, conta que Serafim Bertaso lhe disse textualmente: “eu não aceito que um município pequenininho do meu território tenha um jornal tão bom como o seu, eu quero que você vá para Chapecó e eu te levo, custeio tua ida” (FRANCO, Homero Milton. Entrevista concedida à Licério de Oliveira. Florianópolis, 12 de junho de 1992). Em 1965, com ajuda financeira de Bertaso, o jornal foi transferido para o município de Chapecó e Homero Franco nomeado para o cargo de assessor de imprensa da SNO, cumprindo meio expediente na Secretaria e outro meio expediente no Jornal, montado para fazer a cobertura completa das ações realizadas pela Secretaria do Oeste.

A relação estabelecida entre o Jornal e o Secretário do Oeste mostra que havia a intenção de se estruturar um veículo de comunicação para produzir uma narrativa sobre as ações da SNO comprometida com os ideais de progresso dos colonizadores. De acordo com Cruz e Peixoto (2007, p. 259), a imprensa como força social, atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma “compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”. Os títulos de matérias e as homenagens frequentes feitas pelo

jornal tinham a intenção de reforçar a narrativa do colono trabalhador, vencedor, e por isso, merecedor de honrarias como a de “libertador do Oeste”. Tratava-se de uma ação deliberada para demarcar a relação presente/passado e projetar um futuro grandioso.

A abordagem feita pelo jornal explicita uma ação organizada para creditar ao colonizador as ações realizadas pela SNO, eles tinham conhecimento de que estavam em um momento de transformação do município, pois os recursos, as máquinas, os projetos de eletrificação, a abertura de estradas e a instalação da rede telefonia comprovam isso, mas havia ainda, o interesse em demarcar o responsável por esta transformação. O periódico foi criado para atuar em razão da presença da SNO, as intenções e as expectativas que se buscava passar, faziam parte de uma visão compartilhada entre os editores do jornal e o Secretário do Oeste, “como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258).

A imprensa exercia o papel de mediadora entre a SNO e o público, reforçando o pioneirismo dos colonizadores na conquista do território “inóspito”. Atuando desta forma, a imprensa produzia constantemente elementos para que a visão dos colonizadores se tornasse a leitura hegemônica sobre o passado e o presente do município de Chapecó. A linha editorial e as matérias publicadas em que abordavam as realizações da SNO foram retratadas como a concretização das ações idealizadas pelos colonizadores, representadas na pessoa de Serafim

Bertaso. Contudo, é preciso dizer que as ações viabilizadas pela SNO em parceria com outros órgãos e instituições públicas foram financiadas com dinheiro público e faziam parte de um Plano de desenvolvimento elaborado pelo Estado. Trouxemos essa discus-

são para mostrar que na sociedade moderna, a intervenção estatal promoveu transformações importantes para o funcionamento da sociedade, tanto em suas necessidades sociais quanto econômicas, abrindo perspectivas para o desenvolvimento econômico da região.

3.1.2 O OESTE CATARINENSE SEGUE SUA “MARCHA REDENTORA”.

Em 1966, Ivo Silveira (PSD) assumiu como Governador do Estado (1966/70), em sua gestão foi elaborado o Plano de Metas do Governo – PLAMEG II, para dar continuidade ao antecessor. O novo plano dava prioridade aos mesmos setores que haviam sido contemplados no plano anterior, segundo Goularti Filho (2005, p. 636), do total de recursos previstos para serem investidos, às áreas destinadas a promover à expansão econômica, receberam 77%, enquanto os programas sociais nas áreas de saúde, educação, cultura e melhorias dos meios administrativos receberam 23%. Essa divisão de recursos demonstra que as políticas do Estado continuavam voltadas para atender demandas de infraestrutura, comprometidas com a expansão do capital privado.

O Plano instituído pressupõe que o desenvolvimento deve ocorrer por meio de uma ação planejada, em que o Estado não pode limitar-se apenas a estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam; deve, também, criar as condições econômicas necessárias (BRESSER PEREIRA, 2004, p. 57). As condições necessárias em Santa Catarina, e mais precisamente na região Oeste, foram a instalação da infraestrutura básica e a política de crédito.

A continuidade do PSD no governo estadual representou a permanência de Serafim Enoss Bertaso no cargo de Secretário do Oeste e a continuidade dos projetos iniciados na gestão anterior.

Para a imprensa, “a gloriosa obra de Celso Ramos tem no sucessor todas as garantias de continuidade e aprimoramento”, pois em sua visão “Ivo e Bertaso continuarão a redenção do Oeste” (FOLHA D’OESTE, 09/02/1966, p. 01). Havia uma expectativa pela recondução de Serafim Bertaso ao cargo de Secretário do Oeste, continuar a “redenção do Oeste” significava dar continuidade a narrativa de progresso em torno dos empresários e colonizadores.

No setor de energia, a primeira grande meta de eletrificação foi concluída em 1969 por meio de um novo convênio entre a CELESC, responsável pelo trabalho de execução da ação, e três instituições que financiaram o empreendimento: SNO, PLAMEG e SUDESUL. Esta ação possibilitou a construção de diversas linhas de transmissão, atendendo “todas as sedes municipais, para depois partir para a eletrificação rural, ponto básico para o desenvolvimento de uma região cuja economia é alicerçada na agropecuária” (SANTA CATARINA, 1969, p. 127). A instalação da rede de energia elétrica em toda a região Oeste deu condições estruturais para que os municípios se tornassem atrativos e em condições de receber investimentos e projetos de industrialização nos anos subsequentes. Com isso, a meta de integrar a região Oeste, sistematizada no Seminário Socioeconômico realizado pela FIESC e transcrita no PLAMEG, ganhava forma e efetividade.

No setor de transportes, a atuação da SNO se deu com a aquisição de um poderoso parque de máquinas rodoviárias para acelerar a abertura de novas estradas e fazer melhorias nas existentes, para garantir vias com maior estrutura e qualidade para escoar a produção regional. A falta de infraestrutura rodoviária foi transformada rapidamente pelo trabalho intenso de “sete motoniveladoras, dezotto tratores, uma carregadeira, cinco caminhões basculantes, um de carroceria fixa e dois compressores, cada um equipado com um par

de perfuratrizes, trabalham permanentemente com uma equipe de 140 homens” (FOLHA D’OESTE, 24/09/1967, p. 18). A equipe era formada desde desmatadores a operadores de máquinas e auxiliares de engenheiro, chefiados diretamente pelo engenheiro Ivan Bertaso, Diretor de Planejamento, Projetos e Obras, da Secretária dos Negócios do Oeste.

A quantidade de máquinas e o número de pessoas trabalhando no setor de estradas mostra a rapidez com que se pretendia transformar a infraestrutura dos municípios da região Oeste, ao mesmo tempo em que possibilita ter uma ideia da dimensão do desmatamento florestal que ocorria paralelamente à abertura das novas estradas. As condições estruturais, que faltaram no início da colonização para romper com o isolamento, estavam sendo supridas com a aquisição de um poderoso parque de máquinas que trabalhava em ritmo acelerado para modificar a estrutura da região.

A SNO executou no biênio 1966/67, a recuperação de mais de mil quilômetros de rodovias estaduais, construiu outros cento e setenta, dentre os quais, a conclusão da estrada ligando Chapecó ao Porto do Goio-En e o acesso de Chapecó à BR 282, eixos fundamentais para o escoamento da produção, além disso, finalizou o corredor entre São Miguel do Oeste e São Lourenço do Oeste, permitindo a ligação rodoviária do Extremo Oeste no sentido sul-norte e ramal de acesso à BR 282; construiu mais de cinquenta pontes cujo objetivo era superar a morosidade das velhas balsas fluviais, que geralmente param e estancam o tráfego nas épocas de chuva. Atendendo a solicitações das prefeituras, realizou serviços de recuperação em cinco mil quilômetros de estradas municipais (FOLHA D’OESTE, 1967, p. 18). Estas ações impactaram a região, que passou a contar com novas vias de circulação, possibilitando a integração entre os municípios e facilitando o escoamento da produção.

À medida que a SNO equipava o território com estradas e redes de distribuição de energia elétrica, o “progresso” parecia cada vez mais próximo. O isolamento territorial, a falta de integração entre os municípios e o estrangulamento econômico estavam sendo substituídos por uma nova estrutura que integrava e dinamizava a produção regional, criando canais de ligação para favorecer a industrialização e a consolidação do município de Chapecó como polo econômico regional. A melhoria na rede de estradas possibilitava dinamizar o potencial econômico, atraindo novos empreendimentos industriais.

Abrir estradas significava avançar no tempo, elevar-se a um patamar superior de desenvolvimento, superando o atraso e o isolamento que a região estava condicionada em razão da falta de estrutura. Os investimentos feitos pela SNO transformavam a realidade da região e “o carro de bois e a carroça cederam lugar ao utilitário, ao caminhão, ao automóvel da indústria nacional” (FOLHA D’OESTE, 13/05/1967, p. 04). O discurso jornalístico articula a transformação da região com o discurso de modernidade, de transformação do ideário desenvolvimentista pautado na valorização do automóvel, símbolo do desenvolvimento e da indústria nacional nos anos 1950. A quantidade e diversidade de veículos transitando pelas ruas de Chapecó e o transporte de mercadorias por meio de caminhões era sinônimo de modernidade, abrir estradas significava acelerar o “progresso”.



Figura 6. SC 480 – Estrada Chapecó ao Porto do Goio-En.

A imagem acima mostra a rodovia Chapecó – Goio-En, obra iniciada em 1965 e concluída em 1966 pela SNO, quando inaugurada recebeu o nome de Serafim Bertaso (FOLHA D'OESTE, 23/04/1966, p. 03). Esta via de ligação, com extensão de vinte e cinco quilômetros, foi totalmente revestida por cascalhos de pedras e aplainada por rolo compressor, satisfazendo às exigências de tráfego entre o município de Chapecó e o Estado do Rio Grande Sul. Este caminho, um dos mais importantes na primeira fase da colonização, era utilizado para escoar a produção de madeira e erva-mate, por ele, também entravam as mercadorias que abasteciam o comércio de Chapecó e região.

O período de intensas transformações na região esteve associado à abertura de estradas e naquele momento o trator simbolizava a chegada do “progresso”, por diversas vezes foi retratado na imprensa como o instrumento de “redenção do Oeste”. No ano do cinquentenário de Chapecó, a SNO organizou uma solenidade para fazer a

entrega às prefeituras da região de 50 tratores da marca “14 Oktober”, importados da Iugoslávia pelo governo do Estado. A compra dos tratores foi feita pela SNO com autorização do Governo estadual. Na matéria de cobertura da entrega das máquinas, a imprensa destacou que “50 novos tratores rasgarão estradas no Oeste” como forma de marcar este acontecimento, simbolizando a continuidade da ação desbravadora sobre a região, como se pode constatar no trecho da matéria:

A ideia de importar máquinas rodoviárias, nasceu da premente necessidade regional em crescer com o desenvolvimento, abrindo vação ao progresso, rasgando sulcos por onde correm as unidades de transporte sobre rodas. Nasceu e germinou, porque o anseio pelo crescimento se avolumava não somente no pensamento dos homens do governo estadual, mas também e até mais acentuada, entre os prefeitos de uma região que há bem pouco era bravia, inóspita e despovoada (FOLHA D'OESTE, 1967, p. 04).

A SNO fez a entrega de máquinas rodoviárias às prefeituras da região, equipando-as para realizar serviços de conservação das estradas municipais existentes. Considerando que as estradas não eram pavimentadas, mais a incidência de chuvas e o uso frequente por caminhões, os reparos nas estradas eram frequentes e os tratores eram a garantia da manutenção. A aquisição de dezenas de tratores pela SNO tinha o propósito de acelerar a transformação da infraestrutura, abrir estradas significava ampliar a zona comercial e a possibilidade de acessar novos mercados aos produtos da região. Ao mesmo tempo em que associava com “progresso” a vontade dos prefeitos e da gente do Oeste. Como a Secretaria havia realizado a compra em nome das prefeituras, o reconhecimento e valorização dos prefeitos

no fundo buscava engrandecer a articulação do Secretário do Oeste na concretização da aquisição.

O trabalho realizado pelas máquinas tinha o propósito de aumentar a quantidade de estradas para o escoamento da produção, permitindo com isso, aumentar o giro de capital dos produtores e fornecer matéria-prima que iriam abastecer e fortalecer as agroindústrias. Para Alba (2002, p. 55) a SNO foi decisiva para integrar a região e a partir da execução dos empreendimentos setoriais programados, verificou-se a melhoria em toda a infraestrutura da região, “possibilitando um desenvolvimento, visto que a região se constitui de ‘redes de drenagem’ de matéria-prima para centros captadores (Chapecó, Concórdia, Videira, etc.)” que transformam a matéria-prima em mercadorias para serem comercializadas nos grandes centros.



Figura 7. Máquinas Rodoviárias em Chapecó.

A figura 07 pode ser facilmente associada à expressão “redenção do Oeste”, uma vez que este maquinário representa uma enorme força de transformação da infraestrutura da região, a natureza

vista como obstáculo se rendia ao progresso e a força dos tratores, que vagarosamente, mas de forma irredutível, segue seu caminho, derrubando árvores, removendo pedras e morros, abrindo estradas e caminhos para se alcançar o “progresso” e a prosperidade. A abertura de estradas significava a consumação de um “desejo de modernidade” e a aquisição dos tratores rodoviários era a garantia de realização destes desejos.

Para Kossoy (2002, p. 38), é através da materialidade e da representação do real, que a imagem fotográfica serve como documento real, isto é, como fonte histórica. Entretanto, este autor adverte que ao utilizar a imagem fotográfica como fonte deve-se levar em conta sempre o seu processo de construção, porque a imagem fotográfica é um documento criado e construído. Assim, a relação documento/representação é indissociável. A realidade da fotografia não corresponde necessariamente à verdade histórica, apenas ao registro expressivo da aparência. “A realidade da fotografia reside nas múltiplas interpretações, nas diferentes leituras que cada receptor dela faz num dado momento; tratamos, pois, de uma expressão peculiar que suscita inúmeras interpretações”.

Para a Mauad (1996, p. 08) citando Le Goff, deve-se considerar a fotografia como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, a autora considera a fotografia como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares, nos informam sobre determinados aspectos desse passado. Tratando do segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a imagem a ser perenizada para o futuro. Todo documento é monumento; se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo.

Assim como acontece nos desfiles em celebração ao dia da independência, parte da Avenida ficou fechada para que o público pudesse acompanhar o desfile dos tratores adquiridos pela SNO. O

primeiro desfile de tratores foi organizado em 1967, ano em que se comemorava o cinquentenário¹¹ do município de Chapecó, razão pela qual a Prefeitura municipal e entidades privadas haviam preparado diversos eventos para marcar a data e projetar a cidade como um centro moderno e em pleno desenvolvimento. O significado do cinquentenário foi analisado por Rosalen (2012, p.20), para a autora, o que aconteceu em Chapecó com a comemoração do cinquentenário, foi que a memória coletiva de um grupo social foi “enquadrada, oficializada e contada como a única existente no município, para que esta tenha certa credibilidade, que as outras não têm. É que se apague tudo aquilo que não faz parte deste enquadramento”.

No ano de 1967, no município de Chapecó, se deu a comemoração do cinquentenário da fundação do município. Em virtude da data, foram organizadas diversas atividades que tiveram como objetivo principal trazer à tona as lembranças do passado e trazer à luz as memórias das pessoas que viveram este processo. Com a comemoração, organizou-se um Álbum do Cinquentenário, um baile comemorativo de gala no Clube Recreativo Chapecoense com a coroação da Rainha do Cinquentenário, a 1ª edição da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), uma gincana estudantil, e uma série de obras de melhorias e ornamentação da cidade (ROSALEN, 2012, p. 23).

A SNO participou dos festejos, organizando um desfile de 50 tratores. Em tom de vitória noticiava-se: “Faltavam os meios, ei-los que surgem. Os responsáveis pela abertura de estradas para o Oeste, não devem decepcionar esse povo humilde que esperou 30 anos para que se fizesse a estrada por onde será transportada a produção da lavoura” (FOLHA D’ OESTE, 13/05/1967, p. 04).

¹¹ Sobre o tema, ver: ROSALEN, Eloisa. **A comemoração do cinquentenário de Chapecó (1967)**. Cadernos do CEOM (Unochapecó), v. 36, p. 15-44, 2012.



Figura 8. Desfile de tratores pela Avenida Getúlio Vargas.

A figura 08 simboliza uma imagem/monumento, a fotografia registrada do alto da Catedral Santo Antônio e publicada na edição especial do Jornal Folha d' Oeste e no álbum do cinquentenário de Chapecó, mostra a Avenida Getúlio Vargas completamente tomada por tratores de esteira de médio porte, como dito anteriormente, da marca "14 Oktobar" importados da Iugoslávia. Os tratores avançam sobre a principal via de circulação de Chapecó, no sentido Sul-Norte, passando em frente à Praça Coronel Ernesto Bertaso, local em que foi montado o palanque oficial para acomodar autoridades estaduais, prefeitos da região e profissionais da imprensa.

O fotógrafo mostra uma cidade pequena ao lado de tantas máquinas, como um batalhão do exército, os cinquenta tratores desfilaram para demonstrar a força da Secretaria do Oeste em sua tarefa de remover os obstáculos que comprometiam o avanço do "progresso". A imagem simboliza a grande capacidade que a SNO tinha para multiplicar o crescimento da cidade e impulsionar o desenvol-

vimento da região. Esta imagem/monumento realizada no ano do cinquentenário, simboliza um momento de grandeza, o momento de ruptura com o passado de abandono e falta de investimentos.

A SNO, sob o comando do colonizador Serafim Bertaso, marcou presença nos festejos do cinquentenário de Chapecó para mostrar que os colonizadores estavam dando continuidade ao seu propósito de desbravar a região. Os equipamentos para intervir na natureza e modificar a estrutura da região, que faltam no primeiro momento da colonização, e que há muito eram reivindicados, estavam sendo garantidos pela ação da Secretaria do Oeste. A compreensão na qual as ações da SNO relacionam-se com os ideais de progresso do período da colonização, pode ser exemplificada no texto de autoria de Serafim Enoss Bertaso, em que fala sobre suas realizações como Secretário do Oeste no ano do cinquentenário do município:

Nossos pais lançaram, neste solo, as sementes do trabalho e da perseverança. Abriram os caminhos da terra da promessa que amamos. Nela aplicamos todas as nossas forças, enobrecendo o sacrifício dos pioneiros que a desbravaram. No extremo do Estado, já aproximados dos centros mais antigos e desenvolvidos, com a abertura de estradas, a melhoria das comunicações e o rompimento das distâncias, os oestinos mantêm acesa a mesma chama que impulsionou seus antepassados pioneiros (BERTASO, Serafim Enoss. In: FOLHA D'OESTE, 24 de setembro de 1967, p. 16).

O posicionamento de Serafim Bertaso reflete um sentimento de orgulho e valorização do “colono pioneiro e desbravador”, para ele, o trabalho duro e o sacrifício foram os responsáveis por vencer os

obstáculos impostos pelo “sertão inóspito” e “inabitável”, desbravando o “mundo verde” e abrindo caminhos para a terra da promessa, para nela construir casas, fundar vilas, abrir estradas e “preencher o vazio”. Como representante da elite tradicional, ele projeta o colonizador como o responsável pela transformação e o “progresso” da região. O colono tornou-se a figura central na história oficial e o colonizador é retratado como o homem de visão que transformou a realidade e guiou a região para o encontro com o progresso econômico e social. No cargo de Secretário do Oeste, Serafim Bertaso teve condições estruturais para concretizar os ideais de progresso da primeira fase da colonização, atendendo reivindicações que há muito eram feitas ao poder público estadual.

Após dois anos da entrega dos cinquenta tratores rodoviários, a SNO recebeu autorização do Governo estadual e realizou nova aquisição para ampliar o parque de máquinas rodoviárias. No intervalo de dois anos a gestão de Serafim Bertaso totaliza a entrega de setenta e quatro tratores aos municípios da região. Da mesma forma que ocorreu em 1967, a SNO organizou outro desfile para mostrar ao público todo o seu poder de investimento e transformação da infraestrutura da região. No entanto, nesta imagem nota-se a ausência de um grande público e a extensão do desfile já não cobre toda a avenida. Nos anos de 1968 e 1969, a Secretaria do Oeste teve redução no seu orçamento, motivo pelo qual Serafim Bertaso pediu exoneração do cargo em 1969.



Figura 9. Imagem do desfile de tratores realizado na Avenida Getúlio Vargas no ano de 1969. Fonte: acervo pertencente a Victorino Zolet.

A estratégia narrativa privilegiava a figura do desbravador, representado no Secretário do Oeste, consolidando uma visão sobre aquele momento, que se repete até os dias atuais. Esse discurso foi favorecido com os investimentos realizados por meio de uma política de Estado, adotada como alternativa para promover o desenvolvimento econômico. O Estado era o agente que fornecia recursos em quantidade suficiente para transformar rapidamente a infraestrutura da região e a SNO realizava “a grande obra de redenção do Oeste, transformando o “velho Chapecó” em um Chapecó novo e economicamente forte” (ÁLBUM DO CINQUENTENÁRIO, 1967). Contribuindo para consolidar uma narrativa de superação em torno dos colonizadores.

Todas essas ações foram traduzidas pela imprensa como a chegada do progresso e da modernidade na região. A linha narrativa do

jornal durante toda a gestão de Serafim Bertaso consistia em celebrar o progresso que estaria acontecendo na região, projetando com expectativa, um futuro ainda mais promissor. Tanto o jornal, quanto o álbum do cinquentenário, creditavam o “desenvolvimento” pelo qual a região vinha passando naquela época, aos Governadores Celso Ramos e Ivo Silveira, mas principalmente, Serafim Bertaso, como “o Libertador do Oeste”.

Considerando que até aquela época, a infraestrutura básica praticamente inexistia, podemos afirmar que a primeira gestão da Secretaria do Oeste trouxe para a região as condições mínimas de infraestrutura. A principal ação foi a construção da rede de energia elétrica, pois com ela, um dos principais pontos de compressão da economia regional foi superado. A abertura de milhares de quilômetros de estradas vicinais e a construção de rodovias, mesmo que ainda não fossem pavimentadas, permitiram a ligação entre os municípios da região, possibilitando maior circulação de produtos, consolidando a expansão do capital industrial na região. Isto significa que a SNO foi um instrumento importante para acelerar o desenvolvimento econômico do Oeste catarinense.

3.1.3. UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA O OESTE CATARINENSE 1966/69

Na década de 1960, sob forte influência do Estado desenvolvimentista, ocorreram mudanças significativas na economia nacional e estadual, sobretudo pelos investimentos realizados em infraestrutura básica e a concessão de créditos ao setor industrial. No Oeste catarinense, o ideal de progresso uniu diferentes tradições políticas, partidos e instituições públicas e privadas em torno de bandeiras ligadas ao desenvolvimento econômico e a integração regional.

Para Silva e Hass (2017, p. 347), as principais lideranças políticas e empresariais do município de Chapecó se organizaram em torno de uma agenda de grandes ações voltadas para a continuidade do projeto colonizador e consolidação do desenvolvimento econômico da região. A mobilização dos dois principais grupos políticos da época envolvia a articulação de entidades privadas e instituições públicas na promoção de debates, reuniões, viagens e encontros com autoridades estaduais e nacionais como forma de buscar recursos e incentivos “à agroindústria, o desenvolvimento de Chapecó enquanto polo regional, e a aceleração do processo de urbanização”.

Nosso entendimento é o de que a SNO contribuiu para impulsionar esta agenda de desenvolvimento da região. Atuando como representante do governo estadual em sua área de abrangência, a Secretaria conseguia articular politicamente os municípios da região em prol de grandes ações de desenvolvimento. Como instituição executora do PLAMEG e trabalhando em parceria com outras secretarias e instituições da administração pública estadual, a SNO tinha condições de pleitear grandes ações e investimentos para as demandas regionais.

No município de Chapecó, a política de desenvolvimento contou com a articulação política da Sociedade Amigos de Chapecó (SAC), entidade de direito privado fundada em 1966. A SAC funcionava na década de 1960, como espécie de mobilizadora de entidades e instituições públicas e privadas em torno de grandes ações, como a organização da 1ª EFAPI, a conclusão e pavimentação da BR-282, a ponte sobre o Rio Uruguai, a luta por universidade, o fortalecimento da agroindústria, a urbanização e o fortalecimento de Chapecó como polo regional.

Várias lideranças atuaram na articulação política junto a organismos de financiamento e instituições de execução dos governos

federal e estadual, em busca de recursos para financiar projetos de desenvolvimento no município de Chapecó e no Oeste Catarinense. Entre estas lideranças, Serafim Enoss Bertaso, representante da elite tradicional, atuou de forma mais incisiva na articulação de recursos para a conclusão e pavimentação da BR-282 e na construção da ponte sobre o Rio Uruguai. Já os novos grupos políticos e econômicos do município eram representados por Plínio Arlindo De Nês, diretor presidente do frigorífico SAIC S.A., maior complexo agroindustrial instalado no município de Chapecó, e por Sadi José De Marco, primeiro presidente da SAC e prefeito municipal de Chapecó (1966/69), que em sua gestão “intensificou uma agenda de progresso, entendendo que tais ações estariam voltadas para a melhoria da estrutura do município e facilitação da integração capitalista, gerando emprego e renda”, segundo (SILVA E HASS, 2017, p. 363). Entre disputas por maior influência política e consensos em torno de uma agenda de progresso, estas lideranças exerceram protagonismo nas ações implementadas na segunda metade dos anos 1960.

Em meio a agenda de ações voltadas ao desenvolvimento regional e com muitas transformações já realizadas por meio da SNO e da prefeitura municipal de Chapecó, surge na imprensa a seguinte provocação: “Qual é, afinal, a Capital do Oeste Catarinense?” Provocando o debate em razão da disputa pela liderança política e econômica no Oeste catarinense, com a cidade de Joaçaba. Um dos argumentos a favor de Chapecó referia-se ao fato de o município ser a sede do sub-governo do Estado (SNO), o que lhe dava o direito legal de reivindicar o título de Capital do Oeste Catarinense; o segundo argumento era de ordem geográfica e delimitação territorial, uma vez que a cidade de Joaçaba estava localizada no Vale do Rio do Peixe, região em que existia uma associação de municípios chamada “Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense – AM-

MOC” (FOLHA D’ OESTE, 23/08/1967), logo, Joaçaba deveria ser a capital do Meio Oeste Catarinense e Chapecó a capital do Oeste. As duas cidades haviam programado festividades para celebrar o seu cinquentenário, ambas foram criadas após a assinatura do acordo de limites entre os estados de Santa Catarina e o Paraná, quando se encerraram as disputas do Contestado.

Um dos eventos que marcou a agenda de desenvolvimento foi a realização da 1ª Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), evento organizado pela prefeitura municipal dentro das programações de festejos do cinquentenário do município de Chapecó. A Secretaria do Oeste colaborou com este evento, fazendo a construção de “dois pavilhões em alvenaria para a exposição de bovinos e suínos; um pavilhão em estrutura metálica para exposição industrial; um portal de acesso ao parque” (SANTA CATARINA, 1968, p. 131). Além da construção de boa parte do Parque de exposições, a SNO garantiu a instalação da rede de iluminação e a rede hidráulica dos pavilhões e a construção.

As exposições realizadas na 1ª EFAPI serviram para apresentar aos visitantes os recursos socioeconômicos e os elementos de produção do município de Chapecó e região, ao mesmo tempo em que buscava abrir novos horizontes para a economia regional. A exposição chegou a ter sua data alterada pela comissão organizadora, para não “sofrer concorrência” com o evento que se realizava no município de Joaçaba com o objetivo de também comemorar o cinquentenário daquela cidade. O motivo para a mudança na data, segundo informado por organizadores de outras edições da feira, se deu em razão da proximidade entre os dois municípios e pelo fato que Joaçaba “à época com maior liderança regional” (Jornal da EFAPI 97, 1999, p. 2 Apud SILVA e HASS, 2017, p. 365), poderia atrair mais pessoas e negócios, ofuscando o evento realizado em Chapecó.

Superado o temor pela concorrência a imprensa estampava em tom de vitória: “1ª EFAPI supera na primeira semana a todas as feiras já realizadas no sul do país” (FOLHA D’ OESTE, 29 de setembro de 1967), celebrando a vitória que elevava Chapecó ao lugar de destaque junto aos grandes centros desenvolvidos, pois “todos sentem-se orgulhosos de ver o nome de Chapecó colocado no ápice do progresso e os chapecoenses sentem-se felizes pela vitória” (FOLHA D’ OESTE, 14/10/1967). Os festejos pelo cinquentenário tiveram o propósito de demarcar a transição de um período de “atraso” e de abandono, para um novo momento de conquistas e realizações, Chapecó vivia um cenário de grande otimismo.

Após a 1ª EFAPI teve início uma grande movimentação em busca de ações para aprofundar o desenvolvimento do município e da região Oeste. Uma das reivindicações que mobilizou as lideranças da região foi o movimento “BR-282 implantada e asfaltada”. O primeiro grande encontro ocorreu em Pinhalzinho, sob a coordenação de Serafim Bertaso, que na ocasião estava representando o Governador do estado. A reunião contou ainda com a presença dos 34 prefeitos da região, deputados estaduais, representante da SUDESUL e do Ministério dos transportes. A finalidade do encontro era pressionar o Governo federal a atender a reivindicação de concluir e asfaltar a estrada “considerada a espinha dorsal de Santa Catarina e a reedificação do Oeste catarinense” (FOLHA D’OESTE, 11/11/1967). Mesmo com a movimentação política das lideranças da região e o comprometimento por parte do Governo federal em abrir frentes de trabalho para a conclusão da rodovia, a obra foi adiada várias vezes porque o traçado ainda não havia sido aprovado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o BNDES não havia autorizado o financiamento para execução da obra, que ocorreu no final de 1968. A previsão de conclusão do trecho ligando Xaxim ao

município de São Miguel do Oeste deveria acontecer até o final de 1970, mas a BR-282 só foi inaugurada em 1974, sendo a mais extensa rodovia do Oeste Catarinense, fazendo a ligação da região Oeste com o Litoral e com outras importantes rodovias como a BR – 116.

A mobilização realizada pela SAC para a construção da ponte sobre o Rio Uruguai, também contou com a participação da Secretaria do Oeste. Serafim Bertaso participou de reunião realizada em Porto Alegre para tratar de um ramal de ligação asfaltado entre os três estados do Sul, iniciando de Sarandi a Nonoai no Rio Grande do Sul, passando por Chapecó e Pato Branco no Paraná, para atingir Curitiba. Outro assunto debatido na reunião buscava a realização de um encontro a ser realizado em Chapecó, com a presença dos governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para definir a construção da ponte sobre o Rio Uruguai (FOLHA D' OESTE, 29/03/1969). A busca por grandes obras simbolizava a euforia desenvolvimentista que acontecia no país, e que havia chegado a Chapecó, fazendo com que as lideranças se mobilizassem em busca de grandes obras para promover o progresso.

3.1.4 O FIM DA GESTÃO SERAFIM BERTASO

O cargo de Secretário do Oeste teve grande significado político em razão do tamanho do orçamento disponibilizado para a Secretaria do Oeste e a pouca infraestrutura até então existente. Isso ficou claro desde o momento de sua criação, quando a bancada parlamentar da UDN, oposição ao Governador Celso Ramos, votou contra o projeto de lei que criava a SNO, utilizando como justificativa o argumento de que o Governador, a pretexto de querer beneficiar uma região, “deseja é uma máquina poderosa, um Secretário todo pode-

roso, e a absorção das atribuições conferidas ao Tribunal de Contas e à própria Assembleia Legislativa” (SANTA CATARINA, 1963, p. 39). A oposição percebeu que a criação de uma estrutura de Estado, com autonomia e capacidade financeira, significava o fortalecimento do PSD na região, fato que se comprova com a vitória eleitoral de Ivo Silveira nas eleições estaduais de 1965.

Sob o comando de Serafim Bertaso, a Secretaria do Oeste realizava ações em convênio com todos os prefeitos da região, independentemente de agremiação política. A movimentação de prefeitos em busca de recursos e investimentos, que antes se dirigiam à Capital estadual, foi redirecionada para Chapecó. De acordo com Homero Franco, Serafim Bertaso visitava ou “mandava chamar” o prefeito de uma cidade em seu gabinete e perguntava: “o que é que você precisa? Um pontilhão, dois, dez, eu faço todos! Você entra com a madeira e eu pago a mão de obra e a ferragem que precisar”. Com estrutura financeira e autonomia para atender demandas imediatas, a Secretaria do Oeste, de forma rápida e ágil, construiu centenas de pequenas pontes, abriu milhares de quilômetros de estradas vicinais e distribuiu máquinas rodoviárias para todos os municípios de sua área de abrangência, ganhando a confiança e o apoio de muitos prefeitos da região, mesmo os de oposição, pois o “PSD estava fazendo e a UDN quando esteve no governo não fez” (Entrevista concedida à Licério de Oliveira, Florianópolis, 12/06/1992). Trabalhando para suprir as necessidades dos municípios, o PSD ampliava sua influência política na região por meio das ações implementadas pelo Secretário do Oeste, financiadas com recursos públicos.

Serafim Bertaso permaneceu à frente da SNO até 02 de setembro de 1969, entretanto, sua substituição já era dada como certa no final de 1968, quando a imprensa especulava sobre sua possível transferência para o cargo de Secretário executivo do PLAMEG e apresentava

como prováveis substitutos, os nomes de: “Arnaldo Mendes, Lenoir Vargas e Plínio De Nês” sempre com a ressalva de que “quem determina é o Governador” (FOLHA D’OESTE, 09/11/1968, p. 08). Demonstrando haver uma disputa interna entre os líderes da ARENA pelo posto de Secretário do Oeste. Lenoir Vargas foi eleito Senador pela ARENA em 1970 e indicado Senador Biônico¹² em 1978.

Em julho de 1969, Serafim Bertaso reuniu a imprensa para anunciar que estava viajando à Capital do Estado para colocar o cargo de Secretário dos Negócios do Oeste à disposição do Governador. Por motivos de saúde pretendia encerrar a carreira política como homem público e retornar às suas atividades profissionais, contrariando a informação de que estaria se transferindo para a Secretaria executiva do PLAMEG.

O pedido de demissão gerou um debate entre a imprensa local e a estadual, segundo o jornal Folha d’Oeste “o editorialista do Diário Catarinense escreveu um artigo sob o título: “Será Fim Bertaso?” Em que anunciava o fim da gestão de Serafim Bertaso. A resposta ao editorial do DC veio com outro artigo, intitulado “Não será fim, Bertaso!” No qual apresentava como justificativa para o pedido de demissão, a diminuição no repasse de recursos para a Secretaria do Oeste, que havia iniciado sua gestão “com 3% do orçamento do estado à sua disposição e atingia o 5º ano de trabalho com menos de 1,5% do mesmo orçamento” (FOLHA D’OESTE, 23/08/1969, p.03). Constava ainda que o pedido de demissão não havia sido acei-

¹² Foi uma forma pejorativa criada pela oposição ao regime militar para denominar os senadores escolhidos a partir das mudanças estabelecidas por Ernesto Geisel através do Pacote de Abril. O termo alude a uma série norte-americana da época transmitida, no Brasil, pela Rede Bandeirantes, “O homem de 6 milhões de dólares”, cujo protagonista ganhou poderes biônicos após uma cirurgia milionária que salvou sua vida. Em troca, passou a trabalhar para o governo norte-americano como agente especial. SOARES, Luis. Senadores Biônicos: 18 parlamentares ocupam o cargo sem terem recebido 1 voto. Pragmatismo Político, 14 ago. 2012.

to pelo governador Ivo Silveira e que Bertaso não mudaria de posicionamento enquanto os recursos não fossem aumentados.

O Governador Ivo Silveira esteve na região cumprindo uma agenda de inaugurações de escolas e estradas construídas em vários municípios do Extremo Oeste. Em reunião com o Secretário do Oeste, se comprometeu em atender as reivindicações financeiras apresentadas por Bertaso, que acabou adiando sua saída. A permanência no cargo fortalecia a ala Bertaso, que, além disso, na disputa pela hegemonia local, elegia “seu candidato à presidência da ARENA”, e aqueles que não pensam com Bertaso, terão de mudar de tática, pois o “velho” carregou-se de entusiasmo e mantimentos para prosseguir sua caminhada por alguns anos” (FOLHA D’OESTE, 23/11/1969, p. 03).

A queda de braço com o Governador Ivo Silveira parecia ter sido favorável ao Secretário do Oeste com a recomposição do orçamento, no entanto, uma semana depois, noticiava-se que Serafim Bertaso iria mesmo deixar a Secretaria do Oeste. A justificativa para sua saída, conforme relatado na imprensa, fora de ordem pessoal e a necessidade de retomar suas atividades privadas como engenheiro e empresário. A saída de Bertaso ocorreu no dia 02 de setembro de 1969, em seu lugar, tomou posse, o empresário e ex-prefeito de Chapecó, Plínio Arlindo De Nês, que permaneceu no cargo de Secretário até 14/03/1975.

Cabe destacar que Plínio de Nês e Serafim Bertaso disputaram a liderança política do PSD chapecoense nas eleições para a prefeitura de Chapecó em 1960 e 1965, naquela época havia um acordo com o PTB, no qual o PSD apoiava o PTB nas eleições municipais em troca do apoio para disputa de Governador do estado. Em 1960 o candidato à prefeito foi João Destri e em 1965, Sadi de Marco, ambos do PTB e rejeitados por Bertaso. A falta de candidatos por parte

do PSD e o compromisso com o diretório estadual, mais o apoio de Plínio De Nês, fizeram com que a família Bertaso concordasse com os candidatos do PTB (HASS, 2000, p. 303). No período entre 1950 a 1965 ocorreram quatro eleições municipais por voto direto em Chapecó e o PTB se sobressaiu em três (1950, 1960 e 1965), enquanto o PSD sagrou-se vitorioso apenas em uma (1955), quando elegeu Plínio Arlindo De Nês.

Após seis anos de atuação à frente da SNO, o saldo da gestão Serafim Bertaso, apresentava um bom número de ações, com destaque para a aquisição de cento e quinze máquinas rodoviárias, a conclusão do projeto de eletrificação da região e abertura de centenas de quilômetros de estradas. Outras ações como a construção do prédio de sete andares que serviria de sede para a Secretaria do Oeste; o centro de treinamento de professores, obra de sete pavilhões; a penitenciária agrícola, composta de quatorze pavilhões e o hospital psiquiátrico estavam em andamento e ficaram para o novo secretário concluir.

A primeira gestão da SNO marcou a aproximação do Estado com o Oeste catarinense e deu início a um período de grandes investimentos que abriram caminho para o crescimento econômico da região. Muitas cidades receberam luz elétrica, o que deve ter representado uma grande mudança na própria rotina de seus habitantes, uma vez que não seria mais necessário desligar os geradores de energia em uma parte do dia para religar na manhã seguinte. O “Velho Chapecó” contou com a ampliação de órgãos administrativos estaduais e federais, como os correios e o Banco de Desenvolvimento do Estado, além da instalação da rede de telefonia, conectando o Oeste a todo o país. Foram mudanças significativas para o desenvolvimento econômico de Chapecó e região.

3.2. A SNO E O DE DESENVOLVIMENTO DO OESTE CATARINENSE

Os investimentos realizados pela SNO transformaram a infraestrutura básica da região Oeste, integrando economicamente os municípios e permitindo maior desenvolvimento comercial e industrial. O município de Chapecó foi beneficiado pelas ações da SNO e por mais um conjunto de medidas adotadas pela prefeitura municipal, que juntas, consolidaram a liderança do município como o polo econômico regional, tornando-se no decorrer dos anos 1970, um dos maiores centros agroindustriais do país.

Ao mesmo tempo em que eram realizados investimentos em infraestrutura, ocorria um vigoroso crescimento industrial e comercial no município de Chapecó e no Oeste catarinense. As ações implementadas pela SNO possibilitaram a instalação de novos estabelecimentos industriais e comerciais, impulsionando o avanço econômico na região, verificado ainda na década de 1960, mas com reflexos mais nítidos nos anos 1970, período em que o município de Chapecó viveu seus “anos dourados” de desenvolvimento “quando da articulação de um plano de desenvolvimento na gestão de Altair Wagner (1973-1977) e do CODEC na gestão de Milton Sander (1977-1983)” (SILVA e HASS, 2017, p. 345).

O Estado foi o grande responsável pelo desenvolvimento da região Oeste nos anos 1960, atuando por meio de convênio entre órgãos e instituições públicas das esferas nacional e estadual como a SNO, CELESC, DER, SUDESUL, DNER. Promoveu a eletrificação da região, equipou as prefeituras com máquinas rodoviárias (tratores, patrolas, caminhões, carregadeiras, basculantes), construiu centenas de quilômetros de estradas municipais e rodovias estaduais e federais, postos de saúde, salas de aula, delegacias para

a polícia civil, quartel para a polícia militar e bombeiros, silos e armazéns para a agricultura, entre outras tantas. Além dos órgãos de planejamento e execução, o governo da União e o governo estadual, adotaram uma política de financiamento por meio dos bancos públicos como o BDE e o BNDE, favorecendo a implementação de projetos de desenvolvimento da iniciativa privada e também dos órgãos e instituições públicas.

Entre as instituições criadas pelo Estado para impulsionar a estratégia de desenvolvimento, o Banco do Estado de Desenvolvimento (BDE), criado em 1961 para financiar parte das ações do PLAMEG, surgiu, segundo Goularti Filho (2012, p. 130), em um momento propício para a criação de bancos estaduais de fomento e comerciais, a diversificação industrial dos anos de 1950, em Santa Catarina, exigia um banco de fomento, e o BDE veio para consolidar o novo padrão de crescimento que emergia na economia catarinense. A criação do BDE faz parte de um movimento geral de criação de bancos estaduais de fomento, quando os Estados passam a financiar os investimentos regionalizados.

Do total dos recursos liberados pelo BDE, entre 1962 e 1969, US\$ 8.817.295,00 foram destinados ao PLAMEG, representando 33,15%, e US\$ 17.776.910,00, ao PLAMEGII, representando 66,85%, abarcando mais recursos em razão de o banco passar a operar somente em 1962 e do baixo volume disponibilizado no seu primeiro ano de operação. Com a reforma bancária em 1968, conduzida pelo Banco Central do Brasil, o BDE perdeu o caráter de banco de investimento e tornou-se apenas comercial, passando a se chamar Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) (GOULART FILHO, 2012, p.131).

Boa parte dessas ações foram direcionadas para o benefício de grandes empresas privadas, principalmente através do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), instituído em 1963 e que forneceu estímulos e subsídios públicos ao setor privado. Lohn (2002, p.368) explica que os autores do PLAMEG se diziam inspirados nas linhas de mudanças econômicas e sociais da América Latina e “no sopor renovador que percorre os povos do Terceiro Mundo”, identificando-se com as diretrizes da Carta de Punta Del Este¹³ e os objetivos da Aliança para o Progresso, que foi o programa de crédito aberto pelo Governo dos Estados Unidos com a finalidade de evitar o surgimento de novas revoluções no Continente, a exemplo do que havia ocorrido em Cuba, em 1959.

A Secretaria dos Negócios do Oeste ficou subordinada ao PLAMEG e a maioria das ações desenvolvidas foram financiadas pelo BDE em conjunto com outras instituições de fomento como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)¹⁴. O Estado passava a ser o responsável por coordenar e sistematizar os esforços para a promoção do desenvolvimento econômico. Segundo Bresser-Pereira (2004, p. 14) a visão predominante no período desenvolvimentista creditava ao Estado, o papel de líder estratégico do desenvolvimento, o qual deve proteger e planejar a economia, principalmente os investimentos do próprio Estado na infraestrut-

¹³ Denominação pela qual ficou conhecida a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada em Punta del Este, Uruguai, entre 22 e 31 de janeiro de 1962. A reunião teve como objetivo central discutir o impacto da Revolução Cubana nos assuntos hemisféricos, evidenciando divergências de atitude e encaminhamento entre o Brasil e os EUA. (BRASIL, 1962, p. 7).

¹⁴ O BRDE foi criado pelos três governadores do Sul, e nasceu da necessidade de se dispor de novos “arranjos” financeiros para alavancar a indústria que se consolidava no Brasil meridional, já que os bancos locais não dispunham de capital suficiente, pois o grau de concentração ainda era muito baixo (FONSECA, 1988). Em Santa Catarina, o Banco foi respaldado pela Lei Estadual n. 744, de 17 de agosto de 1961, e operou, inicialmente, com recursos próprios e, a partir de 1965, começou a repassar financiamentos liberados pelo BNDES.

tura econômica para que o desenvolvimento ocorra, “o Estado não pode limitar-se a estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam. Deve, também, criar as condições econômicas necessárias”. Este entendimento é o que fundamentava o Plano de desenvolvimento adotado pelo Estado de Santa Catarina nos 1960. Foi com base nesta política de planejamento estatal que se criou a Secretaria do Oeste. A mudança na forma de administrar marca a transformação institucional do Estado, em que os recursos públicos foram investidos por meio de um orçamento programado.

O Estado interviu na economia para facilitar o processo de acumulação de capital da iniciativa privada e consolidar um novo padrão de desenvolvimento. O projeto de desenvolvimento foi pensado e elaborado pela elite catarinense através do Seminário Socioeconômico realizado pela FIESC, que na época foi realizado durante a campanha eleitoral de 1960, favorecendo o candidato ao governo do Estado, Celso Ramos do PSD. Tal projeto beneficiou as camadas sociais que já estavam incluídas no processo de desenvolvimento, em detrimento das camadas menos favorecidas. O setor privado não reunia condições de articular e comandar o conjunto de ações implementadas na época. Buscar explicações na figura do desbravador ou no empresário inovador para entender as transformações que impulsionaram o dinamismo econômico da região é no mínimo uma análise descontextualizada.

O resultado dos investimentos em infraestrutura e a política de crédito favoreceu a instalação de novas indústrias na região, o Censo Industrial de 1960, registrou 61 estabelecimentos no município de Chapecó, 396 em toda a região Oeste. Em 1970, o Censo registrava 173 estabelecimentos no município de Chapecó, e 1.184 em toda a região, incluindo o município de Chapecó. O aumento no número de indústrias em Chapecó foi de 6,5 vezes, enquanto na região Oeste foi de 3 vezes (IBGE – Censo Industrial de 1960 e 1970). Esse cres-

cimento acompanhou o melhoramento que vinha ocorrendo na infraestrutura da região, em especial nos setores de estradas e energia.

A agroindústria, principal setor da economia do Oeste catarinense foi fortemente favorecida com as transformações ocorridas na infraestrutura da região e apresentava crescimento expressivo em seus negócios. Dados estatísticos divulgados pela S.A. Indústria e Comércio Chapecó (SAICC), mostram que a produção de suínos triplicou em dez anos, os 42.602 suínos abatidos em 1956, passaram a 120.000 em 1967. O frigorífico SAIC S.A., ampliou sua capacidade de abate com a instalação de uma filial no município de Xaxim em 1963, sua produção era escoada para os principais centros comerciais do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por meio de caminhões próprios, cuja capacidade total de sua frota superava 100 toneladas na época. Segundo Rosa Alva (2002, p. 73), na década de 1970 a empresa expandiu seus negócios com a aquisição de um abatedouro de suínos no município de São Carlos, implantou a Chapecó Paraná S.A., em Cascavel e iniciou o comércio externo a partir de 1977 através da venda de carne de frango para o Kuwait.



Figura 10. Carreta câmara fria do Frigorífico SAIC. Acervo de Ledônio Migliorini.

Esta imagem fornecida pela família Migliorini, que na ocasião, relataram que o registro havia sido feito pelo fotógrafo Ney Guedes, da Real Foto Estúdio, no final dos anos 1960, a pedido do motorista João Amaral (esquerda na foto), emocionado por ter sido o escolhido para guiar a primeira carreta câmara fria adquirida pelo frigorífico SAIC. Na época, o caminhão “FNM 1100” modelo 1964 produzido pela empresa estatal Fábrica Nacional de Motores, era conhecido como o “imponente” das estradas. A FNM surgiu em 1939, durante o processo de industrialização nacional implementado pelo Governo de Getúlio Vargas (1930-45).

Por décadas, o transporte de mercadorias foi realizado através de balsas, aproveitando as enchentes do Rio Uruguai ou por meio de tropas de animais. A expansão industrial necessitava de novos meios de transportes e a construção de estradas representava uma nova fase na dinâmica para escoar a produção, “o cargueiro em lombo de animais tem hoje outra imagem: é objeto de museu, porque a jamanta corta as serras levando o produto que a mão calejada do colono colhe na ribanceira” (FOLHA D’OESTE, 13/05/1967). A abertura de estradas contribuiu para aumentar o volume de cargas transportadas, gerando a necessidade de ampliar a frota de caminhões, o que colocava a região em novo patamar de desenvolvimento.

A década de 1960 foi um marco na expansão agroindustrial em Chapecó, além da consolidação do frigorífico SAIC S.A., ocorreu a fundação da Cooperativa Central Oeste Catarinense por líderes cooperativistas, com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de suínos de oito cooperativas regionais que fizeram parte da sua fundação: Cooperativa Mista Agropastoril Chapecó, Cooperativa de Laticínios de Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista Lajeado Grande de Xaxim, Cooperativa Mista Regional de Xanxerê, Sociedade Cooperativa Mista de Pal-

mitos, Cooperativa de São Carlos e Cooperativa Mista Modelense (ALBA, 2002, p. 84).

O crescimento industrial verificado na região Oeste é um bom exemplo da política estatal caracterizada por Goularti Filho (2002, p. 989), na qual salienta que o Estado interviu na economia para facilitar o processo de acumulação de capital e que a concentração dos investimentos em infraestrutura de transportes e na geração de energia favoreceu a alteração do padrão econômico, consolidando o complexo agroindustrial. Para Prado Jr., (1989, p. 120), a industrialização é por si só um fator de crescimento porque cria empregos e impulsiona o desenvolvimento de atividades paralelas que geram renda, estimulando o consumo e a ampliação do mercado. Seguindo a interpretação do autor, entendemos que o processo de industrialização na região Oeste foi facilitado pelas ações implementadas pela SNO, que na época foram direcionadas para atender os setores de infraestrutura de transportes e eletrificação.

A expansão econômica também pode ser verificada no setor de comércio, a partir dos dados do Censo Comercial e de Serviços de 1960¹⁵, verificamos que o município de Chapecó apresentou um expressivo crescimento no número de estabelecimentos comerciais. Na data de referência de 31/12/1959, o município possuía 113 (cento e treze) estabelecimentos comerciais, sendo 103 (cento e três) do comércio varejista e 10 (dez) do comércio atacadista. Já no Censo Comercial de 1970¹⁶, na data de referência de 31/12/1970, o município contava com 370 (trezentos e setenta) estabelecimentos comerciais, sendo 355 (trezentos e cinquenta e cinco) do comércio

¹⁵ IBGE - Censo Comercial e dos Serviços de 1960 - Paraná-Santa Catarina e Rio Grande do Sul - integrante do VII Recenseamento Geral do Brasil Série Regional - Volume IV - Tomo IX - páginas 56 e 59.

¹⁶ IBGE - Censo Comercial de 1970 - Santa Catarina - integrante do VIII Recenseamento Geral -1970 Série Regional - Volume VI - Tomo XX - páginas 24 e 25.

varejista e 15 (quinze) do comércio atacadista, ou seja, um aumento de 215% (duzentos e quinze por cento).

Os investimentos realizados pela SNO não modificaram apenas a infraestrutura da região e a dinâmica econômica, as mudanças também ocorreram no processo de urbanização do município de Chapecó. Nas décadas de 1960 e 1970, a população total ficou praticamente a mesma em decorrência de desmembramentos de municípios da região. Em 1960 havia 52.089 habitantes, na década de 1970 eram 50.117 habitantes, porém, o número da população urbana passou de 21% em 1960, para 41, 2% em 1970, demonstrando uma arrancada no processo de urbanização, que se acentua a partir da década de 1970. O crescimento da população urbana coincide com o período em que se iniciou a transformação da estrutura econômica da região. (IBGE – Censo Demográfico de 1960 e 1970. Banco de Dados da Prefeitura Municipal de Chapecó).

A exemplo do que ocorreu no país, as políticas de desenvolvimento chegaram ao Oeste catarinense por meio de ações realizadas pelo Estado. A melhoria na infraestrutura da região era o caminho para romper com o isolamento territorial e a condição para acelerar a industrialização. Este processo foi conduzido para atender os interesses das elites locais, que naquele momento ocuparam os principais cargos nas estruturas administrativas do governo do Estado e a prefeitura municipal de Chapecó. Segundo Goularti Filho (2002, p. 988), o desenvolvimento das forças produtivas em Santa Catarina era barrado pela falta de infraestrutura e capital financeiro. Para superar estes obstáculos e entrar em uma nova fase de crescimento, necessitava fazer grandes investimentos, que na época, somente o Estado, tanto em âmbito nacional como estadual, tinha capacidade para fazer. No Oeste catarinense, o projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado consolidou o processo de colonização iniciado

com as Companhias Colonizadoras e garantiu recursos financeiros e poder político à elite local para conduzir a segunda etapa de colonização e o processo de desenvolvimento econômico, com base na indústria e no comércio.

Para Bresser-Pereira (2014, p. 48) nos últimos 300 (trezentos) anos, as pessoas foram aos poucos percebendo que eram capazes de estabelecer objetivos políticos para si mesmas e usar o Estado como instrumento para alcançá-los. O Estado desenvolvimentista implantou as condições para a industrialização e a urbanização. Através da perspectiva apresentada pelo autor, entendemos que os objetivos políticos adotados pela elite hegemônica do município de Chapecó, através da ação política e no comando dos órgãos e instituições do Estado, puderam realizar ações para desenvolver a economia regional.

A atuação da Secretaria do Oeste significou uma época de transformações no município de Chapecó, que se beneficiou dos investimentos realizados, pois funcionava como o centro administrativo da região e era sempre a primeira cidade a receber recursos e investimentos. O período fortalece as lideranças ligadas a atividades urbanas e industriais que se consolidam no espaço que antes era hegemonia das antigas lideranças, ligadas a colonização.

Para se ter uma ideia do tamanho do orçamento da Secretaria dos Negócios do Oeste, no triênio (1963/65), fizemos alguns cálculos para mostrar que naquele momento havia muito recurso sendo investido. Em 1964, o orçamento previsto para a SNO era de Cr\$¹⁷ 2.200.750.000,00 (dois bilhões, duzentos milhões e setecentos e

¹⁷ O Cruzeiro (Cr\$) foi a moeda nacional de 1942 a 1967. Sua adoção se deu pela primeira vez em 1942, durante o Estado Novo, na primeira mudança de padrão monetário no país, com o propósito de uniformizar o dinheiro em circulação. Em 1967, a moeda passou por uma reforma monetário no governo Castelo Branco, sendo temporariamente substituído pelo cruzeiro novo (NCr\$). O cruzeiro voltou a vigorar no governo de Fernando Collor de Mello (1990/92) e foi definitivamente substituído pelo cruzeiro real em 1993.

cinquenta mil cruzeiros), representando 16% (dezesesseis por cento) do total de recursos do orçamento estadual (SANTA CATARINA, 1964, p. 400). A porcentagem mostra que a SNO recebeu atenção privilegiada do Governo estadual. O valor corrigido pelo IGP-DI¹⁸ (FGV), em 30 de junho de 2019, equivale a R\$ 80.839.011,52 (oitenta milhões, oitocentos e trinta e nove mil, onze reais e cinquenta e dois centavos) (www.bcb.gov.br última consulta em 15/07/2019). O valor destinado a SNO há 55 anos, equivale ao orçamento previsto para as cinco Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs)¹⁹ em 2019, que atuam na mesma área de abrangência em que a SNO atuava.

O orçamento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) para as ADRs instaladas nos municípios de São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Maravilha, Chapecó e Xanxerê foi de R\$ 81.803.044,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e três mil e quarenta e quatro reais) (SANTA CATARINA, 2019, p. 4-5) e corresponde a menos de 0,3% do orçamento total de 2019, enquanto o da SNO correspondeu a 16% do total do orçamento de 1964. Essa diferença serve para mostrar que nos últimos trinta anos, o Estado vem perdendo gradativamente seu papel de agente regulador e indutor de políticas públicas.

Outra comparação que nos ajuda a perceber o poder de atuação da SNO, é aplicar o percentual da época, que era de 3 %, no orçamento do Estado de 2019, o resultado será um montante de R\$

¹⁸ O IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP). É medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a inflação de preços desde matérias-primas agrícolas, industriais e bens e serviços finais.

¹⁹ As ADRs foram instituídas durante a gestão do Governador Raimundo Colombo - PSD (2011-2018), em substituição as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs), que haviam sido criadas em 2003, no primeiro Governo de Luiz Henrique da Silveira – PMDB (2003-2010). Como sucessoras da SNO, as SDRs, foram criadas com o objetivo de proporcionar maior autonomia às 36 regiões em que foram instaladas e representaram a segunda experiência de descentralização administrativa (SANTA CATARINA, 2015, p. 1 e 2).

848.144.344,98 (oitocentos e quarenta e oito milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos), o que significa dez vezes o valor destinado as cinco ADRs instaladas na mesma área de abrangência da SNO. E ainda, o valor é maior do que a soma dos valores previstos para a ALESC (587.330.436,00) e Tribunal de Contas do Estado (252.160.842,00) (SANTA CATARINA, 16/01/2019, p. 02). Esta comparação serve para mostrar que a SNO teve capacidade financeira para investir e transformar a infraestrutura da região Oeste.

O Estado, munido com grande capacidade de investimento, possibilitou mudanças significativas na infraestrutura da região, fez o que há muito era reivindicado pelos empresários e líderes políticos da região, no entanto, da mesma forma como ocorreu com os planos de desenvolvimento instituídos em âmbito nacional, questões como inclusão, diminuição das desigualdades sociais e regionais e distribuição de renda de forma equilibrada não figuraram no plano estadual, por isso, o crescimento induzido concentrou ainda mais a renda, como já dito anteriormente, o desenvolvimento induzido pelo Estado entre as décadas de 1950 a 1970, produziram riquezas e reproduziram desigualdades. Uma das maiores características deste processo foi a concentração de renda e o aumento das desigualdades sociais e regionais.

A SNO em conjunto com outras instituições públicas, sob controle da elite local, atuou em sintonia com os governos federal e estadual para garantir investimentos que possibilitaram o desenvolvimento econômico da região. Os recursos que a iniciativa privada não possuía para realizar ações de infraestrutura foram financiados com dinheiro público. Embora a produção econômica já estivesse diversificada e com crescimento do setor agroindustrial despontando como o principal ramo econômico, as forças do mercado não apresentavam

condições de impulsionar o crescimento econômico, nem mesmo possuía recursos para romper com os pontos de estrangulamento que freavam o seu crescimento. A superação dos obstáculos estruturais e a falta de financiamento se deu por meio da atuação planejada do Estado em atendimento as reivindicações dos grupos econômicos e empresariais. Foi um modelo de desenvolvimento importante e comprova que o Estado, quando bem estruturado tem condições de conduzir ações para atender necessidades criadas pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa analisou o processo de desenvolvimento do Oeste catarinense, na década de 1960, abordando a atuação política da Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste (SNO) e as relações estabelecidas com os Planos ou Programas de desenvolvimento adotados pelos governos estadual e nacional, durante a gestão do Secretário Serafim Enoss Bertaso (1963 a 1969). Nosso trabalho priorizou a discussão sobre a participação do Estado no processo de expansão da economia do Oeste catarinense, apresentando para isto, os investimentos públicos realizados pela Secretaria dos Negócios do Oeste, em parceria com outros órgãos da administração pública, nos setores de infraestrutura, que possibilitaram a “Integração do Oeste”, acelerar o crescimento econômico da região e transformar Chapecó no centro administrativo e polo industrial do Oeste catarinense.

O período que antecede a instalação da SNO, foi marcado por muita insatisfação e reivindicações por investimentos públicos na

infraestrutura da região. A situação era tão grave que surge até um movimento separatista, alimentado pela insatisfação com as autoridades estaduais e o crescente “abandono” da região, devido à falta de investimentos e a pouca participação do Estado na implementação de políticas públicas, principalmente nos setores de estradas e rede de energia elétrica. O movimento organizado no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná defendia a emancipação destas duas regiões e a criação do Estado do Iguazu. Embora os principais líderes políticos e empresários da região não fizessem parte do movimento, ficou evidente que a presença deste movimento e a adesão por parte da população, constituía um grande motivo para que o Governo estadual da época ficasse em alerta e “sensível” as reivindicações apresentadas pela região.

Para atender as reivindicações dos empresários da região Oeste e afastar as pretensões do movimento pela criação do Estado do Iguazu, o Governador Celso Ramos (PSD), enviou à ALESC, o projeto de lei nº 208/63, propondo a criação da SNO. O projeto recebeu 25 (vinte e cinco) emendas, a maioria dos partidos de oposição, em especial da UDN, que encaminhou voto contrário a criação da SNO, por entender que se tratava de uma ação politiqureira do Governador para fortalecer o partido situacionista na região. Considerava que a autonomia financeira e o volume de recursos criariam uma máquina poderosa e um Secretário todo poderoso para atuar na região, o que em seu entendimento, representava um instrumento político para atender aos interesses do partido situacionista, levando ao desequilíbrio entre as forças políticas da região.

A percepção dos líderes udenistas encontra-se respaldada nas disputas políticas e eleitorais travadas com o PSD, em âmbito regional e estadual, e os questionamentos levantados pela oposição, encontram ressonância no próprio projeto de lei apresentado pelo

executivo estadual. O projeto de criação da SNO também estabelecia a data de 31/01/1966 para sua extinção, coincidindo com o término da gestão do Governador Celso Ramos, dando sustentação aos argumentos da bancada udenista, uma vez que o propósito do projeto voltava-se para o atendimento de demandas em uma área de grande carência de políticas públicas, com tempo de atuação pré-estabelecido para encerrar um ano após as eleições de 1965, caracterizando uma manobra política e uso da máquina pública para beneficiar o candidato governista. No entanto, o projeto foi aprovado e a SNO teve uma atuação muito mais longa e só foi extinta em 1992, na gestão do Governador Vilson Kleinubing (PFL).

A disputa pelo comando do Estado é intrínseca a prática das agremiações políticas, isso por si só, ajudaria para explicar a leitura política feita pelos opositores do Governador Celso Ramos. No entanto, nosso trabalho constatou que de fato, o Secretário do Oeste utilizava-se da estrutura da Secretaria para realizar ações como a construção de pontes e aberturas de estradas nos municípios em troca do apoio político dos prefeitos e vereadores para os candidatos ligados ao PSD, pois a precariedade das estradas, a falta de energia elétrica e máquinas para estruturar os municípios da região gerava descontentamento em todos os municípios. Na medida em que a SNO investia para sanar essas carências, o Governador Celso Ramos (PSD) ampliava seu prestígio entre as lideranças da região. O resultado desta ação, foi a vitória do PSD nas eleições para o Governo do Estado em 1965, em 22 (vinte e dois) dos 34 (trinta e quatro) municípios da área de abrangência da Secretaria.

A Secretaria dos Negócios do Oeste consolidava a presença do Estado na região, atendendo a demanda de reivindicações por infraestrutura, iniciou uma nova relação entre o Governo estadual e os empresários da região, ao mesmo tempo em que afastava o perigo

de emancipação do Oeste catarinense. Diferente dos outros órgãos da administração pública presentes no Oeste, a SNO representou uma experiência inovadora, foi a primeira secretaria estadual descentralizada que se tem notícia em todo o território nacional, criada para atuar diretamente em sua área abrangência, que na época, era formada por 34 municípios e uma população de aproximadamente 305.731 mil habitantes. A presença da SNO transformou o município de Chapecó no principal centro administrativo da região Oeste. Atuando em praticamente todas as áreas da administração pública, a Secretaria foi referenciada como um governo paralelo ou “mini governo” do Oeste.

A presença do Estado também se fez por meio de recursos financeiros, a SNO foi dotada com capacidade financeira correspondente a 3% (três por cento ao ano) do orçamento do Governo estadual nos quatro primeiros anos de atuação (1964/67) e realizou diversos investimentos para integrar e desenvolver a região Oeste. As ações implementadas pela mesma foram elaboradas no Seminário socioeconômico realizado pela FIESC entre os anos de 1959 e 1960, que foi transformado no Plano de Metas do Governo – PLAMEG I (1961/65) e PLAMEG II (1966/70). Desta forma, a ação da SNO ficava ligada diretamente ao projeto de desenvolvimento do Governo estadual, elaborado com base no planejamento estatal e no ideário desenvolvimentista das décadas de 1950/60.

A elaboração do PLAMEG contou com o auxílio dos técnicos da CNI e seguiu o modelo adotado por Juscelino Kubitschek (1955/60), o qual havia proposto um programa intitulado “Plano de Metas”, cujo ideário desenvolvimentista e planejamento econômico, propagavam a necessidade de se transformar o país por meio da industrialização acelerada e da urbanização. Nacionalmente o período ficou marcado pela forte expansão econômica e pelo ideal de

“progresso” representando no ufanismo dos “50 anos de progresso em 5 de trabalho”.

O Plano de Metas do Governo (PLAMEG) consistia em fazer do Estado o principal agente e coordenador do processo de desenvolvimento econômico, investindo em infraestrutura, concedendo incentivos fiscais e financiamento facilitado para estimular a expansão do capital privado das indústrias de Santa Catarina. A meta de “Integração do Oeste”, prevista no PLAMEG, pois na época a região não estava totalmente integrada e o acesso a outras regiões era extremamente dificultado pela falta de vias de comunicação, foi superada.

O processo de desenvolvimento econômico conduzido pelas Companhias Colonizadoras e Indústrias madeireiras, encontrava-se no limite, a transformação do capital primário para o capital industrial necessitava de grandes investimentos e a implantação de infraestrutura básica para se desenvolver. O que foi possível por meio de ações e investimentos públicos realizados pelo Estado, na região Oeste, a instalação da infraestrutura se deu com as ações realizadas por meio da Secretaria do Oeste, que em poucos anos, atuando em ritmo acelerado, transformou a estrutura básica da região.

Esse trabalho mostra que a SNO construiu a rede de eletrificação, provavelmente o projeto mais importante para a região naquele momento, em parceria com outros órgãos do Estado, como a Eletrobrás, na elaboração do projeto, BNDE e BDE no financiamento e a CELESC que em parceria com a SNO fez a instalação da rede de energia. Na segunda etapa do projeto, a Secretaria do Oeste estabeleceu convênios com as prefeituras da região e realizou a instalação das redes de retransmissão de energia, concluindo a eletrificação da região Oeste em 1969. Os municípios que até meados de 1960 necessitavam desligar a energia à noite e religar na manhã seguinte, superaram essa carência com a atuação da SNO.

O papel da Secretaria foi fundamental para a expansão capitalista da região, e sua atuação nas grandes obras se dava em parceria com as demais Secretarias de Estado. Um dos obstáculos enfrentados após os primeiros quatro anos de atuação, foi a diminuição no orçamento, que era definido pelo Governador, em 1968 houve redução de praticamente 50% (cinquenta por cento) no repasse de recursos para SNO, o que acabou gerando uma crise entre o Secretário do Oeste e o Governador do Estado, o desfecho desta crise terminou com o pedido de exoneração por parte de Serafim Bertaso.

Ficou evidente que, a aquisição de um grande parque de máquinas rodoviárias e a contratação de equipes de trabalhos, possibilitou à Secretaria do Oeste realizar serviços de manutenção e abertura de milhares de quilômetros de estradas, que permitiram integrar os municípios e substituir as antigas “picadas” por estradas de grande extensão, facilitando o escoamento da produção e criando as condições necessárias para que novos empreendimentos industriais viessem a se instalar na região. Os investimentos realizados pela SNO transformaram a infraestrutura básica, destravando o crescimento econômico da região, que na época sustentava-se no extrativismo vegetal da madeira e na incipiente agroindústria, limitada pela baixa geração de energia, para ampliar sua estrutura e funcionamento, e pela falta de rodovias para escoar a produção até os grandes centros.

O crescimento industrial na região foi favorecido pelas ações implementadas pela Secretaria dos Negócios do Oeste, que por sua vez contribuíram para dinamizar o comércio, ampliando em mais de 215% o número de estabelecimentos comerciais e de serviços, conforme demonstrado no Censo Comercial de 1970. O crescimento econômico foi acompanhado pelo aumento populacional e pela crescente urbanização. Em 1960 a população do município de Chapecó era formada por 52.089 habitantes, sendo que a população urbana

representava apenas 21%. Já em 1970, dos 50.117 habitantes, 41,08% estavam na área urbana, confirmando que os investimentos realizados pelo Estado nos na década de 1960, marca o período de transição da economia primária para a industrial e transforma a cidade predominantemente rural em centro urbano e industrializado. A concretização dessa transformação será acentuada na década de 1970.

Na imprensa, estas ações eram traduzidas como a “redenção” do Oeste e a chegada da modernidade, buscando sempre valorizar a imagem de Serafim Bertaso como o “libertador do Oeste”, o Jornal Folha d’Oeste exerceu o papel próximo ao de um órgão oficial de divulgação das ações realizadas pela Secretaria. Essa opção em reforçar os ideais de progresso dos colonizadores, se explica pela afinidade ideológica e pela relação de trabalho estabelecida entre o editor do jornal e assessor de comunicação da SNO, com o Secretário do Oeste. A intenção colocada em diversos títulos de matérias divulgando as ações implantadas pela SNO, buscavam retratar a superação de um passado de dificuldades e ao mesmo tempo projetar a ideia de um futuro grandioso, que estava sendo construído naquele momento.

Os investimentos públicos realizados pela Secretaria do Oeste contribuíram para reforçar a narrativa em torno dos colonizadores, geralmente retratados pela imprensa e lembrados pela história oficial como os “desbravadores” da região. Embora seja difícil dissociar o administrador do órgão administrado, nossa pesquisa buscou elementos para mostrar que o desenvolvimento econômico da região se tornou possível por meio de ações concretizadas pelo Estado e o uso de recursos públicos. Nos dias de hoje, em razão da hegemonia exercida pelo pensamento neoliberal, é comum ouvir administradores públicos, empresários, veículos de comunicação e parte da sociedade buscar constantemente diminuir o papel do Estado nas políticas pú-

blicas. O papel de órgão regulador da sociedade tem sido questionado desde o final dos anos 1970 e cada vez mais, as administrações que se sucedem buscam dismantelar a capacidade de investimento e planejamento do Estado. Nosso trabalho vem na contramão do discurso hegemônico e busca mostrar que foi através da ação planejada e dos investimentos realizados pelo Estado que a região Oeste conseguiu se desenvolver e Chapecó se tornou um grande centro político e econômico do país.

As mudanças efetivadas por meio da SNO tiveram alcance para transformar a infraestrutura da região, bem como a própria rotina de seus habitantes, mas só foram possíveis com a aplicação de recursos públicos e uma ação planejada do Estado. Esta pesquisa pode ser ampliada em seu tempo de abrangência, e incluir o período de atuação da Secretaria dos Negócios do Oeste entre 1969/79, quando grandes projetos foram instaurados na região, no período conhecido como “milagre brasileiro” e a relação com o II PND, para verificar as transformações ocorridas e a participação do Estado nestas transformações na chamada “era de ouro” do município de Chapecó.

Por fim, ressaltamos que a possibilidade de administração descentralizada pode ser uma alternativa viável para os Governos equacionar demandas regionalizadas e se fazer presente em regiões distantes dos grandes centros administrativos. O estudo mostrou a importância das políticas públicas elaboradas com base no planejamento estatal para o desenvolvimento da região Oeste. Entendemos que política de descentralização, quando realizada por meio de projetos e recursos em quantidade suficiente, apresenta resultados significativos. As políticas públicas necessitam chegar até as parcelas menos assistidas da população, para a grande maioria, o “progresso” material ainda não se faz presente.

A atuação da SNO mostra que o Estado foi fundamental para o desenvolvimento da região. Os investimentos públicos dirigidos para equipar os espaços com a infraestrutura necessária, como eletrificação, água, telefonia e rede de estradas, bem como os incentivos fiscais e financiamentos, possibilitaram a estruturação e consolidação de um grande polo industrial no Oeste Catarinense.

REFERÊNCIAS

- ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 1ª ed. Chapecó: Argos, 2002.
- BAVARESCO, Marcionize Elis. **Jornalismo, identidade regional e controvérsias públicas**: a definição simbólica do extremo oeste catarinense na imprensa. 2017. 2007 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2017.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos Regionais**: Modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.
- BELLANI, Eli Maria. **O Velho Chapecó**: Relações Socioeconômicas e Acervos Documentais. Série Didática Interdisciplinar, UNOESC, 1996.
- BERTASO, Serafim Enoss. Mensagem do cinquentenário de Chapecó. **Folha d'Oeste**, 24 de setembro de 1967.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O Brasil em Punta Del Este: oitava reunião de consulta de ministros das relações exteriores das repúblicas americanas. Brasília, 1962.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O desenvolvimento econômico. In: **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, p. 33-72, 1972.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP, São Paulo, agosto de 2004.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **As três interpretações da dependência**. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova, São Paulo, p. 33-60, 2014.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes; Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2012.

CAPUTO, Ana Claudia e Melo; Hildete Pereira De. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul/set, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, 7 ed. Zahar, 1977.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria de Estado dos negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento do oeste catarinense (1963-1992)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2007.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, 2015, p. 298-317.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria Do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DUARTE, Teresinha Maria. **O Projeto de desenvolvimento militar e o estado de Goiás**. OPSIS, Catalão, v. 9, n. 12., jan-jun 2009.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Unesp, 2006.

DUTRA e SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUWE, Ricardo. O liberalismo conservador das elites catarinenses e a ditadura civil-militar: breves apontamentos sobre um possível diálogo. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. In: SALVO, Mauro e PORTO JR, Sabino da Silva. **Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, v. 1, p. 269-292.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-20, 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. Florianópolis, **Geosul**, v. 24, n. 48, p. 103-128, jul/dez. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. Crédito, planos e planejamento em Santa Catarina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, nº 22, p. 119-154, nov. 2012

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. **Ensaios Fee**, Porto Alegre, v. 23, nº 2, p. 977-1007, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides; ALMEIDA, André Scholl; MESIAS, Talita Alves de. A trajetória da SUDESUL e as políticas de desenvolvimento regional para o sul do Brasil 1967-1990. In: V Encontro de Economia Catarinense, Sessão Temática: História Econômica. Florianópolis, 2011. http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/. 02 de julho de 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. O Planejamento Estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaios Fee**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.627-660, 01 jun. 2005.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2007.

HASS, Monica. **Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense**: um estudo de poder local – 1945 a 1965. Chapecó: Argos, 2000.

HOBSBAWM, Eric Jhon. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1989.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE - Censo Comercial de 1970 - Santa Catarina - integrante do VIII Recenseamento Geral -1970 Série Regional - Volume VI - Tomo XX - páginas 24 e 25.

IBGE - Censo Comercial e dos Serviços de 1960 - Paraná-Santa Catarina e Rio Grande do Sul - integrante do VII Recenseamento Geral do Brasil Série Regional - Volume IV - Tomo IX - páginas 56 e 59.

IBGE - Censo Industrial - Santa Catarina. VIII Recenseamento geral do Brasil - 1970 - Série Regional - Volume IV - Tomo XX. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/61/cc_1970_v6_t20_sc.pdf

IBGE - Censo Industrial de 1960 – Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul VII Recenseamento geral do Brasil - Série Regional - Volume III - Tomo VII” link:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/100/ci_1960_v3_t7_pr_sc_rs.pdf

IVO, Anete B. L. Estado da Arte da Sociologia nos Estudos sobre o Desenvolvimento, in: **Sociedade, Política e Desenvolvimento** / organizador: Aristides Monteiro Neto. – Brasília: Ipea, 2014.

KOSSOY, Boris. Construção e desmontagem do signo fotográfico. In: **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-61)**: processo de planejamento e o sistema político do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. (Cap. 3 e 4 p. 115-200).

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana em Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. 445 f. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LOPES, Sérgio. “Estado do Iguazu”: a trajetória de um movimento. **Informe Gepec**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2004.

MARQUES, Valesca Menezes. **As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina**. 2003. 183 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina**: nova dimensão. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1973. 448p.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: interfaces. Niterói: Tempo, v. 2, n.1, p. 26-46, 1996.

MOMBELLI, Raquel. **Mi soi talian gracia a dio**: identidade étnica e separatismo no oeste catarinense. 1996. 158 f. Dissertação - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

NETO, Wenceslau Gonçalves. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil. **História e Perspectiva**, Uberlândia, nº 10, jan-jun, p. 81-107, 1994.

OLIVEIRA, Gilson Batista De. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

OLIVEIRA, Licério de. **“Estado do Iguaçu”**: regionalismo em questão. 1999. 167 f. Dissertação – Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A Identidade Catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3ª fase, n. 5, p. 259-280, 1984.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve História do Desenvolvimento no Brasil. In: **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul - dez. 2011.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade”**: (Chapecó, 1931 -1945). 2008. 170 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: Sua História. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983.

PRADO JR., Caio. **História e Desenvolvimento**: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, p. 146-166, 2015.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSALEN, Eloisa. **A comemoração do cinquentenário de Chapecó (1967)**. Cadernos do CEOM (UnoChapecó), v. 36, p. 15-44, 2012.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica do Oeste Catarinense. In: **CEOM: 10 anos**. Chapecó: UNOESC, 1995.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. **As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico**. Nova Economia, Porto Alegre, v.27, n.3, p. 421-442, 2017.

SANTA CATARINA. Governador Felipe Schmidt. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo**. Florianópolis, 14 de agosto de 1916.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **1ª Mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de abril de 1961.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **2ª Mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de abril de 1962.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **3ª Mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de abril de 1963.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos. **4ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de abril de 1964.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas da Secretaria dos Negócios do Oeste. **A Secretaria dos Negócios do Oeste em termos de despesa financeira**. Florianópolis, 1964.

SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira. **3ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de março de 1968.

SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira. **4ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**. Florianópolis, 15 de março de 1969.

SANTA CATARINA. **Documento Básico/Seminário Sócio Econômico**. Federação das indústrias de Santa Catarina. Florianópolis, 1960.

SANTA CATARINA. Lei Ordinária nº 2772 de 21 julho de 1961. Dispõe sobre o plano de metas do governo estadual no quinquênio 1961/1965, institui fundos, unifica tributos, autoriza a constituição de sociedades de economia mista, a participação em sociedades existentes, a assinatura de convênios, cria Secretaria de Estado e dá outras providências. **Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 21 de julho de 1961.

SANTA CATARINA. Lei Ordinária nº 3283, de 08 de agosto de 1963. Cria a Secretaria dos negócios do Oeste, respectivo cargo de secretário de estado, órgãos e serviços, abre crédito especial e dá outras providências. **Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 08 de agosto de 1963.

SANTA CATARINA. Projeto de Lei nº 208, de 26 de junho de 1963. Cria a Secretaria dos Negócios do Oeste, respectivo cargo de Secretário de Estado, órgãos e serviços, abre crédito especial e dá outras providências. **Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 26 de junho de 1963.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.698 de 16 de janeiro de 2019. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019. **Assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis**, 16 de janeiro de 2016.

SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961-1965)**. Florianópolis: Ed. da UFSC/FESC/UDESC, 1985.

SILVA, Claiton Marcio da. **Dos braços do povo à espada dos militares: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1969)**. Florianópolis: Pandion, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”: Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338-374. maio/ago. 2017.

SIQUEIRA, Gustavo. **Os donos do “Celeiro do Progresso”**: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). 2016. 288 f. Dissertação - UDESC, Florianópolis, 2016.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

UDERMAN, Simone. **O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun, 2008.

VALENTINI, José Delmir. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, p. 222-248, 2015.

VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fabio; et al. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 45-68, 2005.

JORNAIS

DIÁRIO DO IGUAÇU, Chapecó. 24 e 25 de agosto de 2019.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 29 de janeiro de 1966.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 19 de janeiro de 1966.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 23 de abril de 1966.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 09 de fevereiro de 1966.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 13 de maio de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 02 de dezembro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 23 de agosto de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 24 de setembro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 24 de setembro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 29 de setembro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 14 de outubro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 11 de novembro de 1967.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 09 de novembro de 1968.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 23 de agosto de 1969.

FOLHA D'OESTE, Chapecó. 29 de março de 1969.

FOLHA D' OESTE, Chapecó. 30 de agosto de 1969.

PERIÓDICOS

Álbum do cinquentenário de Chapecó: Documentário Histórico. Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

Revista Celeiro Catarinense nº 04. Chapecó, maio/junho de 1970.

ENTREVISTAS

DE NÊS, Plínio Arlindo. **Entrevista concedida a Marilene Grando Marchiori.** Chapecó, 27 de março de 1987. Acervo do Centro de memória do Oeste Ceom/Unochapecó.

HOMERO, Milton Franco. **Entrevista concedida a Licério de Oliveira.** Florianópolis, 12 de junho de 1992.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM GARAMOND PREMIER PRO
PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

ESTA OBRA BUSCA DEMONSTRAR COMO O ESTADO FOI DETERMINANTE NA ORGANIZAÇÃO E INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO OESTE DE SANTA CATARINA. POR MEIO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE (SNO), O ESTADO GARANTIU RECURSOS FINANCEIROS, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E FINANCIAMENTOS PARA REMOVER PONTOS DE ESTRANGULAMENTO QUE PERMITIRAM O INÍCIO DA “MARCHA REDENTORA” OU O GRANDE SALTO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E EXPANSÃO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ E REGIÃO, PROCESSO INICIADO NO FINAL DOS ANOS 1960 E INTENSIFICADO NA DÉCADA 1970. ESTE LIVRO CONCENTRA-SE NA GESTÃO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA SNO, SERAFIM ENOSS BERTASO (1963 A 1969), COLONIZADOR, MADEIREIRO, EMPRESÁRIO E LÍDER POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD).



9 786581 266738